



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Marcelle Simões Luz Pascoal

METODOLOGIAS COLABORATIVAS NA OPERACIONALIZAÇÃO
DE ESTRATÉGIAS PARA A REABILITAÇÃO URBANA
DE CONDEIXA-A-NOVA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada,
orientada pela Professora Doutora Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro
e pelo Professor Doutor Adelino Manuel dos Santos Gonçalves
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020

Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra

METODOLOGIAS COLABORATIVAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A REABILITAÇÃO URBANA DE CONDEIXA-A-NOVA.

Marcelle Simões Luz Pascoal

Projeto no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada, orientada pela Professora Doutora Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro e pelo Professor Doutor Adelino Manuel dos Santos Gonçalves, e apresentado ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Outubro de 2020



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

Começo por agradecer à Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro e ao Professor Doutor Adelino dos Santos Gonçalves, pela orientação e pelos ensinamentos em todo o percurso do mRUI, fundamentais para a construção das reflexões e conceituações desenvolvidas nesta investigação e que foram essenciais para o meu desenvolvimento profissional.

Agradeço às arquitetas da Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Ana Moreira e Sofia Correia, pela disponibilidade e auxílio na investigação sobre o contexto de Condeixa-a-Nova. Agradeço, igualmente, ao Professor Doutor Giovanni Allegretti, pela oportunidade de conhecer de perto o processo do Orçamento Participativo Condeixa e os desafios ao se tentar promover uma cidade participada.

Agradeço também aos condeixences que contribuíram para os resultados dos inquéritos, em especial a João Paulo Forte, que se disponibilizou em divulgá-los em seu sítio eletrónico dedicado ao ativismo em Condeixa-a-Nova.

E, por fim, agradeço à minha família e marido, Artur Pascoal, pela motivação e apoio essencial para me ajudar a superar os desafios.

Obrigada!

Resumo

A reabilitação urbana como uma política pública é uma resposta à tomada de consciência de que a salvaguarda e a integração do património nas políticas de desenvolvimento urbano constituem um dos principais recursos para a construção de cidades sustentáveis. Contudo, embora seja atribuída uma grande relevância aos valores do património cultural e ao papel da sociedade na construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, na prática, grande parte das políticas de reabilitação urbana promovem intervenções distantes dos objetivos socialmente relevantes e acabam por satisfazer, sobretudo, interesses económicos e políticos.

Como forma de reverter os quadros de declínio socioeconómico decorrentes dessas intervenções, a participação das comunidades nos processos de reabilitação urbana tem sido amplamente incentivada como meio de reavivar o dinamismo local por meio da reapropriação social dos espaços urbanos. Entretanto, ainda é necessário que as práticas de participação cidadã promovam o envolvimento efetivo de suas populações na gestão do ambiente em que vivem e de seu património.

Esta dissertação pretende, portanto, responder à questão: como orientar a participação cidadã em favor dos objetivos da reabilitação urbana? Para tal, este trabalho investiga como a implementação de práticas de participação cidadã pode contribuir para a operacionalização de estratégias de reabilitação urbana, ao criar oportunidades para uma reapropriação viva dos bens patrimonializados e fomentar um senso coletivo e de pertença ao território.

São propostos alguns eixos de atuação onde métodos de participação podem ser aplicados para a concretização de estratégias de reabilitação urbana do município de Condeixa-a-Nova. Com isso, esta dissertação objetiva evidenciar que a utilização de metodologias colaborativas, integradas no processo de reabilitação urbana, atua como recurso para a manutenção do processo de construção partilhada de valores associados ao património e, consequentemente, para o desenvolvimento integrado dos espaços urbanos.

Palavras-chave: reabilitação urbana integrada; património urbanístico; valores; participação cidadã; metodologias colaborativas;

Abstract

Urban rehabilitation as a public policy exists in response to the knowledge that the integration of the heritage values in urban development policies is one of the main resources for building sustainable cities. Despite the great importance attributed to cultural heritage and the community participation to the construction of strategies and policies for sustainable development, in practice, most of urban rehabilitation policies promote interventions that are far from social objectives and end up satisfying economic and political interests.

As a way of reversing the socioeconomic decline resulting from these interventions, community participation in urban rehabilitation processes has been widely encouraged as a means of reviving local dynamism through the social reappropriation of urban spaces. However, it is still necessary that the practices of citizen participation promote the effective involvement of their populations in the management of their environment and their heritage.

This dissertation intends to answer the question: how to guide citizen participation in favor of the objectives of urban rehabilitation? This work investigates how the implementation of citizen participation practices can contribute to the operationalization of urban rehabilitation strategies, by creating opportunities for a lively reappropriation of heritage assets and fostering a collective sense of belonging to the territory.

Some lines of action are proposed where methods of participation can be applied to implement strategies for urban rehabilitation in the municipality of Condeixa-a-Nova. Thus, this dissertation aims to show that the use of collaborative methodologies, integrated in the urban rehabilitation process, acts as a resource for the maintenance of the process of shared construction of values associated with heritage and, consequently, for the integrated development of urban spaces.

Keywords: integrated urban rehabilitation; heritage values; citizen participation; collaborative methodologies;

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VII
Índice	IX
Introdução	11
1. A participação cidadã como recurso para a reabilitação urbana integrada	25
1.1 Património e(m) desenvolvimento: uma abordagem <i>bottom-up</i> para o desenvolvimento urbano sustentável	25
1.2 Teorias e abordagens de participação cívica no âmbito do planeamento urbano	37
Das teorias do planeamento colaborativo às inovações democráticas	37
Categorizações e critérios para a avaliação de experiências participativas	45
1.3 Pilares para o planeamento de experiências participativas.....	51
1.4 Domínios da participação em contextos de reabilitação urbana	65
2. Condeixa-a-Nova: os valores do território face ao desenvolvimento	87
2.1 Contextualização e evolução urbanística	87
Território e população.....	87
Os planos urbanísticos e territoriais	89
2.2 As políticas de reabilitação urbana e instrumentos de gestão territorial	97
Plano Diretor Municipal (PDM) – 1ª Revisão (2015)	97
Área de Reabilitação Urbana (ARU) do centro urbano de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha (2015) e a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU)	99
Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) (2016).....	105
2.3 Experiências de participação cidadã nos planos locais.....	107
Agenda21 Local (A21L)	107
Plano Local de Promoção de Acessibilidade (PLPA).....	111
Orçamento Participativo (OP) Condeixa	115
2.4 Considerações sobre a gestão urbana e experiências participativas em Condeixa-a-Nova	119
3. Propostas para uma abordagem integrada e participada na reabilitação urbana de Condeixa.....	127
3.1 Princípios para uma gestão urbana integrada	127
3.2 Metodologia para um processo de reabilitação urbana participado	137
3.3 Métodos para a concretização de objetivos estratégicos	153
3.4 Considerações sobre a adoção das propostas.....	161
Considerações Finais	167
Referências Bibliográficas	CLXXV
Abreviaturas e acrónimos	CLXXXI
Índice de imagens e tabelas.....	CLXXXIII
Índice de anexos	CXCI
Anexos.....	CXCIII

Introdução

Esta dissertação investiga como a implementação de práticas de participação cidadã pode contribuir para a operacionalização de estratégias de reabilitação urbana. Com base na investigação sobre métodos e metodologias colaborativas, são propostas recomendações para promover um processo de reabilitação urbana integrado e participado. Para tal, é utilizado como objeto de estudo o município de Condeixa-a-Nova, a fim de problematizar o modo como as políticas de reabilitação urbana são compreendidas relativamente às políticas de desenvolvimento urbano, como também analisar os impactos das práticas de participação cidadã na gestão do município.

Como em grande parte dos municípios portugueses, as estratégias de desenvolvimento urbano no município de Condeixa-a-Nova incluem políticas de reabilitação urbana, que tem levado a cabo várias intervenções que buscam a criação da identidade e imagem do território, a fim de afirmar-se no contexto nacional, além de cumprir com as recomendações de desenvolvimento a nível internacional. Além disso, e apesar de município ter promovido práticas de participação ao longo das últimas décadas, a câmara municipal assume que estas necessitam de aprimoramento e que devem integrar a metodologia necessária para a operacionalização dos processos de reabilitação urbana.

A dissertação pretende, portanto, constituir-se como um contributo para a investigação sobre a operacionalização dos processos de reabilitação urbana de forma participada, utilizando métodos e metodologias colaborativas de modo a fomentar a reapropriação dos espaços urbanos pela população local a partir da partilha de valores associados ao património, contribuindo assim para o desenvolvimento urbano integrado do município de Condeixa-a-Nova.

As cidades são consideradas centros da vida cultural e motores para o desenvolvimento económico, bem como o lugar onde existe a maior promoção e produção de património nas mais variadas formas. As atuais agendas políticas formuladas por organismos internacionais entendem que é necessária uma reorientação nas políticas urbanas e sua implementação para o alcance de um desenvolvimento integrado, condição-base para a sua sustentabilidade.

Em Portugal, as políticas patrimoniais e de desenvolvimento urbano estão atualmente conjugadas com as políticas de reabilitação urbana¹, concebida como uma política pública que contribuirá para a reversão dos quadros de desagregação urbana e o reforço da coesão

¹ Estabelecida através do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, operada pelo Decreto-lei 307/2009, entretanto alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto.

urbana. Trata-se de um entendimento da reabilitação urbana que já surge, por exemplo, na Carta de Lisboa de 1995², onde se entende que se trata de uma estratégia de gestão que procura requalificar a cidade existente em seus âmbitos sociais, económicos e territoriais, ou seja, não apenas do seu quadro físico. Assim, as políticas de reabilitação urbana existem como uma componente essencial das políticas urbanas e de ordenamento do território, a nível nacional e local, que buscam consolidar o desenvolvimento integrado através de estratégias holísticas para as cidades.

Contudo, apesar de as agendas internacionais fornecerem ferramentas e princípios para a conceção de políticas e intervenções com este objetivo, a transposição das recomendações e objetivos para as agendas locais ainda representa um grande desafio sociopolítico. Ademais, embora seja atribuída uma grande relevância aos valores do património cultural e ao contributo da sociedade na construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, na prática, a cidade é cada vez menos planeada por e para quem a vivência quotidianamente.

A utilização dos bens patrimonializados como um dos principais ativos para fomentar o desenvolvimento sustentável tem resultado em políticas de reabilitação urbana cujo conceito é limitado a ações voltadas para o restabelecimento dos aspetos físicos e imagéticos das cidades. Como reflexo dos processos de turistificação, que se foram intensificando desde a década de 1960 até hoje, o património urbano, considerado como objeto de consumo cultural (Choay, 2009:47), tem sido alvo da construção de discursos institucionais formulados pelos organismos internacionais, que procuram legitimar experiências e visões do mundo que não deixam de levar à descaracterização da identidade e culturas locais (Smith, 2006:30).

Deste modo, os centros antigos constituem o cenário de intervenções que procuram manter ou construir uma imagem de cidade associada a modos de vida vinculados ao passado e que sejam um atrativo turístico. Grande parte das intervenções enfatizam a reabilitação dos aspetos estéticos da cidade antiga, considerando como reabilitação “urbana”, predominantemente a reabilitação de edifícios e de espaços públicos (Gonçalves, 2018:242). Como efeito, esses processos resultam em novos quadros de desagregação urbana, muitas vezes mais profundos dos que se pretendiam reverter (Leite e Peixoto, 2009:101).

Além de ocasionarem processos de gentrificação, favorecendo a substituição da população local pelos novos “consumidores” da cidade histórica, estes processos contribuem para que

² A Carta de Lisboa, resultado do Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, realizado em Lisboa, em Outubro de 1995, estabelece como “reabilitação integrada” princípios para a preservação e vivificação do património cultural das cidades, que engloba o espaço físico como o tecido social. Do mesmo modo, apresenta a definição e conceitos dos diversos “Re”s que caracterizam as intervenções: renovação urbana; reabilitação urbana; revitalização urbana; requalificação urbana; reabilitação de edifício; restauro de edifício; reconstrução de edifício; renovação de edifício; conservação de edifício e manutenção de edifício.

os centros antigos se mantenham como objetos excepcionais no contexto da cidade, uma vez que estes processos tendem a excluir as populações locais e suas atividades tradicionais e quotidianas (Choay, 1992:226; 2009:48).

À vista disto, o processo de padronização cultural dos centros antigos ocasiona a perda gradual da identidade e da cultura local, pela assimilação de uma suposta cultura mundial (Choay, 1992:227; 2009:40). Essa descaracterização acontece devido à perda do senso de pertença das comunidades em relação a seus territórios, pois grande parte das intervenções de reabilitação são resultantes de um processo de atribuição de valores que não é realizado pela comunidade local, não condizendo, por isso, com os seus valores. Além disso, os valores originais da população local são muitas vezes deturpados e convertidos em favor de benefícios atrativos para a população transitória (Bandarin & van Oers, 2015:12). Deste modo, grande parte das políticas de reabilitação urbana promovem intervenções distantes de objetivos socialmente relevantes e acabam por satisfazer apenas interesses económicos e políticos.

Como forma de reverter os quadros de declínio socioeconómico decorrentes dessas intervenções, a participação das comunidades nos processos de reabilitação urbana tem sido amplamente incentivada como forma de reavivar o dinamismo local por meio da reapropriação social dos espaços urbanos.

Atualmente, há a consciência de a participação cidadã atuar como uma ferramenta essencial na construção de políticas e programas que respondam efetivamente às necessidades locais e que priorizam a qualidade de vida da população. Deste modo, os gestores urbanos têm procurado operacionalizar a participação cívica em várias áreas da vida urbana. Diversos métodos, ainda que deficitários quanto ao grau de abrangência, têm sido implementados em contextos com diferentes níveis socioeconómicos e políticos. Quando são utilizadas metodologias que buscam de facto promover o envolvimento da população local, a fim de desenvolver respostas que atendam as necessidades quotidianas, os resultados gerados produzem impactos significativos na reabilitação de contextos em declínio.

Contudo, numerosas experiências participativas vinculadas a contextos que necessitam de reabilitação ainda ocorrem de forma pontual e sem uma componente estratégica a nível territorial. Além disso, em diversos casos são adotados métodos (aparentemente) participativos, que usam a participação como meio de legitimar intervenções que foram planeadas em proveito de interesses também relacionados ao âmbito económico e político das intervenções de reabilitação. Estes tipos de métodos participativos são reflexo de uma “cultura política centralista, pouco transparente e descuidada com as particularidades dos âmbitos territoriais locais” (Allegretti, Dias & Antunes, 2016:146). Alguns destes casos

promovem falsos meios de participação e ocasionam a participação negativa, isto é, a participação em protesto a decisões que privilegiam interesses específicos em detrimento do coletivo (Salgado, 2015:201). Logo, a utilização de métodos inadequados ou pouco eficazes resultam no desinteresse da população em envolver-se na gestão do ambiente em que vivem e de seu património, assim como no descrédito de que as instituições governamentais necessitam de seu contributo para promover uma gestão integrada.

Ora, se a reabilitação urbana surge em resposta à tomada de consciência sobre a necessidade de integrar nas políticas de desenvolvimento urbano os valores intangíveis do suporte físico das cidades, ainda é necessário que o conceito de património seja entendido na sua dimensão urbanística³, ou seja, como um processo de construção e reconstrução dos valores culturais e sociais vinculados ao território (Smith, 2006:13). Do mesmo modo, é necessário que este entendimento esteja refletido na conceção de estratégias que promovam o desenvolvimento sem pôr em causa os valores que devem ser mantidos. Logo, na elaboração das políticas urbanas, é necessária a perceção de que os próprios valores e seus processos de construção são património e que devem ser preservados. Mas não no sentido de os “engessar”, como é associado normalmente aos aspetos materiais do património, mas de garantir a manutenção de seus processos de construção a todo o tempo.

As políticas de reabilitação urbana precisam, portanto, promover estratégias desvinculadas do objetivo de salvaguardar a “imagem da cidade” como uma condição imutável (Gonçalves, 2018:66), e contemplar intervenções que se achem como resposta às transformações necessárias ao desenvolvimento, para além do âmbito físico do património edificado e dos espaços públicos. As estratégias devem dar espaço para a contínua reapropriação dos espaços urbanos pelas comunidades que o vivenciam, com o intuito de fomentar as dinâmicas e os contextos socioculturais necessários para enraizar os processos de transformação urbana advindos do desenvolvimento.

Logo, as políticas devem promover medidas de participação cidadã que sejam efetivas, de modo a promover visões holísticas do território, e que estas se traduzam em intervenções voltadas para as necessidades do presente. Do mesmo modo, é necessário que as estratégias de participação cidadã sejam orientadas de modo a garantir que a manutenção do processo de partilha e atribuição de valores seja realizado pela população local, a fim de dar continuidade à construção do património como âncora de identidades coletivas.

³ “O Património Urbanístico [...] é património imaterial virtualmente corporizado pelo conjunto de edifícios de um núcleo, nele se destacando o edificado anónimo ou genérico [...] é o sistema imaterial residente — resistente, se quisermos — da vida urbana e da sua evolução e transformação [...]” (Rossa, 2015, p.113).

Esta dissertação pretende, portanto, responder à questão: como orientar a participação cidadã em favor dos objetivos da reabilitação urbana? Deste modo, esta dissertação investiga como a implementação de práticas de participação cidadã pode contribuir para a operacionalização de estratégias de reabilitação urbana, ao promover oportunidades para:

- integrar o património urbanístico a partir da reapropriação viva realizada pela população local, através de atividades que promovam a atribuição de valores ao património;
- fomentar o envolvimento e a construção de uma identidade coletiva vinculada ao território, fortalecendo o sentido de pertença das comunidades;
- fomentar o conhecimento do património e a caracterização dos valores identitários existentes no território, para que sejam incorporados nas estratégias de desenvolvimento urbano;
- transpor as recomendações de desenvolvimento internacionais para o nível local, contribuindo para a tomada de ações pertinentes ao território e que respondam as reais necessidades locais;
- construir relações de proximidade entre a comunidade e os gestores dos espaços urbanos.

Na Parte I da dissertação é analisado o tema da participação cidadã como recurso para um processo integrado de reabilitação urbana. O capítulo inicia com uma breve exposição sobre a evolução dos conceitos de património, a fim de expô-lo como um processo de partilha de valores. Deste modo, defende-se que, para que o património seja de facto um recurso para o desenvolvimento urbano, o seu processo de integração deve ser participado. O tema da participação cidadã no contexto do planeamento e da gestão urbana é abordado com a exposição cronológica sobre as teorias do planeamento colaborativo, além de como a participação tem sido posta em prática nas políticas públicas ao longo dos anos. Em seguida são expostos os principais princípios, metodologias, métodos e ferramentas comumente utilizadas nas experiências participativas. Por fim, são exemplificados os principais princípios a considerar no âmbito das experiências participativas em contextos de reabilitação urbana, a partir da análise de quatro experiências. Três em cidades portuguesas – nos municípios de Cascais, Guimarães e Aveiro, neste caso com o enfoque no bairro de Santiago – e uma no município brasileiro de São Paulo.

Na Parte II é apresentado o contexto do município de Condeixa-a-Nova, utilizado como objeto de estudo. Essa parte é iniciada com uma caracterização geral do concelho e dos seus instrumentos de gestão territorial, incluindo os especificamente dedicados à reabilitação urbana, face ao respetivo regime jurídico. Do mesmo modo, é feita a caracterização dos processos participativos existentes no município.

A recolha dos dados para a elaboração dessa parte foi possível devido aos contactos estabelecidos com técnicos da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, através de visitas ao local, reuniões e troca de correspondência. O acesso aos planos estratégicos de desenvolvimento urbano, de reabilitação urbana e aos processos participativos, assim como as reuniões com as arquitetas do município, Ana Moreira e Sofia Correia, foram fundamentais para o entendimento sobre o desenrolar dos processos existentes na Câmara. Da mesma forma, a participação numa reunião realizada para o planeamento do novo Orçamento Participativo (OP) de Condeixa, realizada entre as arquitetas, o atual chefe de gabinete, Nuno Matos e o responsável pela reestruturação do OP para nova edição em 2020, Giovanni Allegretti, foi fundamental para o entendimento da dinâmica dos processos sociopolíticos e socioeconómicos que caracterizam o município e das medidas necessárias para promover a articulação entre as estratégias do município e o processo do OP.

Para construir um panorama sobre o conhecimento dos moradores e das associações locais sobre os processos de reabilitação urbana, bem como sobre o envolvimento efetivo no processo do OP Condeixa, foram aplicados dois tipos inquéritos aos atores e disponibilizados *online* através de redes sociais, além de contactos estabelecidos por *e-mail* com as associações locais. Os inquéritos e resultados constam no Anexo III e IV. As mesmas impressões advindas dos agentes da Câmara Municipal e dos presidentes das Juntas de Freguesia foram recolhidas do trabalho de Fernanda Vaz⁴, que faz a análise do processo do OP Condeixa em suas várias edições, tornando-se um importante contributo sobre as potencialidades e limitações do processo.

Na Parte III são apresentadas propostas para uma abordagem integrada e participada na reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova. A proposta parte do pressuposto de que uma utilização mais eficiente de métodos e metodologias para o envolvimento da comunidade atua como uma medida para promover a coesão social, contribuindo para a consolidação e enraizamento das estratégias de reabilitação urbana no âmbito físico e económico.

Assim, com base na análise do processo de reabilitação urbana e das experiências de participação em Condeixa-a-Nova, e em comparação com as experiências analisadas na Parte I, são propostas recomendações para promover um processo participado de reabilitação urbana, a partir: 1) da adoção de princípios para uma gestão urbana integrada, que se defende que devem ser materializados num conjunto de instrumentos-base para fomentar o processo de cogovernança nas políticas de reabilitação urbana e nas demais áreas da gestão

⁴ Dissertação “Participação Cidadã: Estudo de Caso do Orçamento Participativo do Município de Condeixa-a-Nova”, desenvolvida por Fernanda Maria Gonçalves Vaz, para o Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em Setembro de 2019.

urbana; 2) da criação de uma metodologia para um processo de reabilitação urbana participado, utilizando os métodos colaborativos nos processos de reabilitação urbana; 3) da utilização de métodos para a concretização de objetivos estratégicos, através do planeamento de cenários para a concretização dos cenários de reabilitação urbana desejados.

Em vista disto, esta dissertação procura evidenciar alguns dos possíveis meios para a integração de práticas de participação cidadã nas políticas urbanas, principalmente no âmbito das políticas de reabilitação urbana integrada. Defende-se que a participação deve ser planeada de forma estratégica e transversal às intervenções de reabilitação urbana, e que os métodos e metodologias colaborativas devem constituir parte do conjunto de instrumentos administrativos e jurídicos que visam a operacionalização da reabilitação urbana. Deste modo, estas práticas poderão operar como medidas que a Administração Central e Local podem, em conjunto, adotar a fim de atuarem no âmbito da coesão social das comunidades locais.

“CONSERVAZIONE SIGNIFICA
RIAPPROPRIAZIONE SOCIALE DELLA CITTÀ.

In questo caso infatti
CONSERVAZIONE É RIVOLUZIONE.”⁵

⁵ “Conservação significa a reapropriação social da cidade. Nesse caso, de facto, 'Conservação é revolução'.” [Trad. da autora] Accame, 1974, p. 100-101 (in Bandarin, 1979, p. 187).

1. A participação cidadã como recurso para a reabilitação urbana integrada

1.1 Património e(m) desenvolvimento: uma abordagem *bottom-up* para o desenvolvimento urbano sustentável

As agendas internacionais para o desenvolvimento sustentável constituem, atualmente, uma base orientadora para que os diversos países do mundo possam desenvolver as suas próprias estratégias de desenvolvimento. Com base na abordagem no âmbito da Recomendação da Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011a) – *Historic Urban Landscape* (HUL), reconhecem-se as cidades como um organismo vivo, composto por camadas históricas de valores tangíveis e intangíveis que integram os espaços físicos construídos e naturais, e que existem como “património vivo”.

A recomendação HUL configura, logo, um novo paradigma nas políticas urbanas internacionais, que busca integrar o património urbano como parte das respostas aos desafios do desenvolvimento. Estes desafios relacionam-se, nomeadamente: com processo de urbanização acelerada e de sustentabilidade do desenvolvimento urbano; com as mudanças climáticas; com a transformação das dinâmicas socioeconómicas das cidades, em decorrência da indústria do turismo; e com a perceção dos valores patrimoniais a serem protegidos (Bandarin & Oers, 2012:113).

Contudo, o entendimento de que a conservação e a integração do património podem constituir uma força motriz do desenvolvimento urbano representa um reflexo das sucessivas mudanças de paradigma quanto aos valores associados ao conceito de património ao longo dos séculos.

As teorias e abordagens de conservação do património, apreendido como um bem coletivo a partir do século XV, basearam-se no ideal de monumento histórico⁶ até o século XX. Ao longo dos séculos, a simbólica associada ao património sofreu um processo de ampliação quanto a tipologia de bens, a seu quadro cronológico e âmbito geográfico. Do mesmo modo, a atribuição de valores aos monumentos históricos ocorreu de forma distinta entre os países (Choay, 1992:137), uma vez que as interpretações sobre as consequências decorrentes,

⁶ Os monumentos eram destinados a transmitir a memória de algo ou de algum facto memorável. Contudo, houve uma progressiva substituição do ideal de memória por um novo conjunto de valores relacionados com a condição de testemunho histórico do património, dando abertura para a introdução de novos valores de ordem histórica, artística e política (Choay, 2001, p. 20). A ideia de monumento histórico estava relacionava-se, logo, com a construção da identidade nacional, com base no património histórico representado pelas edificações.

primeiramente, da Revolução Francesa e, um século depois, da Revolução Industrial, condicionaram as diversas formas de intervenção no património edificado.

A proteção deste património, que veio a ser considerado um bem comum pertencente à sociedade, ganhou importância à escala internacional sob a denominação de “bem europeu”⁷ (Bandarin & Oers, 2012:6; Choay, 1992:142). Deste modo, o exercício de práticas de conservação, principalmente em Inglaterra, França e Itália, contribuiu significativamente para a construção das bases teóricas sobre a conservação do património⁸. Assim, os valores em presença nas intervenções fomentaram o desenvolvimento teórico da disciplina da conservação no final do século XIX e início do século XX, estabelecendo a base das teorias de conservação do património e das discussões sobre o seu papel na sociedade moderna até muito recentemente.

O século XX marca o início das principais reorientações quanto às abordagens de intervenção no património. A proteção institucional do património ganha relevo ao final da 1ª Guerra Mundial, devido ao surgimento da consciência em proteger as cidades históricas e seus valores da destruição⁹. Em vista disto, os centros históricos tornaram-se um precioso vestígio da estrutura urbana pré-industrial e de suas comunidades, que deveriam ser protegidos incondicionalmente das ameaças advindas do desenvolvimento. Como efeito, grande parte das políticas de salvaguarda previram medidas que transformavam os centros antigos em museus a céu aberto, caracterizados pela qualidade e quantidade de monumentos históricos (Choay, 1992:192).

Com a criação da UNESCO em 1945, ao fim da 2ª Guerra Mundial, o âmbito das discussões tomou maior proporção e suscitou o início da elaboração de declarações, recomendações e das cartas patrimoniais. Estes documentos doutrinários foram concebidos com o intuito de consolidar uma unidade internacional quanto aos princípios teóricos, as

⁷ Este constituiu o princípio do que viria a transformar-se no conceito de “valor universal excecional”, concebido na Convenção do Património Mundial de 1972 (Bandarin, 2019, p. 86).

⁸ As intervenções de conservação realizadas durante o século XIX evidenciaram a atribuição de valores ao património edificado que resultaram, por vezes, em abordagens divergentes. Em Inglaterra, a abordagem defendida por John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896) atribuía ao património o valor de memória, cuja sua valorização como testemunho histórico condicionava uma abordagem anti-intervencionista. [Cf. Ruskin, John (1849). *The Seven Lamps of Architecture*. New York. Dover Publications, 1989]. Em França, a abordagem concebida por Viollet-le-duc (1814-1879), idealizava que as intervenções têm a função de reestabelecer o monumento (arquitetónico e urbano) no tempo presente, e que apenas desta forma é possível ser restituído o valor histórico e atribuído o valor artístico. [Cf. Viollet-Le-Duc, Eugène E. (1875). *Restauration*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000]. Em Itália, Camillo Boito (1836-1914) foi um dos principais teóricos que desenvolveram abordagens de intervenção baseadas numa síntese das doutrinas anteriores, consideradas antagónicas. [Cf. Boito, Camillo (1884). *Os restauradores*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002].

⁹ A Carta de Atenas de 1931 foi elaborada como o primeiro documento internacional concebido em resposta à necessidade de ordenar os princípios a serem considerados na reabilitação do património destruído pela guerra.

diretrizes para a prática da conservação e as categorias de bens a salvaguardar (Lira, 2016a:2). A Carta de Veneza de 1964, documento que marca a principal mudança de paradigma quanto ao conceito de património, representou simbolicamente o término do ideal de monumento histórico (Choay, 2011:125) e deu início a noção da cidade histórica como “património urbano”¹⁰.

Assim sendo, a cidade histórica é apreendida como parte de uma rede de funções urbanas que caracteriza a cidade moderna¹¹, concebida não mais como um objeto estático, mas sim como um organismo cinético e em constante transformação (Bandarin & Oers, 2012:11). Para além do âmbito funcional, os centros históricos assumem o papel de núcleo identitário da cidade contemporânea e têm a função de estabelecer a hierarquia e o diálogo entre as formas urbanas antigas e modernas (Bandarin & Oers, 2012:14). Os centros históricos são parte do contínuo histórico que compreende a cidade em sua totalidade, e deve estar integrado na conceção geral da metrópole moderna a nível territorial. Assim, a integração da cidade antiga é tida como possível a partir da escolha de funções compatíveis com as que a morfologia urbana tradicional pode absorver. Estes conceitos vieram a compor documentos internacionais e políticas de salvaguarda europeias desenvolvidas a partir de 1960, nomeadamente a Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975), e constituem uma base das atuais abordagens das políticas de conservação urbana e desenvolvimento sustentável.

As abordagens de conservação urbana elaboradas desde o final do século XX tiveram por intuito promover a salvaguarda das áreas urbanas antigas através da sua integração no contexto urbano em desenvolvimento. Novos contributos transformaram a disciplina da conservação num domínio interdisciplinar, resultando no desenvolvimento de variadas ferramentas de interpretação e conceção do espaço construído. Questionamentos como “o quê e para quê preservar?” e “como gerir o processo de mudança?”¹², refletiam a preocupação em conceber respostas que fossem compatíveis com as necessidades da sociedade.

¹⁰ O termo património urbano surge pelo trabalho teórico e prático de Gustavo Giovannoni (1873-1943), em sua obra *Vecchie città ed edilizia nuova* (1931). Sua abordagem teórica aos centros antigos conjuga os principais valores atribuídos ao património até então: o valor museológico, histórico e estético, detentor da identidade local; o valor racional e de uso, como lugar que assume uma das funções na cidade moderna; e o valor de social e de atualidade, ao defender a preservação do tecido social e sua integração no presente com vista para o futuro. Cf. Kuhl, B. et al. *Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos*. Cotia, Ateliê, 2012.

¹¹ A cidade moderna, proveniente do movimento intelectual delineado por Le Corbusier (1887-1965), resultava de ideais de desenvolvimento baseados no conceito de desenvolvimento urbano funcional. A cidade antiga, considerada obsoleta pelo devir da sociedade industrial, era vista como incompatível com os modos de vida da sociedade moderna, devendo ser destruída para dar lugar ao novo modelo de planeamento urbano (Bandarin & Oers, 2012:18; Bandarin & Oers, 2015:2). [Cf. Corbusier, L. (1924). *La Ciudad del Futuro*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1985].

¹² Teóricos como Kevin Lynch (1914-1994), desenvolveram no contexto pós-guerra diversos princípios e conceitos que gradualmente aproximavam o património e a sociedade como parte de uma mesma esfera (Bandarin & Oers, 2012, p. 32).

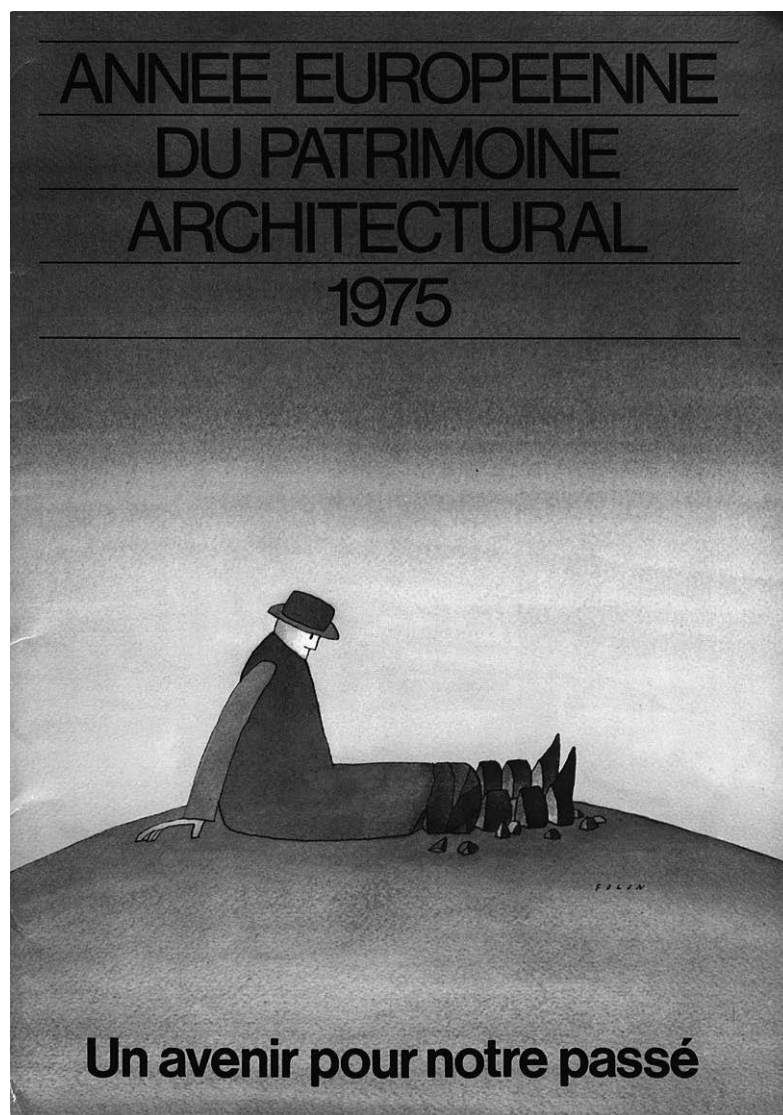


Figura 1 – Poster do Ano Europeu do Património Arquitetónico: Um futuro para o nosso passado (1975) (Roth et al., 2004:20).

Contudo, na prática, estas vertentes de pensamento orientaram apenas tenuemente a formulação das políticas patrimoniais. Grande parte das políticas de salvaguarda, por consequência do processo de mundialização dos valores ocidentais e da difusão do conceito de cultura a partir da década de 1960¹³, conceberam intervenções de valorização do património que simbolizavam a conversão de seu valor de uso em valor económico. O ideal de integração dos centros urbanos antigos por meio da sua reutilização pela indústria cultural culminou na criação de políticas que, apesar de reconhecerem o valor social do património, foram concebidas à luz de interesses imobiliários e turísticos.

Apesar dos usos vinculados ao turismo aparentarem uma compatibilidade com tecido urbano tradicional, estes culminaram num intenso processo de transformação social dos centros antigos, decorrente do fenómeno da gentrificação. Além disso, a delimitação de “áreas de proteção”¹⁴ e a elaboração dos respetivos “planos de proteção e de valorização”, por exemplo, ilustram o modo como as políticas de patrimonialização contribuíram para a individualização dos centros históricos e para a visão de cidade como um binómio, composto pelo “centro histórico” e pela “restante da cidade” (Gonçalves, 2018:27). Este cenário contribuiu sobremaneira para a instauração de quadros de desagregação urbana, ao tornar os centros históricos objetos excecionais ao contexto da cidade em favor de sua preservação pela indústria do turismo.

Nos últimos 50 anos, assistiu-se à evolução de princípios estabelecidos pelos organismos internacionais para a reversão dos quadros de desagregação urbana, através da integração do património cultural. Os conceitos apresentados nas agendas internacionais representam uma gradual reorientação da importância conferida à conservação material do património e ao sistema de valores que estes simbolizam para a sociedade (Bandarin, 2019:87).

É disto exemplo a Declaração de Amsterdão de 1975, que apresentou, pela primeira vez e a nível internacional, os princípios da “conservação integrada”, que sublinham o valor social do património e a importância da preservação da cultura local, bem como da integração das políticas de gestão do património nas políticas de ordenamento do território. Uma década mais tarde, o conceito de “desenvolvimento sustentável” advindo do Relatório de Brundtland (1987), abarca o entendimento da cidade como objeto a salvaguardar e assume a sua condição de mutabilidade. A partir da Declaração de Nairobi (1976), assiste-se à defesa da necessidade de preservar o sistema de valores que conforma a cidade histórica, como também a introdução

¹³ O processo de revolução cultural ocorrido a partir da década de 1960, incorporou o discurso pela preservação do património como parte dos novos conceitos associados a cultura (Choay, 2001, p. 210-211).

¹⁴ Como promulgado pela lei Malraux de 1962, um “setor de proteção” constitui uma área urbana que está sujeita a regras especiais para a conservação do seu carácter histórico.



Figura 2 – Poster “Europa: Um património comum” (1999-2000) e “Acesso a direitos sociais na Europa” (2000) (Roth et al., 2004:48;55).

do ideal de “significância cultural” dos espaços físicos e da diversidade das expressões culturais, com a Carta de Burra de 1979. Ademais, a Declaração de Nara de 1994 apresenta a expansão do conceito de autenticidade para o âmbito da dimensão intangível do “ambiente cultural”.

A preservação dos valores intangíveis do património urbano tornou-se relevante juntamente ao processo de integração da cultura nas agendas internacionais. A partir da Conferência de Stockholm de 1998, o papel da cultura é evidenciado como chave para o desenvolvimento sustentável, além de ganhar expressão ao nível do planeamento urbano e territorial, como evidencia o Memorando de Belvedere de 1999. Este cenário foi fundamental para a transformação do ideal de património urbano como uma criação coletiva, onde as camadas históricas que compõem o território são compostas pelos valores das sucessivas percepções e necessidades das sociedades ao longo do tempo.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) de 2000, marcam o início de abordagens e metodologias que elegem a cultura como motor para o crescimento económico, bem como designam o património como o centro dos processos de desenvolvimento local. O Memorando de Vienna de 2005, logo, consolida o ideal de cultura como motor para o desenvolvimento sustentável, assim como apresenta a cidade como uma “paisagem urbana”, que é o resultado de dinâmicas no âmbito físico, social e económico do contínuo urbano.

Deste modo, esboça-se a visão de que o património só existe quando relacionado com uma comunidade e define dois aspetos fundamentais para a atual abordagem das políticas patrimoniais (Bandarin, 2019:101):

- 1) que o património desempenha um papel central na vida de comunidade;
- 2) e que nenhum património pode ser efetivamente conservado sem a participação da comunidade.

A atual abordagem de conservação no âmbito da HUL, representa a consolidação dos principais conceitos elaborados até então: o valor de memória do património, o direito ao seu deleite estético e a responsabilidade coletiva pela sua conservação (Bandarin & Oers, 2012:10). Além disso, visto que as comunidades devem ser consideradas as protagonistas das estratégias de conservação, a conservação urbana passa a ser entendida como um processo essencialmente coletivo e participado (Bandarin, 2019:93).

Assim, a abordagem HUL sintetiza e clarifica as abordagens desenvolvidas desde o final do século XX, sendo proposta como uma abordagem *bottom-up* à conservação urbana (Bandarin 2019:82). Deste modo, constitui o documento-base dos atuais princípios de conservação urbana, elaborado em resposta à necessidade de reformular os processos de gestão e do desenvolvimento urbano de forma integrada. Assim, a abordagem HUL foi

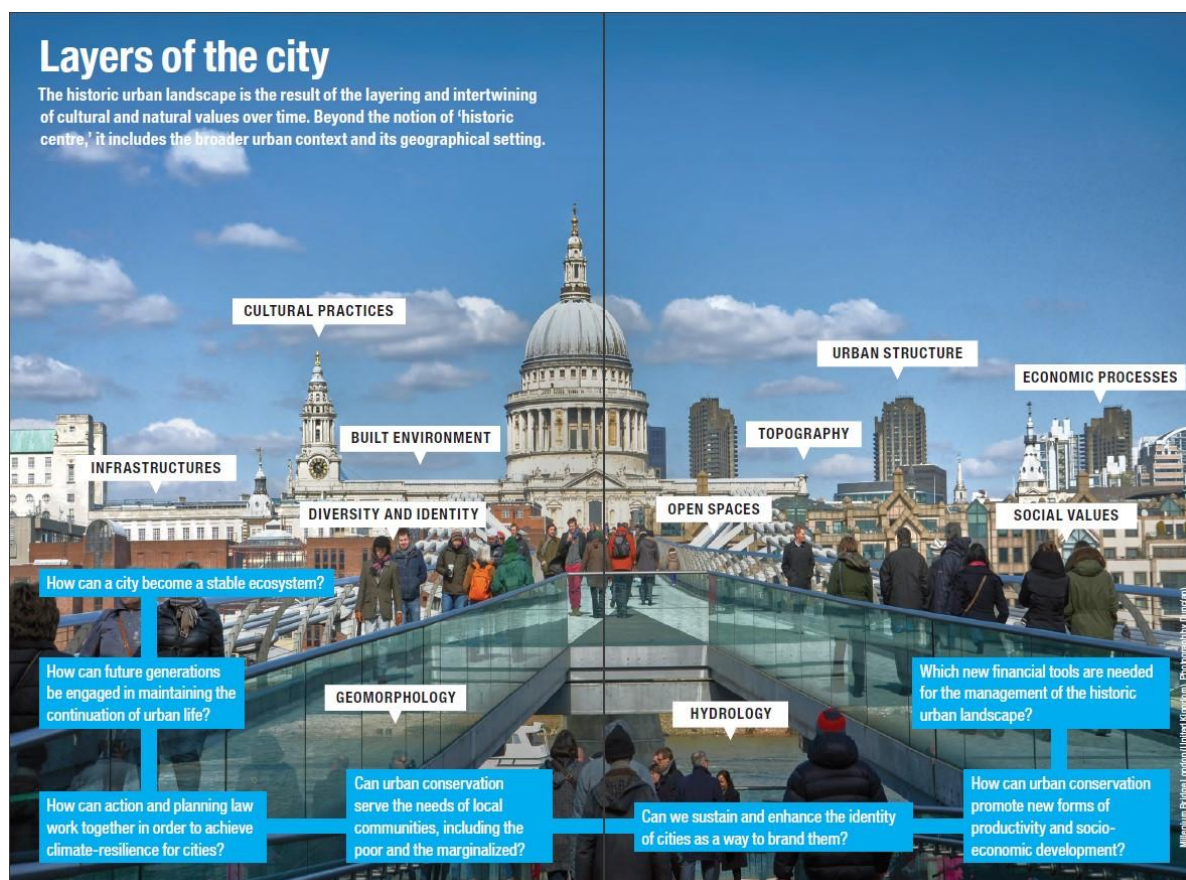


Figura 3 – Camadas da Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011:12).

elaborada como uma ferramenta capaz de reinterpretar os valores do património urbano, bem como para identificar novas abordagens de conservação urbana (Bandarin & Oers, 2015:180). Além disso, estabelece que as políticas de conservação urbana devem oferecer respostas às necessidades da sociedade e que estas devem estar no centro dos processos (Bandarin, 2019:84-85). Com isso, as políticas de conservação urbana pretendem não mais promover o “congelamento” dos centros antigos, mas fortalecer suas identidades e torná-los modelos de desenvolvimento urbano (Bandarin, 2019:81).

Assim, a Agenda 2030 (ONU, 2015), que determina Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assume a cultura¹⁵ como uma dimensão transversal às políticas de desenvolvimento e estabelece 17 objetivos a alcançar através de um conjunto de ações necessárias para, em diversos âmbitos, promover o desenvolvimento sustentável da população mundial e de seu habitat. Do conjunto dos ODS, o Objetivo 11 atua no contexto dos espaços urbanos e pretende *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*, e estabelece que a salvaguarda e a integração do património nas políticas de desenvolvimento urbano constituem um dos principais recursos para a construção de cidades sustentáveis. Estes objetivos estão alinhados com os princípios de programação política defendidos na Nova Agenda Urbana – Habitat III (ONU, 2016), que além de abrir novas perspetivas sobre o entendimento da cultura como âncora para o desenvolvimento, foi elaborada para orientar a implementação das recomendações presentes no âmbito da abordagem HUL nos próximos vinte anos.

Atualmente, assiste-se a esta reorientação das políticas urbanas e de ordenamento do território, no intuito de promover o planeamento urbano integrado. Nesse contexto, a participação da população local torna-se essencial para a construção de visões e abordagens inclusivas e holísticas ao território, uma vez que atua como principal componente para a integração do património urbanístico. Para isto, a promoção de medidas para a participação cidadã atua como instrumento singular para o envolvimento da comunidade local de um modo proativo, fundamental para que o processo de partilha de valores associados ao património urbanístico tenha continuidade, e se ative assim o compromisso de todos no planeamento de salvaguarda em desenvolvimento (Rossa, 2015a:499-500).

¹⁵ Esta compreensão é decorrente do reconhecimento, em 2015, da cultura como 4º pilar para o desenvolvimento sustentável, visto o seu papel em fortalecer a identidade e o senso de pertença das comunidades e prover novas oportunidades de desenvolvimento no tempo presente e para as gerações futuras.

1.2 Teorias e abordagens de participação cívica no âmbito do planeamento urbano

Das teorias do planeamento colaborativo às inovações democráticas

A primeira geração de iniciativas participativas, com origem entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970, tinha no cerne das discussões o direito social à participação, relacionado em grande parte com a inclusão de grupos sociais marginalizados e/ou de baixo poder económico nos espaços de discussão política. Os agentes mobilizadores encaravam a participação como uma forma de redistribuição de poder e, consequentemente, como um meio de reduzir o poder do Estado, a quem competia conceder aos cidadãos direitos iguais no exercício da cidadania. A partir deste contexto, as primeiras teorizações sobre a participação surgiram com base na análise de alguns processos experimentais procurando-se perceber quais os resultados, os constrangimentos e as suas fragilidades.

Um contributo importante deste período consiste na noção de “escala de participação cidadã”, de Sherry Arnstein (1969), que é concebida como uma metodologia que analisa os níveis de abrangência dos processos participativos. A escala de Arnstein tem sido amplamente utilizada por diversos autores para a verificação dos níveis de participação em processos de gestão urbana, assim como em qualquer atividade que possua instância decisória. Segundo Arnstein, a escala de participação é composta por 8 graus que definem um escalonamento entre níveis de não-participação e níveis de participação cidadã. Além disso, a análise expõe de modo abrangente e elucidativo os variados contextos dos processos investigados pela autora, e constitui, deste modo, uma síntese que auxilia na compreensão dos diversos graus de participação cidadã que existem comumente na maior parte dos processos.

Apesar da primeira geração de iniciativas participativas refletir a preocupação política de promover a inclusão de grupos minoritários no processo deliberativo, as discussões e a tomada de decisões ocorriam habitualmente como uma negociação entre os profissionais-especialistas e os políticos. Consequentemente, os grupos-alvo permaneciam à margem das tomadas de decisão. Do mesmo modo, as análises destes processos descreviam os processos existentes e não indagavam soluções para os constrangimentos enfrentados na tentativa de promover níveis genuínos de participação.

A partir da década de 1980, emergiu uma nova geração de teorias de planeamento que defendiam a ascensão dos processos participativos para além do objetivo da legitimação política ao nível da inclusão social. Como crítica às políticas públicas de então, consideradas débeis em relação ao aprofundamento teórico e aos métodos práticos dos processos,

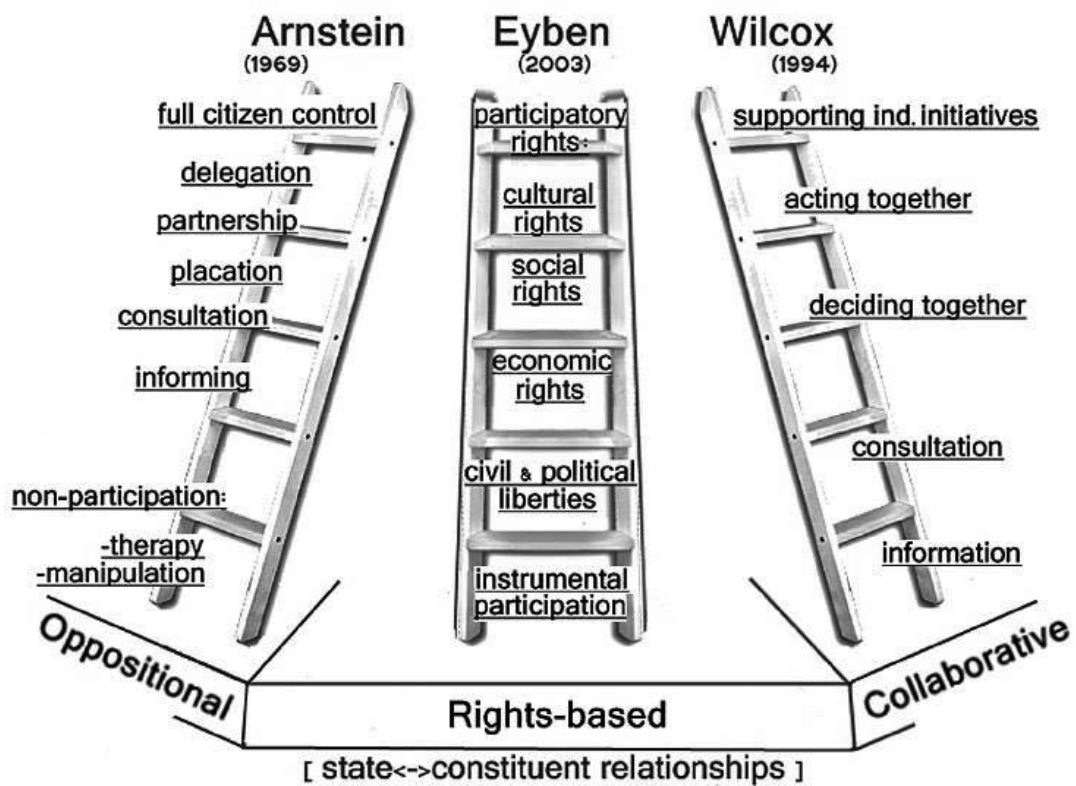


Figura 4 – Teorias e abordagens de participação cidadã (Aylett, 2010:101).

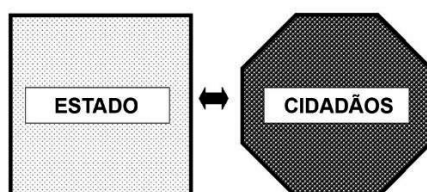
surgiram novas teorias para contrapor aos tradicionais modelos racionalistas nos quais se ancoravam então as políticas de planeamento (Goodspeed, 2016:2).

As principais críticas aos modelos de planeamento vigentes centravam-se no facto de a disciplina do planeamento ter sido tratada até então pelos especialistas como uma ciência aparentemente exata, baseada numa lógica centrada no que se podia mensurar e avaliar segundo hipóteses e dados concretos. O papel dos planeadores resumia-se a atuar como agentes neutros e o do público estava limitado a conceder uma validação aos valores e objetivos pré-definidos pelos especialistas. Na prática, pôde ver-se que raramente se alcançava um acordo sobre os valores e objetivos necessários para que as soluções fossem implementadas (Innes & Booher, 2015:4-5).

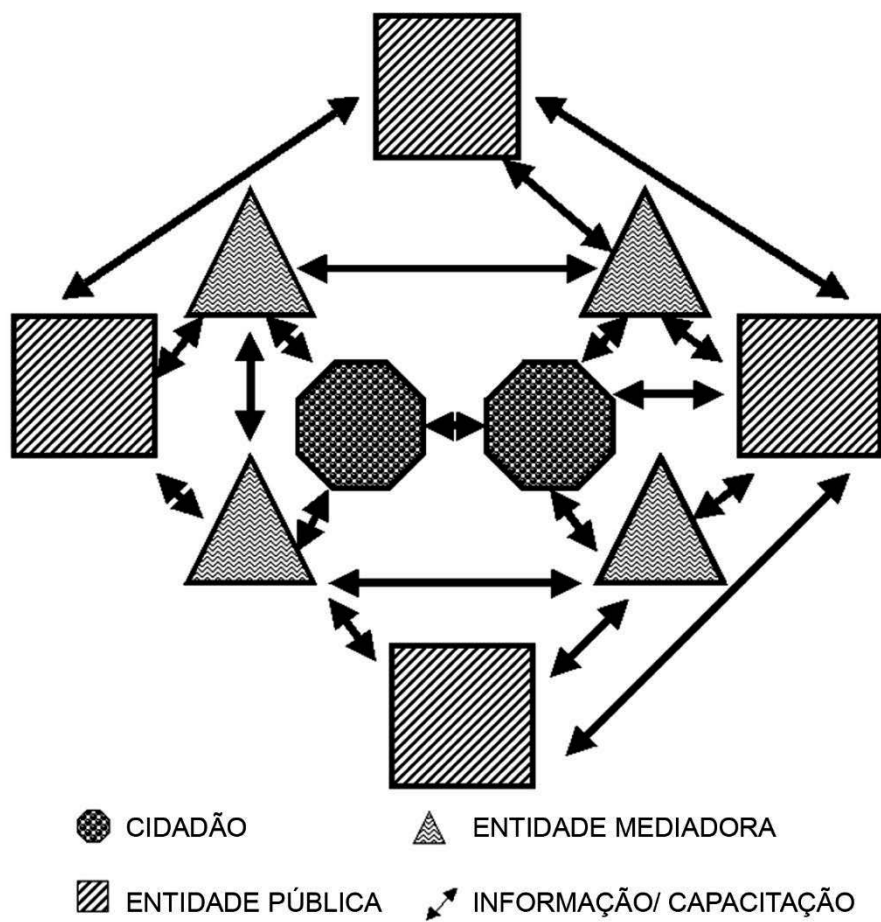
Assim, designada como um paradigma emergente da teoria do planeamento por Judith Innes (1995), a abordagem da ação comunicativa ou, como chamado mais recentemente pela mesma autora, teoria do planeamento comunicativo – *communicative planning theory* (CPT) –, surge em resposta à maneira como a anterior geração de planeadores “sistemáticos” e positivistas concebiam o assunto (Innes, 1995:183). Diferente dos métodos usados até então, que contribuíam para desvincular o público das atividades cívicas e ocasionavam a alienação do sistema político (Booher & Innes, 2000:3), as novas teorias e técnicas tratam o tema como uma atividade interativa, onde os processos deliberativos entre as partes interessadas é que moldam os entendimentos para definir as diretrizes a serem seguidas no processo de planeamento (Innes & Booher, 2015: 4-5).

Estas teorias tiveram origem em estudos desenvolvidos por inúmeros investigadores de planeamento e áreas afins, que, ao utilizarem conceitos de teóricos das ciências sociais – como a teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas (1984), a teoria estruturalista de Anthony Giddens (1984) e, mais recentemente, a teoria da comunicação (*communication power*) de Manuel Castells (2009) – desenvolveram ferramentas para analisar e apreender as circunstâncias dos processos existentes e aprimorar suas perspetivas sobre a prática do planeamento (Innes, 1995:183).

Em geral, os autores da CPT concentravam a investigação no desenvolvimento de abordagens que impulsionassem a comunicação, o diálogo e a interação entre as partes nos processos de planeamento. Contudo, a investigação era realizada segundo diferentes perspetivas: alguns autores direcionavam-nas ao âmbito do papel do planeador, sob o ponto de vista ético e profissional, como é o caso de John Forester (1989); outros, concentraram as suas análises nas possíveis soluções para o envolvimento dos atores e sobre os mecanismos a serem utilizados no processo deliberativo, como na investigação de Judith Innes feita em parceria com David Booher (1999, 2002, 2010, 2015); outros, ainda, investigavam os impactos



Paradigma tradicional da participação cidadã



Paradigma da participação cidadã colaborativa

Figura 5 – Paradigmas da participação cidadã. Adaptado pela autora, de Innes & Booher (2000:27-28).

que esses mecanismos poderiam ter nos processos de desenvolvimento urbano, como é o caso de Patsy Healey (1992). As novas abordagens deram margem para o desenvolvimento do tema inclusive por autores que antes trabalhavam segundo o pensamento racional e passaram a produzir novas obras segundo a abordagem dos teóricos da ação comunicativa (Faludi, 1992 *in* Innes, 1995), resultando numa gama diversificada de contributos teóricos.

De acordo com Robert Goodspeed (2016:2), Patsy Healey (1997) será a autora que abordou com maior riqueza intelectual os conceitos que fundamentam as CPT. A sua investigação explora as condições em que os processos colaborativos podem desempenhar o potencial para mudar as práticas de gestão, as culturas e os processos de governança (Healey, 2003:107). Para Patsy Healey (2003:112), o planeamento colaborativo trata, portanto, de estratégias para aprimorar a “governança do lugar”¹⁶ a partir da leitura do dinamismo que conforma os contextos de intervenção. Este processo de leitura envolve a atenção aos discursos e práticas cotidianas, bem como a compreensão das realidades que coexistem nos espaços urbanos e como podem suceder as dinâmicas futuras.

Ainda em meados da década de 1990, o discurso sobre uma “governança colaborativa” converteu-se, em certa medida, como uma prática excecional a um princípio considerado de senso comum e defendido por numerosos formuladores de políticas (Healey, 1997:281). Este cenário resultou, em muitos contextos, num *slogan* para descrever uma nova forma de governança baseada no planeamento estratégico colaborativo. Contudo, os processos que se baseavam nestes princípios estavam longe de demonstrar as qualidades que um processo colaborativo poderia possuir.

Na prática, grande parte destes processos não alcançavam uma participação genuína no planeamento ou no processo de decisão, em virtude do uso de métodos pouco eficazes e que podiam promover falsos meios de participação, ou mesmo dar abertura à participação numa fase onde não seria possível alterar parte significativa dos projetos. Apesar do discurso de que o cidadão é o centro do processo, a verdade é que estes processos resultaram no afastamento dos cidadãos devido à falta de meios para os integrar nas diversas fases do processo (Innes & Booher, 2000:7-9).

A sucessão de práticas deste gênero constituiu um dos motivos pelos quais se foi criando uma desilusão por parte dos cidadãos para com as instituições democráticas. Referidos

¹⁶ Os processos de governança são situações únicas, em contextos específicos, e o processo de engajamento nesta matéria gera formas de pensar e agir que podem ser transportadas para os episódios subsequentes de governança. Assim, o papel do planeamento (e do planeador) está no constante questionamento das práticas de governança existentes, assim como no auxílio às comunidades para desenvolver abordagens que supram as falhas existentes.



Figura 6 – O Toolkit HUL (UNESCO, 2016:15).

muitas vezes como males-democráticos¹⁷, as democracias representativas não satisfazem necessariamente o cidadão. Algumas evidências como o declínio da participação eleitoral e da participação de organizações tradicionais, além dos indicadores que demonstram baixos níveis de confiança em políticos e instituições políticas, expressam a crescente desconexão entre os cidadãos e os tomadores de decisão (Smith, 2009:7), refletindo a tensão que existe entre o que as pessoas desejam e o que os autores das políticas julgam ser necessário para o desenvolvimento.

Apesar do embasamento conceitual das CPT ter sido construído através dos inúmeros contributos e trocas de experiências entre os teóricos ao longo das últimas décadas, as CPT sempre foram alvo de críticas por não terem sido capazes de solucionar os tais males-democráticos, como também por não se terem tornado de facto um novo paradigma de planeamento. Algumas das obras mais recentes, produzidas pelos principais autores-colaboradores das CPT, foram elaboradas em resposta a essas críticas, de forma a retrucá-las e esclarecer de modo aprofundado os princípios que foram defendidos anteriormente (Healey, 2003:108; Innes & Booher, 2015:5-8).

Contudo, ainda que existam conflitos ideológicos, cada vez mais os cientistas políticos averiguam que o planeamento colaborativo constitui parte do conjunto de ações que promovem a inclusão social e que reparam os males-democráticos. Deste modo, incorporar métodos inovadores que ampliem as formas de participação dos cidadãos, deve integrar as estratégias de desenvolvimento urbano para reaver a confiança política do cidadão e reengajá-lo nos processos decisórios (Smith, 2009:5).

O início do século XXI fica marcado pelo incentivo à participação como um fator que reforça a sustentabilidade das políticas públicas. A abordagem do planeamento comunicativo continuou a suscitar o interesse de novos investigadores e, então, passou a ser também denominada como teoria do planeamento colaborativo – *collaborative planning theory* (CPT). Apesar da CPT não representar por completo a gama de abordagens produzidas nesse período, esses estudos possuíam em comum, além da adoção das teorias sociais, a afirmação do carácter deliberativo da disciplina do planeamento (Goodspeed, 2016:2).

Deste modo, têm surgido mais recentemente estudos com novas perspetivas sobre os conceitos já explorados, onde se salienta como os novos planeadores devem engajar-se em ações estratégicas que devem estar alinhadas com os valores das CPT (Sager, 2013, *in* Fischler, 2014:325), articulando a atenção às questões sociais com as metodologias de

¹⁷ O termo “democratic malaises” ou “democratic ills” é utilizado por diversos autores ao referirem-se ao descrédito da população em relação às instituições governamentais, provenientes da má utilização de métodos participativos (Dalton, 2004; Dalton et al., 2006; Offe, 2003; Habermas, 1973; *in* Geissel, 2013:8).

Estágios dos projetos			Inicial	Planeamento	Execução	Monitorização
Nível de envolvimento da comunidade	4	Autogestão <i>Gestão exercida pela comunidade</i>	Comunidade inicia a ação	Comunidade planeia e programa de forma autónoma	Comunidade executa de forma autónoma	Comunidade gerencia e monitoriza de forma autónoma
	3	Cocriação <i>Compartilhamento dos encargos e processos decisórios entre as autoridades e a comunidade</i>	Autoridades e comunidade iniciam ação em parceria	Autoridades e comunidade planeiam em parceria	Autoridades e comunidade executam em parceria	Autoridades e comunidade gerenciam e monitorizam em parceria
	2	Consulta <i>Autoridades solicitam a opinião da comunidade</i>	Autoridades iniciam a ação após consulta aos cidadãos	Autoridades planeiam após consulta aos cidadãos	Autoridades executam com o consentimento dos cidadãos	Autoridades gerenciam e monitorizam com o consentimento dos cidadãos
	1	Informação <i>Sentido único do fluxo de informação das relações públicas</i>	Autoridades iniciam a ação	Autoridades planeiam e programam de forma autónoma	Autoridades executam de forma autónoma	Autoridades gerenciam e monitorizam de forma autónoma

Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

planeamento e métodos para a realização dos projetos. A utilização de termos como o *consensus building* (Healey, 1997:236; Innes, 1998:57; Wates, 2000:186), já adotados em estudos anteriores, orientam conceitualmente novas intervenções que são fundamentadas nas teorias de planeamento colaborativo tradicionais.

Atualmente, a participação é promovida de forma transversal pelas agendas internacionais, nomeadamente orientada para os diversos objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 (ONU, 2015) para o desenvolvimento sustentável da população mundial.

O cenário mais recente demonstra que as instituições governamentais tentam encontrar novas formas de adaptação aos desafios e pressões sociais, tentando implementar vários métodos e metodologias participativas de modo que conceda aos cidadãos a função de orientar a vontade política nos processos de tomada de decisão (Geissel, 2013:9).

Deste modo, o entendimento sobre o que é a participação surge com diferentes ênfases nas correntes teóricas emergentes. De acordo com Graham Smith (2009:7-9), algumas teorias ressaltam o valor intrínseco da participação no âmbito educacional e do desenvolvimento de um sentimento de pertença dos cidadãos, como também na renúncia dos seus próprios interesses em detrimento dos interesses coletivos e responsabilidades cidadãs, como aborda Carole Pateman (1970:42-43); outros autores ressaltam o valor instrumental da participação, como Geraint Parry (1972:26-31), no sentido da legitimação dos processos decisórios por parte dos cidadãos, por estes teoricamente constituírem os melhores juízes de seus próprios interesses; existem também autores que enfatizam os processos deliberativos, enaltecendo o processo como as decisões são tomadas, como retrata Amy Gutmann (1996:344); do mesmo modo, as vertentes de democracia direta enfatizam o momento do processo decisório, no sentido de promover uma abertura igualitária no processo de decisão coletiva, como ressalta Anne Philips (1995:13); por fim, outras vertentes democráticas a nível global questionam até que ponto as decisões tomadas por instituições governamentais podem ser legítimas sem a participação das populações afetadas.

Categorizações e critérios para a avaliação de experiências participativas

A implementação de novas ferramentas para orientar os processos participativos constitui o que tem sido denominado como inovações democráticas¹⁸, no sentido de representarem um distanciamento dos modelos democráticos tradicionais e uma aproximação a novos métodos

¹⁸ Por “inovação”, abordado no contexto político, entende-se a definição de procedimentos, introduzidos de forma intencional com o objetivo de corrigir as falhas existentes e aprimorar a qualidade dos processos democráticos (Geissel, 2013:11; Smith, 2009:5).

Grupos de inovações democráticas			Nível de envolvimento ¹⁹
1	Governança cooperativa ou Cogovernança	Compreende processos que permitem a influência direta do cidadão na formação da vontade política e na tomada de decisões em uma extensão mais ampla, onde o poder é compartilhado entre os cidadãos e as autoridades eleitas a fim de aprimorar a eficácia na solução dos problemas e na legitimação das decisões.	Nível 3
2	Processos deliberativos	Consistem na realização de eventos pré-estruturados, geralmente para efeitos consultivos, que são frequentemente adotados em pequena escala. São atividades concebidas com o intuito de identificar objetivos coletivos e contam com a atuação de especialistas e facilitadores para mediar as atividades e angariar os resultados, cabendo aos órgãos responsáveis a decisão sobre os resultados recebidos.	Nível 2
3	Processos de democracia direta	São os mecanismos mais populares, como meio complementar da tomada de decisão nas democracias representativas. Podem ser estabelecidos por instituições governamentais ou por iniciativas locais, e consiste na votação direta em questões decisórias.	Nível 3 e 4
4	e-democracy	Abrangem uma série de instrumentos e canais de comunicação que ampliam os meios de atuação das metodologias tradicionais, nomeadamente através da maior facilidade de informação e agilização de processos pelas plataformas online. Contudo, a expectativa de que essas ferramentas tornariam os processos mais inclusivos foi superada pelas limitações práticas, que, por vezes, tornam os processos mais tendenciosos.	Todos os níveis

Tabela 2 – Principais categorizações das inovações participativas, segundo Geissel (2013).

¹⁹ Segundo a Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

para promover o envolvimento direto do cidadão (Smith, 2009:5). A introdução de inovações não significa necessariamente a invenção de novas metodologias, mas geralmente compreende a reinvenção de métodos já existentes, ou mesmo quando se trata de alguma mudança inserida num processo existente.

Segundo Brigitte Geissel (2013), é possível distinguir o seguinte grupo de principais inovações participativas (conforme sintetizado na Tabela 2): a governança cooperativa, os processos deliberativos e os processos democráticos diretos, além da *e-democracy*, que compreende as ferramentas de democracia eletrónica.

Este grupo de inovações participativas representa o resultado da análise de experiências recentes, que procuraram implementar inovações para o envolvimento dos cidadãos em processos de planeamento urbano. Deste modo, é perceptível a existência de uma gama de inovações que permitem a participação nos variados níveis de abrangência, e segundo as diferentes ênfases e objetivos nos quais a participação pode ser orientada.

Há que notar que muitas metodologias tradicionais são projetadas para promover o engajamento de indivíduos que representam organizações civis e/ou desempenham um papel importante na execução das políticas. Entretanto, as novas metodologias são normalmente criadas para promover a participação direta do indivíduo, considerado leigo ou não-especialista, não por reivindicação de direitos civis, mas sim pelo facto do dever de exercício da cidadania.

Um aspeto importante a salientar, é o facto de os estudos atuais se concentrarem na abordagem de estudo de caso. Apesar de alguns apresentarem uma compreensão rica dos casos analisados, por avaliarem cada tipo de metodologia no contexto específico, estes estudos tendem a relatar meios informais de envolvimento e acabam por constituir uma “colcha de retalhos científica”²⁰, deixando muitas perguntas em aberto (Geissel, 2013:9). Contudo, o que muitos autores investigam está no âmbito das formas institucionalizadas de participação, que promovem um papel formal do cidadão nos processos decisórios no planeamento estratégico local e territorial.

Este cenário ocasiona uma preocupação em avaliar as inovações democráticas no âmbito do potencial democrático desses métodos, isto é, no sentido de perceber como é que os métodos conseguem expressar, na prática, as diferentes expectativas concebidas pelas vertentes teóricas. Consequentemente, nos últimos anos, foram desenvolvidos critérios de

²⁰ Segundo as instituições internacionais de desenvolvimento, neste tipo de abordagem não é possível estabelecer uma relação direta sobre os métodos a utilizar e os resultados efetivos, como também o nível de investimento em termos financeiros e temporais para implementá-los e avaliá-los (OECD, 2005:10).

Critérios para a avaliação de experiências participativas		
1	<i>Inclusão e significância</i>	Avalia o grau em que as demandas dos participantes são levadas em consideração pelos formuladores de políticas, bem como em que nível os processos são transformados em políticas. Este critério advém do pensamento comumente partilhado entre os indivíduos, de que a sua participação não causa impactos e que os políticos não se preocupam com suas opiniões. Por isso, este critério também avalia se há disposição de uma gama de ferramentas igualitárias, como forma de abertura à participação, bem como o contexto da abrangência de atores, visto que em muitos casos a participação atinge apenas a parcela ativa da sociedade, que já manifesta interesse em participar.
2	<i>Legitimidade</i>	Avalia o grau de aceitação da decisão ou do processo decisório, sob a perspectiva do indivíduo ou público em geral, e no grau de confiança que o cidadão tem nas instituições públicas e nas tomadas de decisão. Este critério surge em resposta aos processos participativos que geram mais frustração e descontentamento do que envolvimento positivo da população nos processos. Desta forma, este critério aborda a relação de apoio dos cidadãos ao sistema político, no sentido do grau de consenso ou satisfação.
3	<i>Deliberação</i>	Relaciona-se com a qualidade do próprio processo de deliberação, no sentido de promover o planejamento de processos deliberativos de alta qualidade, para que os cidadãos possam refletir sobre as suas vontades, de modo a transformá-las em propostas consistentes. Este critério possui, portanto, relação com os meios de agregação do cidadão, no sentido de torná-los capazes de contribuir efetivamente para o processo.
4	<i>Eficácia</i>	Avalia o grau de concretização do objetivo coletivo inicial no processo. Este critério relaciona-se com o critério da legitimidade, visto que também avalia se as decisões políticas são legítimas, se os objetivos são efetivamente transformados em políticas e se os cidadãos estão satisfeitos com o resultado. Contudo, é difícil avaliar se o objetivo coletivo foi alcançado em sociedades mais complexas, visto que existe uma maior gama de objetivos coletivos. Uma vez que as metodologias são muitas vezes projetadas para identificar os objetivos coletivos e traduzi-los em políticas, as metodologias também podem ser avaliadas se são úteis para identificar ou traduzir os objetivos dos processos.
5	<i>Educação democrática</i>	Avalia o caráter educativo da inovação, no sentido de analisar a metodologia e como possibilitou o fomento do espírito crítico do cidadão, o seu conhecimento e as suas capacidades cívicas, assim como a capacidade de as autoridades ouvirem e envolverem-se com cidadãos.

Tabela 3 – Critérios para a avaliação de experiências participativas, segundo Geissel (2013).

avaliação para a análise das inovações participativas, inseridas no contexto de democracias consolidadas.

Deste modo, Brigitte Geissel (2013) desenvolve uma estrutura-síntese dos principais critérios adotados por diferentes autores, baseada num conjunto de 12 estudos²¹. A estrutura foi concebida com o intuito de avaliar as inovações existentes, e inclui 5 critérios, conforme na Tabela 3: participação inclusiva e significativa; legitimidade; deliberação; eficácia; e educação democrática.

A utilização de critérios para avaliar as inovações é importante como um meio de sistematizar os resultados obtidos nas experiências, com o intuito de desvincular-se da abordagem de estudo de caso. Contudo, como grande parte das metodologias têm como objetivo comum tratar os efeitos dos males-democráticos, o seu resultado efetivo é obtido apenas através da aplicação empírica, assim como a perceção da sua funcionalidade e do que deve ser aprimorado.

Os estudos têm vindo a ser aperfeiçoados no âmbito teórico e prático, ao mesmo tempo, que os seus efeitos ainda estão a ser testados pelas políticas públicas, visto que a maior parte das experiências tiveram pouco ou nenhum impacto nas políticas públicas (Geissel, 2012:211). Na prática, há inúmeras fragilidades decorrentes da conceção institucional das experiências participativas de pequena escala. Grande parte das práticas tende a enfatizar a participação dos grupos já mobilizados e não da nova gama de atores, como também acabam por não ser pertinentes ao contexto específico e não se aplicarem como uma inovação a nível do sistema democrático em si. Nesse sentido, a importância do reconhecimento das falhas e limitações é primordial para que seja possível desenvolver meios para corrigi-las. Além disso, o planeamento institucional é essencial para que sejam introduzidas metodologias bem planeadas e inovações de experiências participativas que contribuam para a redução dos males das instituições democráticas contemporâneas.

²¹ Cada autor desenvolveu critérios específicos segundo os casos de estudo específicos. Contudo, Geissel expõe de forma sintética os principais critérios comuns aos diferentes autores.

Documento	Promotor	Público-alvo	Finalidade
<i>The European Handbook for Participation</i>	Programa de cooperação territorial URBACT	Países da União Europeia -	Guião de princípios e recomendações de boas práticas para promover a participação cidadã, destinado aos atores locais, governantes, especialistas e habitantes.
<i>The Community Planning Handbook</i>	Escritório de especialistas sediado no Reino Unido	Organizações públicas, privadas e de voluntariado	Manual de métodos e metodologias para o planeamento de experiências participativas, voltado para governantes, especialistas e atores locais
<i>Antígona</i>	Associação de especialistas, mestres em Investigação Participativa pela Universidade de Madrid	Organizações públicas e privadas, redes de investigação e formação académica e profissional	Metodologia para a elaboração de planos de ação participados, no âmbito do planeamento do processo participativo, para especialistas, governantes e entidades locais.
<i>Co-Cities LabGov</i>	Rede internacional de pesquisadores	Atuação internacional	Metodologia para implementar princípios da governança colaborativa, voltado para os governos locais e instituições parceiras

Tabela 4 – Quadro comparativo entre os manuais e metodologias colaborativas.

1.3 Pilares para o planeamento de experiências participativas

A criação de bases de dados de novas experiências e suas metodologias, constitui um meio para prosseguir a investigação teórica a partir de casos empíricos. Como resultado, diversos guiões e manuais têm sido produzidos a fim de divulgar boas práticas e mostrar as metodologias desenvolvidas, como estas podem ser aplicadas num contexto específico e como os conceitos que estão na base dos métodos podem ser adaptados de acordo com o objetivo final.

Com base na análise de alguns destes manuais e guiões, sintetizados na Tabela 4 e no Anexo II, foram identificados os três pilares que conformam as experiências participativas, nomeadamente: os princípios, as metodologias e os métodos e ferramentas. Estes pilares configuram a estrutura das experiências e evidenciam os modos como as teorias têm sido postas em prática, ao representar uma síntese das principais vertentes de atuação e dos conceitos que norteiam as experiências participativas mais recentes.

Princípios

Os manuais de participação são uma forma de registo das experiências participativas desenvolvidas nos últimos anos e, por meio destes, tem sido possível a assimilação de princípios e conceitos que abarcam a reflexão sobre o tema da participação cívica e os processos de governança, bem como sobre as vertentes práticas de atuação.

A definição de princípios de atuação acontece em resposta a questões que permeiam os processos participativos, como: *Quais os objetivos da participação; quem envolver e quando envolver? Como desenvolver a comunicação entre os atores? Quais métodos e ferramentas utilizar? Como envolver em cada estágio do processo de desenvolvimento urbano? Como avaliar os resultados e impactos da participação?*

Deste modo, nos princípios presentes nos manuais mais relevantes no contexto europeu e internacional, definidos principalmente no âmbito da Carta da Participação²² (URBACT, 2009:87-89), enfatiza-se a importância da participação cidadã como um recurso para:

- 1) fomentar a construção de processos de cogovernança e de políticas públicas responsivas;
- 2) impulsionar a integração socioeconómica e o desenvolvimento urbano e territorial;

²² No A Carta da Participação constitui a carta de princípios elaborada como síntese do Manual Europeu para a Participação (URBACT, 2009) – The European Handbook for Participation – que reúne e o resultado de uma análise participada das principais experiências europeias de participação.

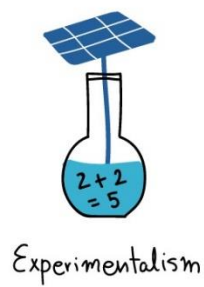
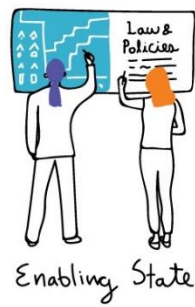


Figura 7 – Os 5 princípios Co-City para a construção de processos de cogovernança (LabGov, 2018:7-8).

3) contribuir para a coesão social e para a formação da identidade local;

Tendo em conta que a participação dos cidadãos é necessária para reverter o quadro de declínio da vida cívica e de falta de confiança nas instituições públicas, defende-se o envolvimento dos cidadãos para a ampliação dos espaços democráticos locais. Para isso, é necessária a presença dos diversos atores na formação de uma organização coletiva para cogovernar os espaços urbanos.

Daqui sobressaem duas conclusões prévias importantes. Por um lado, a importância destes princípios para que a Administração Pública possa desempenhar um papel de “facilitador”, necessário para fomentar a criação de apoios e acordos que, por sua vez, promovam processos de governança que integrem a participação como parte das estratégias de desenvolvimento urbano e territorial (LabGov, 2018:8; Ganuza *et al.*, 2012:15). Por outro lado, a importância de se ter em conta que a promoção de apoios provenientes das instituições locais, também atua como recurso para o estabelecimento de novas oportunidades e conexões de ordem socioeconómica entre os territórios.

Mas, além destas conclusões prévias, é ainda importante ter em conta que a participação cidadã fomenta a criação da identidade coletiva, visto que promove o conhecimento do património local e a construção dos valores que lhe são atribuídos. A formação de uma identidade coletiva contribui para a criação de redes cívicas responsáveis por conduzir os processos de desenvolvimento e renovar as práticas de administração das políticas públicas.

Destaca-se, ainda, que a construção de políticas públicas responsivas é essencial para o desenvolvimento de uma abordagem de governança adequada a contextos específicos, bem como para o desenvolvimento de ferramentas propulsoras para a tomada de decisões coletivas, resultando na cocriação dos espaços urbanos (LabGov, 2018:8; Wates, 2000:5).

No âmbito das vertentes práticas de atuação, outros manuais estabelecem princípios para a utilização de métodos e ferramentas, que se aplicam a grande parte dos processos participativos. Como abordado por Wates (2000), esses princípios abrangem temáticas que envolvem a elaboração do processo participativo, as atividades a desenvolver a partir da aplicação dos métodos, além de questões sobre como envolver a comunidade local.

Deste modo, a participação cidadã é vista como um processo que não constitui um fim em si mesmo, mas sim um meio para alcançar um determinado objetivo. A qualidade do processo possui maior importância do que a quantidade de participantes, visto que os resultados dos processos é que são os catalisadores para novas oportunidades de mudança dos contextos iniciais. Logo, o desenvolvimento de processos participativos exige compromissos entre organizadores e participantes, e necessita ser planeado de acordo com os objetivos e

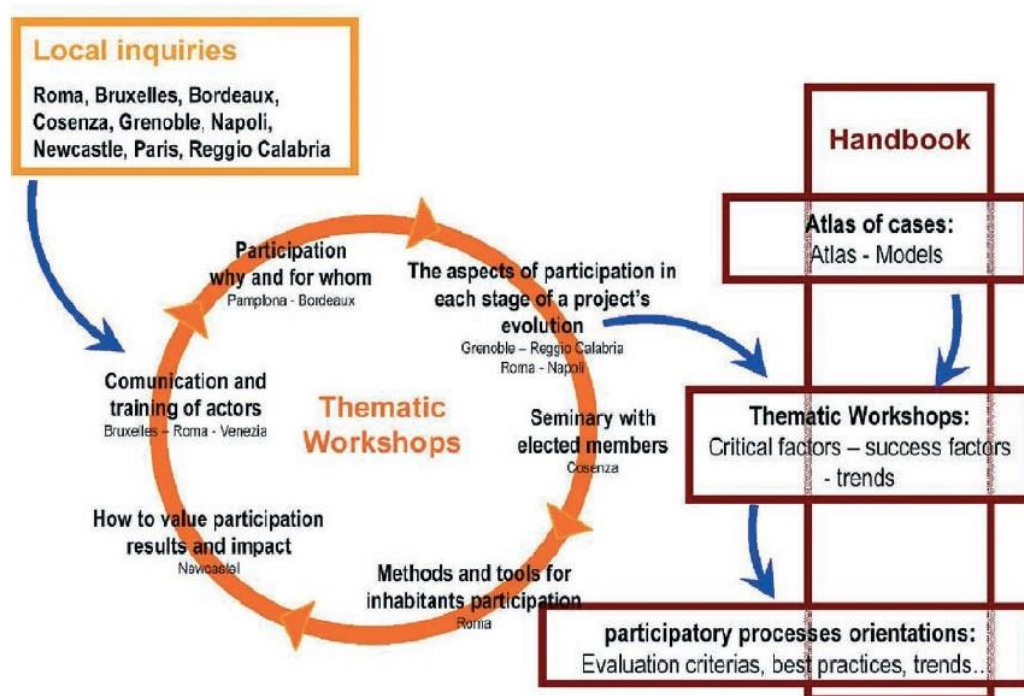
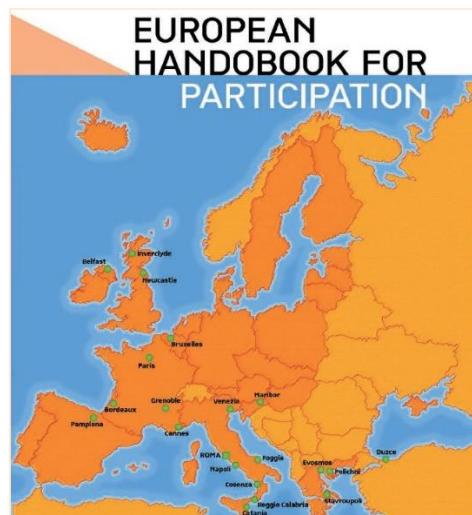


Figura 8 - Metodologia URBACT Participando para a implementação de processos de cogovernança (URBACT, 2009:21).

necessidades dos contextos de intervenção.

O processo participativo deve ser planeado estrategicamente, de modo a utilizar os métodos mais adequados ao contexto de intervenção e adaptá-los aos meios disponíveis para a sua implementação. Do mesmo modo, deve-se considerar as características e potencialidades locais, bem como as capacidades dos participantes e da mão-de-obra local, como ponto de partida para planear uma estratégia única para cada contexto.

Assim sendo, evidencia-se a importância de envolver todos os atores na definição dos objetivos das estratégias de intervenção desde os estágios preliminares, a fim de torná-los uma parte efetiva do processo. No processo, deve-se proporcionar o espaço para que a comunidade local trabalhe em conjunto aos especialistas, além do tempo necessário para desenvolver a sua capacitação nas matérias relacionadas aos temas e atividades a desenvolver.

Neste contexto, o papel de “facilitador” é associado aos profissionais e especialistas que desenvolvem as atividades em campo, pois são quem melhor pode integrar a população local na tomada de decisões e na resolução de problemas. Além disso, cabe aos especialistas o papel conciliador entre as diferentes agendas, objetivos de desenvolvimento e necessidades locais, bem como estabelecer o equilíbrio entre objetivos visionários e viáveis.

Por fim, o desenvolvimento de uma cultura participativa é um processo que deve ser implementado gradualmente, utilizando métodos cuja complexidade seja ampliada à medida que a participação se torne um processo habitual. Deste modo, é importante a criação de bases de trabalho no local da intervenção, a fim de fomentar a interação entre os especialistas e os participantes, além de possibilitar o entendimento sobre o contexto a partir do conhecimento dos atores locais. Além disso, deve-se desenvolver as atividades em grupos de escala “humana”, onde o número de pessoas seja adequado para estabelecer relações de proximidade entre os participantes.

A participação deve, portanto, constituir um processo claro e transparente, estabelecendo um entendimento comum sobre a abordagem adotada, os objetivos pretendidos, os desafios a enfrentar e os resultados a esperar. Para isto, é necessário que o processo apresente uma linguagem clara, que facilite a aprendizagem e o entendimento das informações apresentadas. A documentação do processo e das atividades deve ser igualmente feita, uma vez que é condição essencial para que a monitorização do processo participativo seja realizada de modo a corrigir as falhas e/ou aprimorar os processos ainda em seguimento.

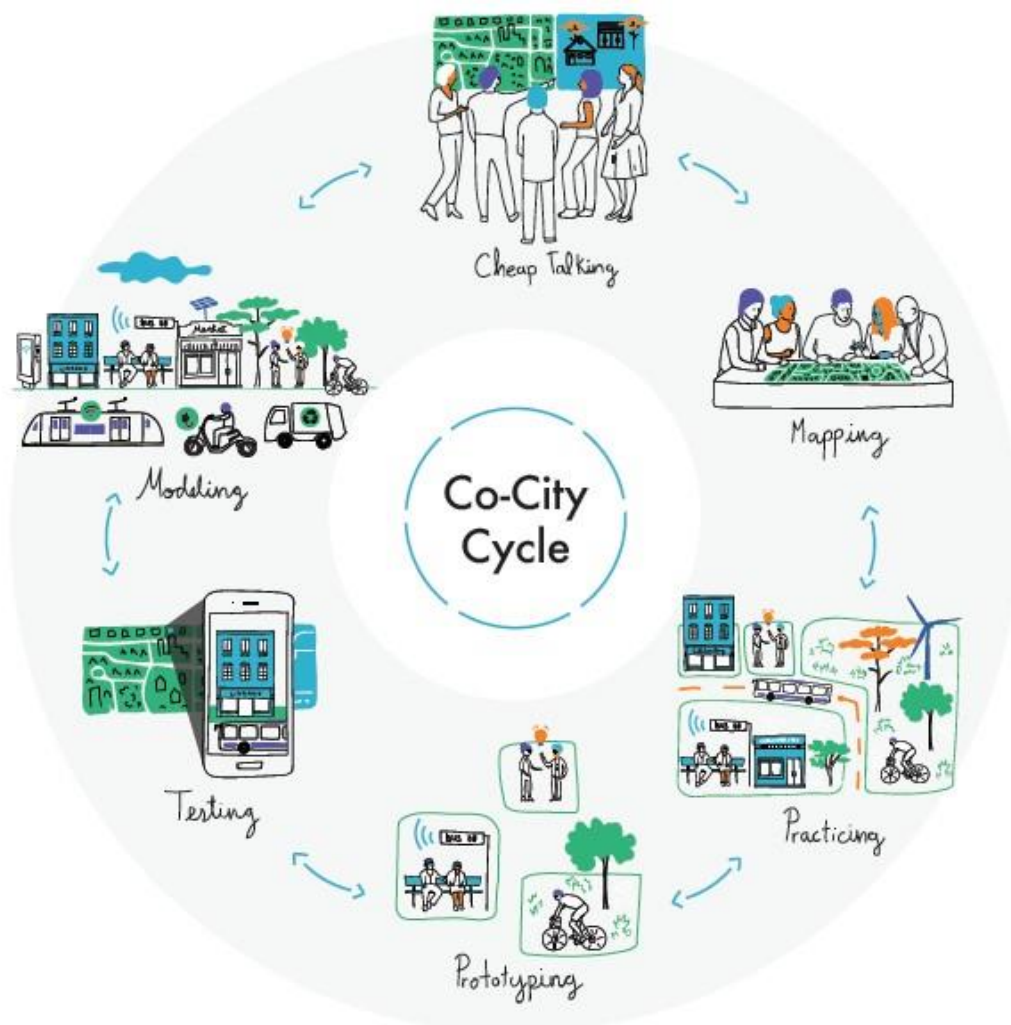


Figura 9 – As fases do Ciclo Co-City (LabGov, 2018:9).

Metodologias

Além da definição de Princípios de participação cidadã, os manuais referidos também propõem Metodologias para as experiências participativas. Neste âmbito, também são enfatizadas as metodologias ao nível da implementação de processos de cogovernança, do planeamento dos processos participativos e do planeamento das próprias experiências participativas.

Com o objetivo de pôr em prática os princípios da governança colaborativa e a título de exemplo, a metodologia *Co-Cities* é fundamentada no entendimento da cidade como um bem comum urbano (LabGov, 2018:7), onde os processos decisórios acontecem em parceria entre os diversos atores e implicam num papel ativo e inclusivo das comunidades locais.

A metodologia *Co-Cities* materializa-se no Protocolo *Co-City*, que, como pormenorizado no Anexo II, é estruturado segundo as fases do Ciclo *Co-City*. O Ciclo *Co-City* compõe um dos três pilares do Protocolo, em conjunto com a definição de princípios e de ferramentas práticas.

Deste modo, o Ciclo *Co-City* representa uma estratégia que envolve:

- 1) a organização de eventos para conhecer os valores e potenciais através do contato informal com os atores locais;
- 2) o mapeamento das características da área de intervenção, através de atividades em campo e o uso de ferramentas digitais para documentar os dados recolhidos;
- 3) a realização de atividades e eventos para identificar os atores e as possíveis associações entre projetos que tenham objetivos comuns;
- 4) o planeamento do protótipo do processo de cogovernança, a partir da reflexão por parte dos participantes e das autoridades políticas, sobre os resultados das etapas anteriores;
- 5) o teste do protótipo de cogovernança, cuja implementação é monitorizada e avaliada segundo os princípios e objetivos estabelecidos nas etapas iniciais do processo;
- 6) a adaptação do processo às normais legais e institucionais, de modo a promover a compatibilização entre os processos de governança.

Assim, o faseamento do Ciclo *Co-City* demonstra que a estratégia congrega as etapas: 1) de diagnóstico do contexto, 2) de planeamento da estratégia e 3) de execução e monitorização dos planos. Do mesmo modo, o manual elaborado por Ganuza *et al.* (2012), concebido com o intuito de propor uma metodologia para o planeamento de planos de ação participados, apresenta uma metodologia que se divide nas etapas de diagnóstico-contextualização e na de elaboração do Plano de Ação Integrado (PAI). Esta metodologia procura responder a questões como: *De onde e como partimos? Onde se pretende chegar? Qual é o objetivo e o que é que pode ser feito? Como é que pode ser feito e como é que está a ser feito?*



Figura 10 – Faseamento de processos participativos (Ganuza et al., 2012:35).

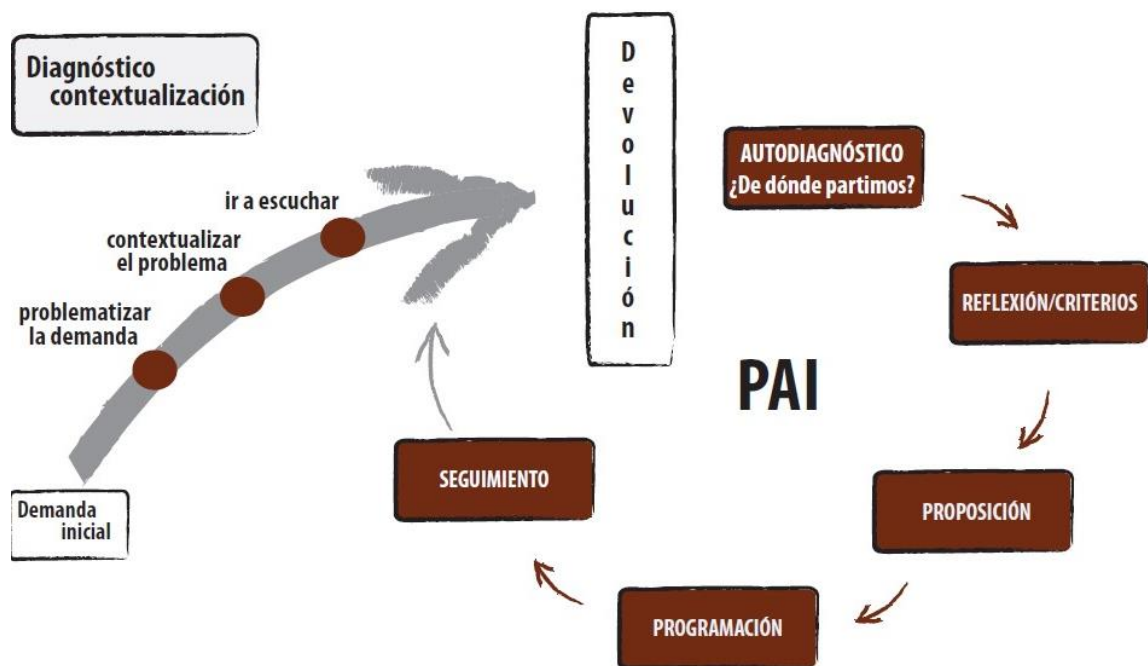


Figura 11 – Metodologia para a construção de processos participativos (Ganuza et al., 2012:249).

Logo, a etapa de diagnóstico-contextualização corresponde a uma fase de problematização da demanda, isto é, consiste no momento onde se pretende conhecer criticamente o contexto para poder transformá-lo. Esta etapa é encarada como uma etapa preliminar para promover a abertura do processo à participação, como também para que seja possível elaborar de forma precisa o plano de ação para a situação que deve ser transformada.

Esta etapa equivale à contextualização da demanda, sendo considerada como o ponto de partida para conhecer as questões que necessitam de atenção, bem como para descobrir as causas dos problemas e para determinar a pertinência no contexto das necessidades comuns. Após o término das atividades desta etapa, inicia-se o processo intermédio de devolução das informações aos atores envolvidos, para que assim possa dar prosseguimento à etapa de elaboração do PAI. O PAI tem por objetivo resolver um problema concreto, através da formulação pública de propostas de atuação mediante processos participativos (Ganuza *et al.*, 2012:122).

Na elaboração do plano de ação são dados diversos passos para envolver os diversos atores num único processo decisório. Logo, à semelhança do Ciclo *Co-City* (LabGov, 2018), a metodologia para a elaboração do PAI contempla:

- 1) o autodiagnóstico do processo, onde a sistematização das informações recolhidas na etapa de diagnóstico-contextualização é posta em discussão aos atores envolvidos, com o intuito de reunir as impressões sobre o problema e construir um senso comum;
- 2) a reflexão sobre o cenário desejado para o futuro, que resultará na construção dos critérios que serão utilizados como parâmetro para nortear as propostas;
- 3) a elaboração de propostas para alcançar o cenário desejado, considerando a dimensão prática e a viabilidade perante o cenário concreto;
- 4) a programação e priorização das propostas, através da elaboração de um conjunto de atividades que objetivam traçar as linhas de intervenção e ações para concretizar as propostas;
- 5) a monitorização da execução das propostas, através da análise e reflexão das informações recolhidas em campo, a fim de incorporá-las como mudanças no processo em curso.

Esta metodologia também pode ser aplicada a outras finalidades, como, por exemplo, para avaliar o processo de programas ou ações das políticas públicas em geral, como também no âmbito da pesquisa sociológica de uma zona ou, ainda, na regulamentação de processos de planeamento a nível territorial.

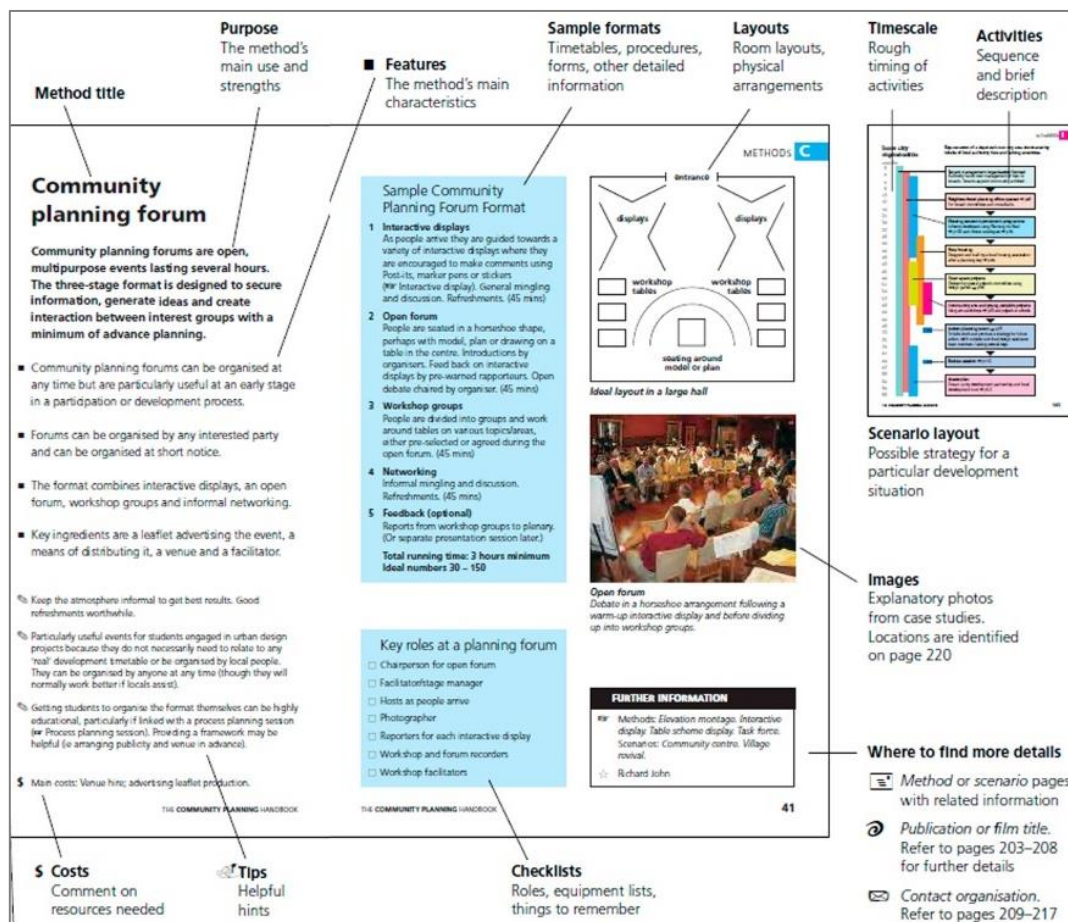


Figura 12 – Exemplo de estruturação de um método de participação (Wates, 2000:8-9).

Por fim, uma metodologia possível para o planeamento das experiências participativas pode ser observada no manual elaborado por Wates (2000), uma vez que, além de apresentar os princípios e os métodos comumente utilizados no desenvolvimento das experiências, exemplifica como estes podem ser combinados e que resultados podem ser obtidos em diferentes estratégias de participação. Deste modo, a metodologia consiste:

- 1) na definição do objetivo pretendido, de modo a planear o cenário desejado para o contexto, com a realização da experiência;
- 2) no planeamento da metodologia para alcançar o objetivo, selecionando os métodos adequados e planeando as combinações possíveis para delinear a experiência;
- 3) na programação e execução da metodologia, que envolve a organização das atividades, da composição das equipas, do cronograma de execução, dos custos envolvidos, das listas de equipamentos, formulários e demais elementos necessários para pôr a estratégia em prática.

Cabe ressaltar que a implementação das metodologias deve adaptar-se aos diferentes contextos e demandas do local onde são postas em prática, além de variar de acordo com o nível de complexidade dos processos de governança local.

As fases das metodologias possuem interdependência e correlação, e podem mesmo, em alguns casos, sobrepor-se. Além disso, a dimensão temporal do processo também tem implicações no seu grau de complexidade, e resulta, conseqüentemente, num maior ou menor grau de envolvimento e intensidade do processo participativo. Deste modo, é perceptível que as metodologias colaborativas devem ser utilizadas como um meio de abordar um determinado problema, a fim de planear, com uma perspectiva participada, propostas visando a transformação da situação inicial de determinado contexto (Ganuza *et al.*, 2012:31).

Métodos e ferramentas

Para o planeamento da metodologia e das atividades a serem realizadas na operacionalização da estratégia de participação, é necessário conhecer o conjunto de métodos e ferramentas necessárias para dar corpo aos processos e experiências participativas.

Segundo o Protocolo *Co-City* (LabGov, 2018), as ferramentas para pôr em prática os processos participativos, podem classificar-se em quatro grupos: 1) institucionais, 2) legais, 3) económicos e 4) digitais e tecnológicos. Estes grupos abrangem as ferramentas e métodos que estão presentes em grande parte dos manuais e guiões concebidos para orientar a criação de experiências. Nestes manuais, busca-se elucidar os diversos métodos existentes e orientar meios de utilizá-los de modo a planear estratégias que sejam adaptáveis aos contextos.

Categorização de métodos participativos	
Eventos	Reuniões promovidas pela Administração Local ou pelos promotores do processo, com o intuito de reunir as partes interessadas. Pode apresentar maior ou menor estruturação, de acordo com a escala proveniente do número de participantes. Os eventos possuem finalidades variadas e podem ser organizados para cumprir objetivos das diversas fases que compõem os processos, nomeadamente para a mobilização dos atores, para o conhecimento sobre o contexto, para a consulta e contextualização sobre o processo e para o planeamento das ações a serem implementadas.
Centros coletivos	Espaços físicos criados para promover a interação entre os atores e fomentar os processos de construção coletiva de objetivos e propostas. Podem ser de origem institucional, quando criado pelas autoridades locais, ou local, quando promovido pelos atores locais, materializando-se em laboratórios cívicos, centros de inovação, entre outros.
Incentivos	Instrumentos financeiros ou não-financeiros criados para apoiar os projetos locais. Podem ser fundos angariados através de financiamento cívico ou comunitário, bem como através de parcerias entre as partes interessadas ou instituições locais. Além disso, os incentivos podem advir de sistemas de premiações e recompensas, que funcionam como atrativo para a recolha de contributos
Grupos de trabalho	Grupos formados por especialistas, responsáveis por conduzir os processos participativos e auxiliar os atores no processo em questão. Podem advir da organização de laboratórios locais ou de processos promovidos pela Administração Pública.
Canal de comunicação	Espaços virtuais ou físicos que busca estabelecer conexões com os atores envolvidos no processo. Podem ter o propósito informativo, consultivo ou devolutivo, além de assumir diferentes formas de acordo com a fase do processo.
Workshops	Oficinas práticas voltadas para efetivação de objetivos concretos, de acordo com a etapa do processo onde são realizadas. Podem objetivar o conhecimento dos atores sobre o contexto e sobre os processos, a capacitação da comunidade local para participar dos processos participativos, a discussão sobre os planos e projetos locais, bem como o planeamento de propostas e projetos para o contexto local.
Ferramentas	Conjunto de instrumentos práticos que compõem as oficinas práticas e os processos participativos nos diversos objetivos. Podem assumir diversas formas de acordo com a fase do processo a que são orientados.

Tabela 5 – Categorização dos métodos apresentados em Wates (2000). Elaborado pela autora.

Neste âmbito, o manual elaborado por Wates (2000) apresenta as definições dos métodos colaborativos criados nas últimas décadas e de suas possíveis aplicações. Contudo, apesar de apresentar uma descrição pormenorizada e exemplos para a aplicação dos métodos, para a presente dissertação foi feita a categorização destes métodos, com o intuito de clarificar a quais grupos de ferramentas pertencem os métodos, bem como os âmbitos nos quais os métodos podem ser aplicados. Assim, como apresentado na Tabela 5 e pormenorizado no Anexo I, os métodos acham-se segundo sete principais categorias e 26 respetivas subcategorias.

No âmbito dos métodos utilizados para o planeamento do processo participativo, Ganuza *et al.* (2012) reúne um conjunto de métodos orientados para cada etapa do processo, a saber: diagnóstico, contextualização, sistematização, devolução, reflexão, proposição, programação e monitorização. Contudo, apesar de os métodos serem semelhantes aos workshops e ferramentas apresentados anteriormente, estes podem apresentar particularidades distintas, uma vez que sua descrição é voltada para as atividades referentes ao planeamento do processo.

Deste modo, através dos manuais referidos, percebe-se que os métodos e ferramentas podem variar de acordo com as finalidades e com a etapa onde são usados e postos em prática. Além disso, merece relevar a importância de se ter consciência das implicações decorrentes da escolha dos métodos e da sua adaptação ao contexto, pois geram diferentes perspetivas sobre os resultados pretendidos de acordo com a sua aplicação. Neste sentido, é perceptível a importância de planear o processo participativo considerando os objetivos específicos de cada contexto.

Por fim, é essencial que os métodos sejam escolhidos de modo a obter o melhor nível de conhecimento sobre o contexto, para que, deste modo, possam ser avaliadas quais as diversas ações possíveis e as respetivas consequências. Segundo Ganuza *et al.* (2012:244), muitos dos principais constrangimentos nos processos participativos, não estão na capacidade de os indivíduos participarem, mas sim nos métodos usados para promover o envolvimento e na escassez de informações recolhidas antes de dar início ao processo.

Como se pode ver na Parte III, bem como no Anexo I, a categorização dos métodos foi realizada nesta dissertação também com o intuito de definir os parâmetros a analisar nas experiências que são apresentadas no fim deste capítulo, bem como para compor as estratégias voltadas ao contexto do objeto de estudo da presente dissertação, nomeadamente para tornar participado o processo de reabilitação urbana do município de Condeixa-a-Nova.

PRESERVAR O PATRIMÔNIO E VALORIZAR AS INICIATIVAS CULTURAIS



INTEGRAR E ARTICULAR OS BENS CULTURAIS DO MUNICÍPIO



PROMOVER A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA IDENTIFICAÇÃO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL



INCENTIVAR A PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS ESTABELECENDO BENEFÍCIOS URBANÍSTICOS, COMO A TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DOS RUMOS DA CIDADE



PRINCÍPIO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA: DIREITO À PARTICIPAÇÃO POPULAR



PROCESSO PERMANENTE, DESCENTRALIZADO E PARTICIPATIVO DE PLANEJAMENTO



DIVULGAÇÃO À POPULAÇÃO DOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR



MECANISMOS DE FINANCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR ATRAVÉS DOS FUNDOS MUNICIPAIS



PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS ATUALIZADOS A CADA 4 ANOS

Figura 13 – Princípios da gestão urbana no município de São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2014:60; 66).

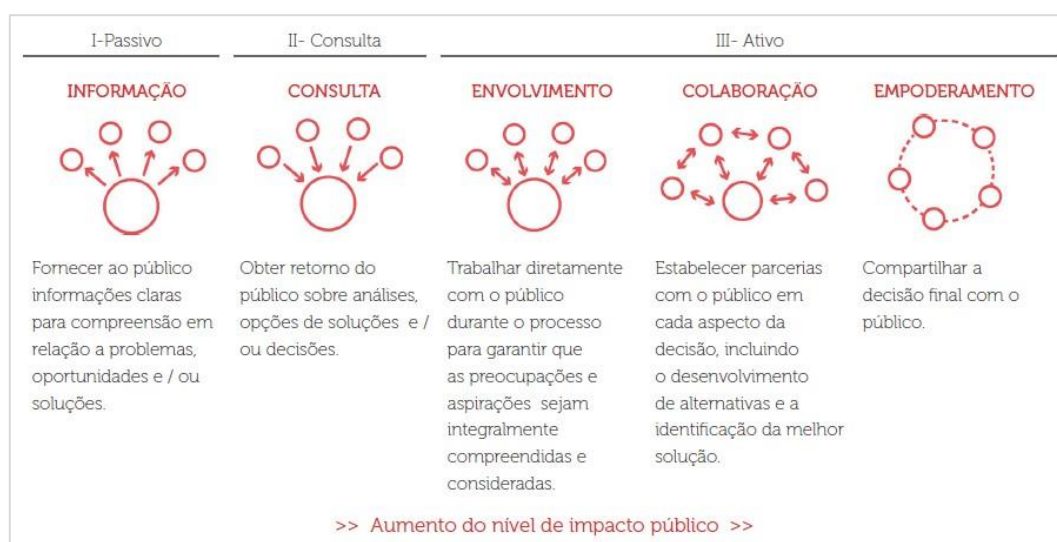


Figura 14 – Espectro da participação pública no município de São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2018:5).

1.4 Domínios da participação em contextos de reabilitação urbana

A fim de exemplificar a aplicação dos princípios, métodos e metodologias de participação cidadã em processos de reabilitação urbana, foram selecionadas quatro experiências que tiveram lugar em São Paulo, no Brasil, Cascais, Guimarães e Aveiro. Apesar das diferentes escalas e características socioeconómicas entre a cidade brasileira e as portuguesas, as experiências em causa constituem exemplos de experiências que adotaram inovações colaborativas, em maior ou menor instância, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do quadro físico, social e económico destas cidades.

Os casos são analisados por ordem decrescente de controlo institucional, ou seja, numa escala que vai desde políticas *top-down*, onde as autoridades são responsáveis por promover os mecanismos de inclusão dos cidadãos na tomada de decisão em diversos níveis, até às iniciativas *bottom-up*, que partem de indivíduos ou instituições locais e que contribuem para a transformação de aspetos relevantes do contexto local.

Deste modo, a escolha destas experiências pretende salientar a importância da participação cidadã para o processo de reabilitação urbana em quatro âmbitos principais: 1) na promoção de uma gestão urbana participada, 2) na criação de instrumentos e incentivos para envolver a população local, 3) no estabelecimento de relações de proximidade entre as autoridades locais e os cidadãos e 4) no fomento de organizações locais como impulsionadores para a criação do senso coletivo. Na Tabela 7 é apresentada uma comparação destes casos, apresentando as características territoriais, a sua abrangência e os princípios e categorias de inovações participativas utilizadas.

A plataforma de Gestão Urbana em São Paulo

São Paulo, primeira megalópole do hemisfério sul e a cidade mais populosa do Brasil²³, ganhou relevo ao receber reconhecimento pela ONU²⁴ pelas práticas de *e-democracy* em países em desenvolvimento. Estas práticas têm tradução na plataforma Gestão Urbana SP e têm vindo a influenciar as demais cidades brasileiras e de outras partes do mundo, no sentido de adotarem ferramentas *online* de administração pública (UN-HABITAT, 2015:81).

²³ Segundo o censo de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui mais de 12 milhões de habitantes e densidade demográfica de mais de 8 mil habitantes por km².

²⁴ O processo de revisão do PDE e a plataforma Gestão Urbana SP ganharam reconhecimento internacional ao entrar para o “Manual Shanghai 2016 – Um Guia para o Desenvolvimento Urbano Sustentável do século 21”, lançado na Conferência Habitat III em 2016.

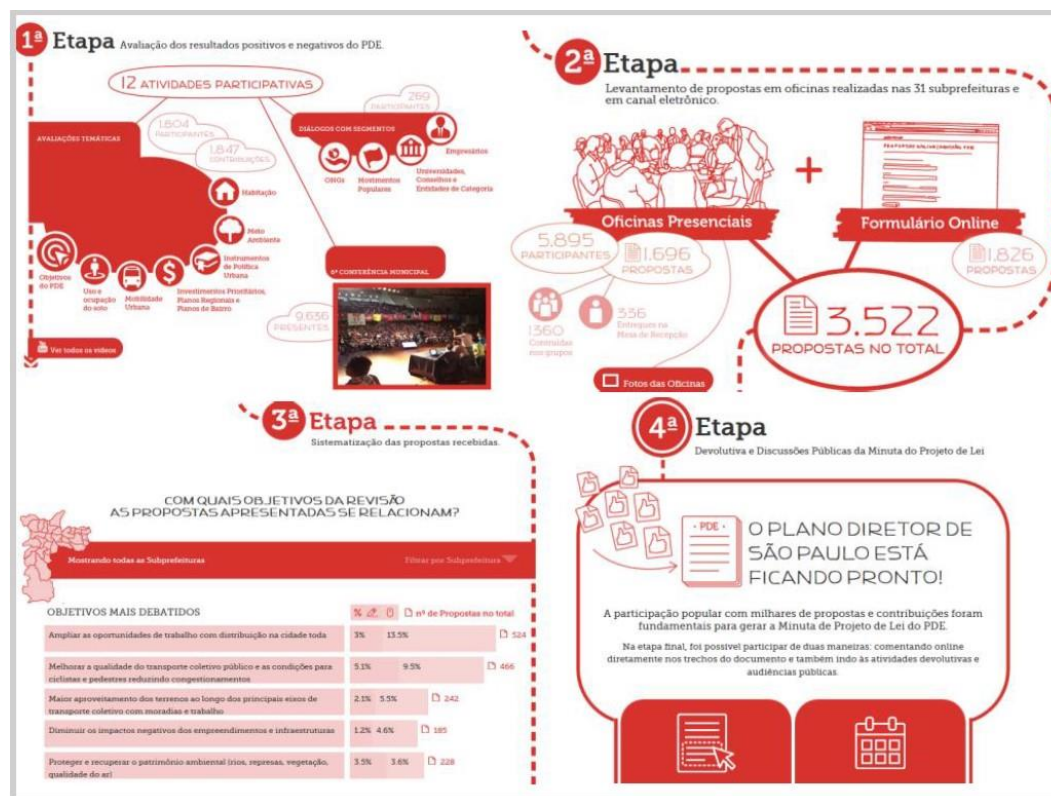


Figura 15 – Metodologia do processo de revisão participativa do PDE.



Figura 16 – Fotografias das atividades desenvolvidas no processo participativo.

a) Audiências públicas para a apresentação dos planos, b) plenárias para discussão sobre o processo participativo, c) e d) workshops e oficinas para a elaboração e apresentação de propostas.

Nos últimos 20 anos, a Prefeitura Municipal de São Paulo tem vindo a aperfeiçoar os instrumentos de gestão urbana²⁵ e a promover a adoção do Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano. Como consequência da necessidade de a Administração Pública rever o Plano Diretor com participação da população na tomada de decisões, foi dado início ao processo de revisão participada do Plano Diretor Estratégico (PDE)²⁶, integrando o objetivo de integrar a população na tomada de decisões e promover maior transparência nos processos e projetos para a cidade.

A metodologia do processo de revisão constituiu um marco nas experiências de gestão democrática no município, uma vez que correspondeu ao desenvolvimento, articulado e complementar, de atividades presenciais e da plataforma digital Gestão Urbana SP (SMDU, 2015:8).

As atividades presenciais concentraram-se na realização de eventos, que tiveram lugar segundo uma calendarização disponibilizada aos munícipes e em locais pré-determinados, em diferentes áreas da cidade para abranger uma maior diversidade de atores. Em todas as etapas foram utilizados métodos de mobilização e consulta pela Prefeitura Municipal, nomeadamente conferências, audiências públicas, workshops e plenários, para a efetivação de todas as etapas. Ainda na fase de planeamento do processo de revisão, foram realizados eventos de informação e divulgação, como também o envio de cartas-convite aos cidadãos e figuras públicas, a fim de angariar contributos sobre o que poderia ser colocado em pauta e como o processo poderia ocorrer (SMDU, 2015:13).

A mediação das atividades foi feita através da formação de um Grupo de Trabalho (GT), com o objetivo de desempenhar o papel de facilitadores e incentivar a construção de propostas relevantes. Ademais, eram ainda responsáveis por entender as dinâmicas dos espaços e a interação entre os atores, para que assim pudessem tornar as atividades flexíveis e adaptáveis às situações ocorridas.

A plataforma online Gestão Urbana SP foi inicialmente desenvolvida com o intuito de constituir uma base transparente de disponibilização e consulta dos instrumentos de planeamento, mas que acabou por se tornar a base dos processos participativos em diferentes estágios do planeamento da cidade. Os instrumentos desenvolvidos na plataforma

²⁵ Nomeadamente, tem vindo a implantar o regulamento relativo ao cumprimento da função social da propriedade urbana, instituído no capítulo da Política Urbana presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e promulgado posteriormente pelo Estatuto da Cidade em 2001.

²⁶ O processo de revisão do PDE, realizado entre 2013 e 2015, foi desenvolvido por representantes do Poder Legislativo e coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), responsável por articular o envolvimento com as secretarias municipais, em conjunto com a sociedade civil.


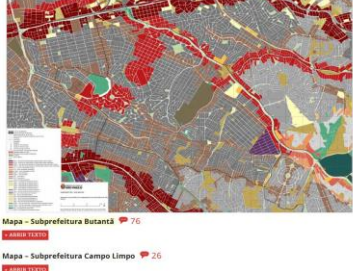

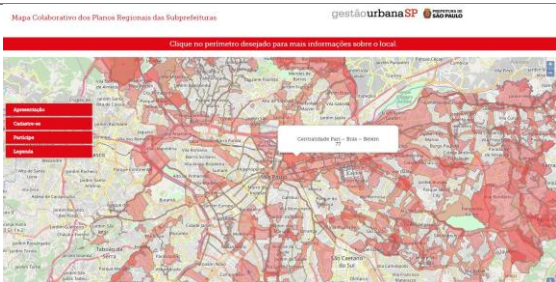

Instrumentos de participação cidadã desenvolvidos em São Paulo		
Minuta Participativa	Constitui uma ferramenta online ²⁷ que permite ao cidadão avaliar os projetos de lei e fazer as suas contribuições para serem sistematizadas e postas em discussão (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015:20).	
Mapas interativos	Ferramenta que possibilita ao munícipe a consulta e o registo de contribuição sobre os projetos urbanos vigentes ²⁸ , assim como o acesso aos planos, a legislação e aos desenhos técnicos.	
Olhares Urbanos	Uma aplicação que permite a contribuição para a definição de parâmetros urbanísticos, através do envio de fotos e da categorização dos envios segundo os parâmetros pré-estabelecidos, representando um contributo para o acervo das referências sobre o espaço da cidade.	
Mapeamento Colaborativo	Uma ferramenta onde os cidadãos podem indicar os locais que necessitam de intervenção e podem avaliar propostas já realizadas, além de auxiliar no fornecimento de informações sobre imóveis devolutos e áreas degradadas.	
Conteúdos ilustrados	São conteúdos gráficos criados pela Prefeitura Municipal, que esclarecem os conceitos técnicos dos planos e os termos específicos. Foram produzidos guiões, manuais e cartilhas, além das versões ilustradas do PDE e de informativos e glossários, com o intuito de tornar a linguagem mais clara para os cidadãos não-especialistas.	

Tabela 6 – Principais instrumentos de participação cidadã desenvolvidos em São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2018:37).

²⁷ Disponível no endereço eletrônico da Prefeitura de São Paulo.

²⁸ Nomeadamente, consulta aos Projetos de Intervenção Urbana (PIU), que equivalem aos Planos de Pormenor (PP) em Portugal.

com este objetivo, sintetizados na Tabela 6, além de terem cumprido a função de divulgação, consulta e recolha de propostas durante as etapas presenciais, constituem ainda atualmente um grande contributo para a monitorização e seguimento dos processos de gestão urbana (UN-HABITAT, 2015:78).

Dos instrumentos implementados, merece relevar que estes representam um grande contributo para a reabilitação urbana, uma vez que orientam a implementação de projetos que estimulam a apropriação do espaço público, a construção nova e a reabilitação do edificado. Nomeadamente, além das ferramentas de mapeamento, os conteúdos ilustrados clarificam as propostas de desenvolvimento urbano e os instrumentos urbanísticos existentes no PDE. Além disso, salientam alguns princípios de intervenção urbana, como o da fachada ativa e da preservação das características urbanísticas e do património edificado, através da transferência dos direitos de edificabilidade de acordo com o zoneamento urbano.

Deste modo, estas ferramentas permitiram aos cidadãos conhecer as matérias relativas ao desenvolvimento urbano e propiciam um espaço onde podem interagir, bem como fomentam o senso de significância sobre a participação e seu contributo. Além disso, contribuem para a criação de um ambiente urbano favorável para a prática de experimentações democráticas que desenvolvem a cidadania ativa, como por exemplo o projeto “A Cidade Precisa de Você” e o respetivo laboratório da instituição internacional LabGov em São Paulo²⁹.

Apesar de os processos participativos e de seus instrumentos terem sido implementados em resposta a demandas sociais e institucionais para a participação, e não propriamente com o intuito de promover a reabilitação de áreas urbanas específicas, estes processos mostram que o estabelecimento de uma gestão urbana participada atua também como forma de promover a reapropriação dos espaços urbanos pelos moradores, e, consequentemente, resulta em práticas que atuam no controle e e/ou na reversão dos desequilíbrios existentes em áreas urbanas que necessitam ser reabilitadas.

O Orçamento Participativo e alguns instrumentos em Cascais

O município de Cascais, atualmente com cerca de 212 mil habitantes, tem vindo a implementar ao longo dos últimos anos novos instrumentos de gestão urbana para o desenvolvimento sustentável do município. Nesse âmbito tem atuado o gabinete da Agenda

²⁹ Como mencionado no tópico referente a metodologia da Rede *Co-Cities*, as experiências do LabGov concentram-se em proporcionar práticas de engajamento e oportunidades de parcerias com a Administração Municipal, constituindo um importante contributo para o envolvimento da comunidade e para o fortalecimento do sentido de pertença.

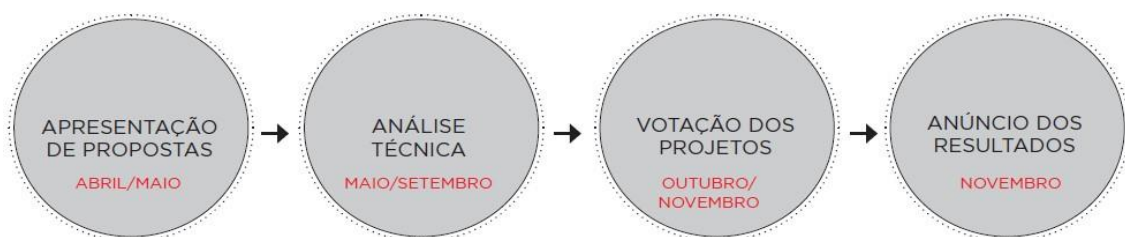


Figura 17 – Metodologia OP-Cascais: ciclo de decisão (Cascais, C.M., 2017:27).



Figura 18 – Metodologia OP-Cascais: ciclo de implementação (Cascais, C.M., 2017:39).

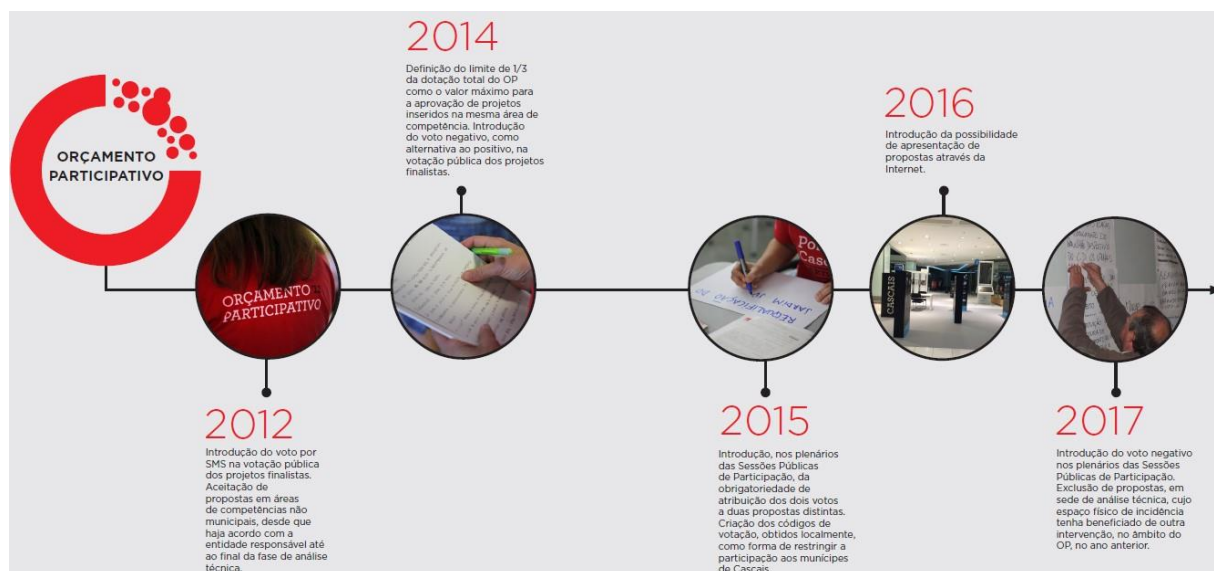


Figura 19 – Cronologia das principais alterações metodológicas ao longo das edições (Cascais, C.M., 2017:42).

Cascais 21³⁰, que é responsável pela implementação de práticas segundo os princípios da democracia participativa, a fim de corresponder às orientações internacionais e da Agenda 2030.

Como principal instrumento de participação cidadã implementado no município, a experiência do Orçamento Participativo de Cascais (OP-Cascais) merece relevo no âmbito das práticas de participação em Portugal. Baseada na experiência do Orçamento Participativo do município de Lisboa (OP-LX)³¹, o OP-Cascais veio a tornar-se, juntamente com as experiências do projeto BIP/ZIP Lisboa³², um importante exemplo do uso de metodologias e ferramentas de participação em diferentes instâncias da gestão urbana.

A elaboração do método do OP-Cascais teve início em 2008 e foi implementado a partir de 2011. Como foi uma experiência posterior ao OP-LX, que teve início em 2008, o OP-Cascais teve a possibilidade de analisar as fragilidades do processo lisboeta. Para além do objetivo principal de confiar aos cidadãos as decisões sobre o orçamento municipal, o processo do OP-Cascais foi estruturado com o intuito de reforçar as capacidades da equipa da Agenda 21, ao introduzir a dimensão de diálogo sobre a componente orçamental. Esta abertura deveria ser capaz de aprofundar as dinâmicas participativas em curso, provenientes das ações da Agenda 21, bem como de reforçar a legitimidade dos processos, reavivar a relação entre a Câmara Municipal e as freguesias, e suscitar a perceção das assimetrias territoriais entre elas (Allegretti; Dias; Antunes, 2016:149-150).

As experiências do OP-Cascais distinguem-se das demais experiências no país devido à forma como foram articuladas as respetivas fases de implementação³³ e alguns detalhes organizacionais, que permitiram uma maior interação e apropriação do processo pelos cidadãos. A fase de apresentação e seleção das propostas consistiu numa série de

³⁰ A Agenda 21 foi um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, que teve por objetivo estabelecer orientações para o desenvolvimento sustentável e participado. Em Portugal foram instaurados gabinetes da Agenda 21 nos diversos municípios, a fim de cumprirem com os objetivos estabelecidos no documento. A Agenda Cascais 21 pertence atualmente à Divisão de Cidadania e Participação (DCIP), vinculada ao Departamento de Desenvolvimento Estratégico (DDE),

³¹ Segundo Allegretti, Dias & Antunes (2016:148), Lisboa tornou-se a primeira capital europeia a adotar um modelo do orçamento participativo à escala municipal e com cunho codicisório. Deste modo, potencializou, a sua experiência para outras iniciativas similares no contexto nacional.

³² O projeto buscou fomentar a reabilitação urbana de áreas degradadas através do suporte ao desenvolvimento de projetos locais que proporcionavam o envolvimento da comunidade. Alguns dos projetos selecionados contemplaram ainda a integração do património material ou imaterial como estratégia para reestabelecer o senso de pertença da comunidade. Vide alguns projetos: Alfama é Gente com História(s); Lumiar: Um Bairro Por Descobrir; Oficinas do Património Mouraria; ocupAcidade; entre outros. Cf. Plataforma Programa BIP/ZIP Lisboa, acedido a 12.06.2020, em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt>.

³³ Nomeadamente, a metodologia do processo conjuga-se em dois ciclos: o ciclo de decisão e o ciclo de implementação, conforme as figuras da página anterior.



Figura 20 – Evolução das estratégias de comunicação [2011-2017] (Cascais, C.M., 2017:61-71).

assembleias públicas, realizadas em diversas áreas “centrais” do território municipal, onde se realizaram sessões participadas para a definir os projetos a serem votados e executados posteriormente. Estas dinâmicas consistiram na formação de grupos de trabalho³⁴, onde cada participante pôde apresentar uma proposta, embora apenas duas propostas pudessem ser levadas ao Plenário e apenas cinco propostas escolhidas para avaliação técnica. Assim, merece ser relevado o facto de as assembleias terem sido concebidas como espaços para construir consensos e para o discernimento e afunilamento das propostas, o que possibilitou aos participantes que apresentassem e defendessem as mais relevantes em sessões públicas (Allegretti; Dias; Antunes, 2016:155).

Em virtude de a definição das propostas ocorrer apenas presencialmente, em sessões públicas, cria-se um espaço de debate e negociação entre os membros dos grupos, o que resulta num maior vínculo entre os participantes e destes com os projetos. Deste modo, reduz-se o risco de serem submetidas propostas que não correspondem às necessidades do território (Allegretti; Dias; Antunes, 2016:152), visto que a dinâmica em grupo direciona os participantes a encontrarem um consenso sobre as propostas mais pertinentes. Este processo de negociação resulta, na maioria das vezes, na fusão das propostas individuais numa única, concebida de forma coletiva, para que esta possa ser posta em votação. Do mesmo modo, a fusão das propostas ocorre sucessivamente até que seja definida a quantidade de propostas permitidas por assembleia, gerando assim propostas mais consensuais e mobilizadoras. Além disso, no ciclo de implementação, o município procura envolver os munícipes em qualquer reformulação de propostas ou no detalhamento dos projetos aprovadas, bem como no acompanhamento das obras.

No território de Cascais, além do OP-Cascais, as ferramentas de *e-democracy* também têm constituído inovações participativas importantes para a criação de uma cultura de participação. *FixCascais* é um exemplo e apesar de pouco inovadora e semelhante à aplicação *Mapeamento Colaborativo* de São Paulo referida na Tabela 6, é uma plataforma bastante utilizada pelos cascalenses para comunicar à Câmara problemas e avarias que ocorrem nos espaços urbanos. Funciona como uma ferramenta aprimorada da aplicação *A Minha Rua*³⁵, disponível no Portal ePortugal.

Com maior grau de inovação, a aplicação *City Points Cascais* é a primeira do género a ser

³⁴ Grupos antes compostos por um máximo de 5 pessoas, ampliado atualmente para 9, além do técnico-moderador, como mecanismo para criar pequenos espaços de debate. A composição dos grupos é realizada por sorteio, para evitar a prevalência de interesses pessoais na escolha das propostas.

³⁵ Plataforma para obter informações e possibilidade de realizar online a comunicação de ocorrências da sua rua ou bairro e sugestões de melhorias diretamente à Câmara Municipal e Junta de Freguesia.



Figura 21 – Imagem conceitual do projeto City Points Cascais (Cascais, C.M., 2018:2).



Figura 22 – Exemplos de ações para a obtenção de pontos (Cascais, C.M., 2018:4).

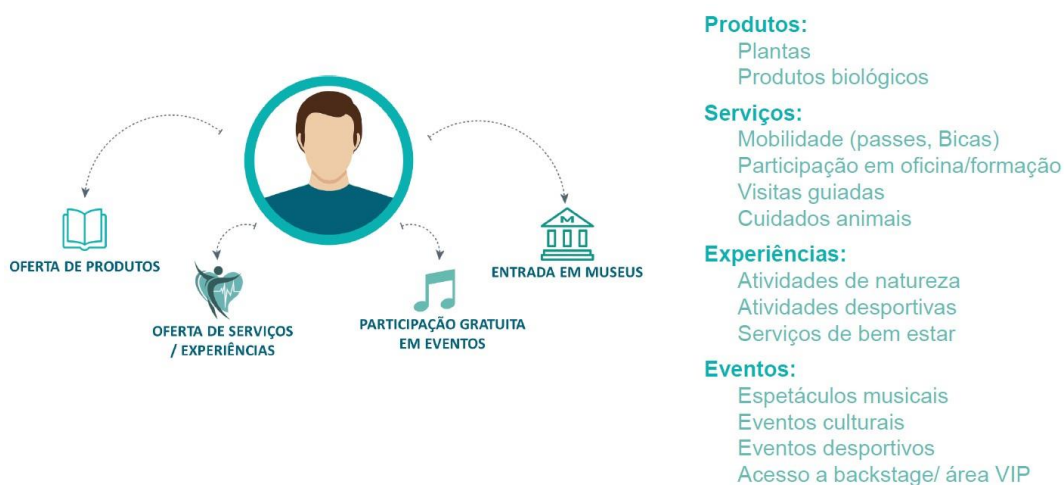


Figura 23 – Exemplos de prémios e recompensas (Cascais, C.M., 2018:6).

utilizada por um município português. Esta ferramenta constitui um instrumento não-financeiro de incentivo à participação, cujo objetivo é o de promover boas práticas de cidadania através do reconhecimento dos cidadãos e da recompensa por cada ação de cidadania realizada. As ações de cidadania são pré-determinadas e contemplam, por exemplo, fazer dádivas de sangue, adotar um animal, utilizar transporte público, atuar no voluntariado, fazer a troca de livros escolares, etc. Concretamente, são acumulados pontos por cada ação de cidadania, pontos, que podem ser trocados por experiências ou serviços que contribuem da mesma forma para o desenvolvimento local³⁶ em alguma das áreas abrangidas. O sistema de recompensas atua de forma eficaz como incentivo à participação, uma vez que cria uma motivação para os cidadãos contribuírem ativamente, além de ser uma ferramenta acessível e de fácil uso para a maioria da população local.

As demais iniciativas participativas referem-se às estruturas de apoio ao associativismo e voluntariado, além da promoção de eventos educacionais³⁷, que atuam de forma complementar aos métodos de participação referidos anteriormente. As associações locais cumprem a função de gerar atividades que contribuem para o dinamismo necessário aos espaços urbanos, além de promover oportunidades para o envolvimento entre as pessoas. Deste modo, o apoio do município para o desenvolvimento das atividades é fundamental para criar ou manter uma relação de proximidade com a população. Os incentivos podem ser de ordem financeira, assim como no auxílio em parcerias com instituições privadas, ou mesmo a utilização de instalações públicas para a realização das atividades.

Tal como na cidade de São Paulo analisada antes, a experiência em Cascais constitui um exemplo de gestão participada que introduz a dimensão territorial no Orçamento Participativo, de forma a criar espaço para a construção coletiva de propostas para o território através da atuação do indivíduo. Esta atuação contribui igualmente para a manutenção e fomento das dinâmicas necessárias aos espaços urbanos. Além disso, esta aproximação permite que os cidadãos se sintam no centro dos processos e favorece o enraizamento das comunidades locais, assim como o seu compromisso com a melhoria da qualidade de vida no município.

A política de proximidade em Guimarães

Guimarães possui um significado especial por constituir simbolicamente o berço da nação portuguesa. O município possui aproximadamente 158 mil habitantes, com densidade populacional que chega aos 656hab/km². O centro histórico de Guimarães está inscrito na

³⁶ Por exemplo, adquirir produtos vendidos pelo comércio local, aquisição de passes de transporte, bilhetes gratuitos para concertos e espetáculos, entrada em equipamentos culturais, etc.

³⁷ Como exemplo, o evento Academia de Cidadania Inteligente 2019, que pelo segundo ano promoveu um encontro internacional com quatro dias de apresentações, debates e trabalhos de grupo sobre os temas da democracia participativa e participação cidadã.



a



b



c

Figura 24 – Fotografias das intervenções realizadas pelo GTL a partir de 1985 (Rodrigues, 2020:38-40).

a) Vista aérea sobre a Praça de Santiago, início da década de 80. b) Exemplo de uma das dezenas de intervenções em habitações no centro histórico. Rua Egas Moniz 1, 3, 5 (1986-1987). c) Ilha do Sabão, fotografias de levantamento prévio ao projeto e intervenção de reabilitação na habitação (2004).

Lista de Património da Humanidade da UNESCO desde 2001 e, para efeitos da inscrição, foi dividido em duas zonas: a zona intramuros, que representa uma área urbana de 16 hectares, e a zona “tampão”, que ocupa 98 hectares e integra a zona de Couros, ao largo do Toural e à zona do quarteirão de Camões-Caldeirã.

Como os demais centros urbanos mais antigos em Portugal, no final do século XX, o centro histórico de Guimarães sofria as consequências das políticas urbanas de expansão e experienciava o cenário de degradação resultante da falta de conservação do edificado e do espaço público, do envelhecimento e fragilidade socioeconómica da população residente e da concorrência económica e habitacional com as novas áreas urbanizadas adjacentes.

Em 1985 foi criado um Gabinete Técnico Local (GTL) como uma evolução do Gabinete do Centro Histórico (GCH), criado em 1981 pelo arquiteto Nuno Portas e assessorado pelo arquiteto Fernando Távora. Este GTL iniciou um processo pioneiro no país, de estratégias de conservação integrada do património urbano e a sua atuação centrou-se na adaptação do núcleo urbano antigo às exigências modernas de habitabilidade. Com este princípio orientador, entendia-se que a reabilitação urbana deveria:

- ser realizada para e pelas pessoas, preservando a população residente e contrariando os processos de gentrificação;
- estar centrada na conservação dos valores identitários e da autenticidade do lugar, preservando as qualidades urbanísticas face ao desenvolvimento;
- e garantir a gestão a longo prazo, integrando as novas oportunidades junto a preservação dos valores em presença.

Ao tornar-se gestor de um imenso parque habitacional, o GTL lançou-se numa abordagem de proximidade com a população local baseada nestes princípios de atuação. Quanto ao carácter operacional, priorizou o controlo, o estímulo e o apoio técnico aos particulares, a conservação e a reabilitação do património, dos edifícios e dos espaços públicos segundo os valores em presença (Aguar; Ortigão, 2000:8). Do mesmo modo, considerava a reabilitação como uma ação proveniente da requalificação formal e funcional de um “contínuo urbano”. Assim, as intervenções deveriam ocasionar uma reanimação funcional juntamente com a requalificação urbanística do território. Logo, a reabilitação deveria garantir a conservação dos valores patrimoniais e da identidade cultural do lugar.

Na prática, a adoção destes princípios fez-se numa atuação lote a lote, numa lógica de intervenção mínima e de definição do grau de intervenção a partir do estado de conservação dos edifícios e das condições económicas ditadas pela relação entre o proprietário e o inquilino. Devido ao cenário de fragilidade económica dos moradores, estes permaneceram



a



b



c

Figura 25 – Experiências de participação da população local em Guimarães.

a) notícia sobre a sessão informativa e mobilização da população local, quanto a construção de um estacionamento subterrâneo no quarteirão de Camões-Caldeirôa. b) e c) evento realizado no âmbito do Eco Parlamento, proveniente do programa PEGADAS.

nas moradias durante o andamento das obras e, dessa forma, a interação da equipa técnica com os moradores aconteceu construindo uma relação de confiança e cumplicidade. Assim, as intervenções tornaram-se um ato de projetar na realidade ao serviço da população (Aguiar; Ortigão, 2000:7), visto que a vontade política foi conduzida ao nível do interesse e da participação da comunidade.

Além disso, devido às dificuldades no recurso a mão de obra tradicional, foram promovidos cursos de formação nos ofícios tradicionais para que os próprios moradores integrassem a equipa de operários, trabalhando muitas vezes em suas próprias casas. Desse modo, as intervenções integraram um processo de manutenção e não substituição do existente, evitando-se a renovação excessiva e a alteração de elementos estruturantes que pudessem descaracterizar a continuidade do pré-existente, inclusive dos valores imateriais pertencentes à população.

Dos principais projetos, destacam-se a reabilitação da casa da Rua Nova, que constituiu a sede do GTL até a sua incorporação no município como Gabinete do Centro Histórico (GCH), a requalificação da Praça de São Tiago e o replantio de uma oliveira na Praça da Oliveira. Estes foram marcos importantes na memória social da comunidade, enquanto momentos de interação entre os munícipes e a equipa do GTL. Estas ocasiões são lembradas pelos debates públicos que tiveram lugar na Praça de São Tiago, onde os moradores discutiam com o arquiteto Fernando Távora as condições das habitações e as melhores intervenções possíveis para a praça.

O contexto marcou a estratégia de intervenção iniciada pelo GTL, e que de certo modo ainda se mantém com o trabalho do GCH da Câmara Municipal de Guimarães. O envolvimento da comunidade e o “saber-ouvir” ainda movem ações que ocorrem muitas vezes em paralelo à execução dos planos de desenvolvimento urbano. Atualmente, os instrumentos e as políticas de reabilitação urbana definem meios menos casuísticos de atuação, e do mesmo modo as ferramentas participativas procuram uma institucionalização da participação como forma de garantir os direitos civis. Entretanto, devido ao processo de relação de proximidade criado, permanece uma cultura de envolvimento ativo, fruto do senso de pertença que se estabeleceu entre os moradores para com o território, e fundamenta a capacidade da população em impor-se. Assim, algumas experiências participativas têm ocorrido progressivamente ao longo da história da cidade de Guimarães³⁸.

³⁸ Atualmente, a Câmara Municipal de Guimarães também tem vindo a implementar programas que envolvem a participação cidadã em algumas áreas transversais. Além da promoção de edições do Orçamento Participativo desde 2012, que constitui atualmente a principal metodologia de participação empregue pelos municípios portugueses, a experiência desenvolvida no programa PEGADAS é notória e foi selecionada como candidata ao prémio de boas práticas na participação cidadã do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP).

"Mulheres ao poder" estreia no próximo do
No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Aveiro apresenta, dia 10, às 17 horas, no Instituto Português do Património Cultural, o espectáculo "Mulheres ao poder", que tem como ponto de partida a o

Aveiro

Movimento cívico quer promover a democracia participativa

Pioneiro Aveiro já deu provas de ser uma cidade de cidadãos atentos e activos e dia 12 surge mais uma plataforma de intervenção comunitária: o Lab Cívico, sediado no Bairro de Santiago

Sandra Similes

Por todo o país virgem movimentos civis para a defesa das mais variadas causas: a preservação de um mercado tradicional, a construção de mais praias cicláveis ou ainda o apoio a um candidato. Em todos os casos, é evidente a vontade de fazer a diferença e envolver a comunidade em torno de um interesse comum. Aproveitando a energia desta dinâmica, está-se preparando para Avereiro o primeiro "Laboratório cívico" (projeto validado) no Bairro de Santiago, em estreita articulação com as Paróquias do Vago, uma IPSS dedicada a promover a cidadania.

bulho social desmoldado junto da comunidade. O objetivo é aproximar a democracia participativa e envolver a comunidade local na construção de soluções experimentais para alguns problemas do seu cotidiano, a semelhança do que já acontece em várias cidades brasileiras.

Intitulado "Lab-Civico - Santiago", este projeto envolve, na sua criação, profissionais de várias áreas (urbanismo, arquitetura, design, tecnologia, ensino, investigação...) com experiências vividas em projetos de inovação cívica de Aveiro, como o "Vivo Bairro", "VivaCidadeAveiro2" ou ainda "Aveiro SCUP" entre muitos outros.



Lab Clima instala-se no Bairro de Santiago devido à complexidade do território

a

26 • Público • Sábado, 11 de Maio de 2019

LOCAL

Estão a melhorar o bairro, “sem orçamento e só com voluntários”

Cidadãos disseram sim e estão a fazer acontecer no Bairro de Santiago, em Aveiro. O primeiro laboratório cívico português está em marcha e cheio de força. Tem dez projectos já a avançar

Aveiro
Maria José Santana

O "x-acto" quase que atinge um dos dedos das mãos de Ana Catarina: "Nunca tive jetinho para estas coisas de trabalhos manuais", confessa, sem deixar de cumprir a tarefa de cortar rolinhas de cortiça em metades iguais. Arquitecta paisagista de profissão, decidiu dizer sim ao apelo lançado por um grupo de cidadãos avulsos que está a promover um laboratório cívico no Bairro de Santiago. Ana Catarina foi incluída no grupo que está a trabalhar em torno do projecto *A Hora da Vizinhança É Melhor que a Minha*, que se entregará aos 1.500 alunos em cortiça e aproximadamente 100 rolinhas das — com ervas aromáticas e morangos — a alguns moradores do bairro. A esta proposta juntam-se outros novos projectos, seleccionados a partir de um total de 34, que estão já a passar do papel para a prática.

Esse que é o primeiro laboratório científico português foi buscar inspiração ao *Experimento Distrito* promovido pelo Medialab-Prado em vários bairros de Madrid, mas com uma grande diferença: na capital espanhola, o projecto tem um orçamento que atinge o montante de "50 mil euros" e "contempla com mediadores a trabalhar a tempo inteiro e pagos para tal", em Aveiro, a experiência está a fazer-se "sem orçamento e apenas com voluntários", nota José Carlos Mota, um dos promotores do Lab Cívico de Santiago. Como conseguem? "Há empresas a doar os produtos ou serviços necessários para cada um dos projectos", revela, sem deixar de preparar que o facto de o laboratório estar a ser promovido sem financiamento "não quer dizer que o dinheiro não seja necessário".

Exemplo disso é o projecto *Fotojornalismo na Redacção Santiago* proposto pelo fotojornalista do PÚBLICO Adriano Miranda, e que acaba de lançar uma campanha de *crowdfunding* para angariar os 2800 euros necessários para a sua concretização. "Vamos promover workshops de fotografia com miúdos do bairro e entregar-lhes máquinas fotográficas descartáveis para eles fotografarem o bairro", introduz Angela Fernan-



O laboratório quer envolver a comunidade na construção de soluções para melhorar as condições de vida no bairro e estão a ser desenvolvidos projectos que vão dos sabores à tecnologia.

des, uma das promotoras do Lab Cívico Santiago e mediadora do projecto de fotojornalismo. "Nesta era das fotografias digitais, tiradas com o telemóvel e em que não há limites, vai ser interessante eles perceberem que só vão poder tirar 27 fotos e, depois, esperar pela revelação para ver o resultado final", nota.

E, tal como acontece em qualquer

redacção, em Santiago terão de ser analisadas, discutidas e escolhidas as melhores fotografias de cada "repórter fotográfico" — uma por cada — para apresentar numa exposição final a concretizar no bairro. "A ideia seria ter telas grandes colocadas nos prédios", acrescenta Angela Fernandez explicando que é precisamente para esta componente do projecto que é necessário dinheiro. "É preciso pagar a impressão destas imagens, em grande formato", vinca.

Dia do Vizinho com bifanas

Nesta primeira edição do laboratório que visa envolver a comunidade na construção de soluções para melhorar as condições de vida no bairro, estão ainda a ser desenvolvidos projectos que vão desde os sabores à tecnologia. Através do *Tec para Todos*, por exemplo, serão promovidas oficinas de tecnologia tanto para as pessoas idosas como para os mais novos – ainda que com abordagens completamente diferentes. “É curioso ver aqui pessoas de empresas como a Inovaria ajudar e a associarem-se a este projecto”, realça José Carlos Mota.

Na vertente gastronómica, os projectos *Parrilha de Sabores* e *Salada e Recreios* da CPLP promovem e sobe para os habitantes do bairro pelo seu mago je ne sais. E porque é com comida, e à volta de uma mesa, que todas as pessoas gostam de conviver no primeiro dia 24, a comunidade-chamada a participar nas comemorações do Dia do Vinho - outro dos projectos seleccionados. "Vai ser um dia de convívio, com música e alimentação, em que vamos oferecer uma comida-verde, mas convidando também os habitantes do bairro a trazerem alguma coisa para partilhar", destaca Mónica Ferreira, que foi chamada a dar uma ajuda na coordenação deste projecto: "Como a minha ideia ficou em II.º lugar e só era possível inscrever com dez propostas, vim dar uma ajuda neste projecto", explica.

Em fase de preparação – tal como previsto, estão a ser desenvolvidas oficinas colaborativas para preparar a implementação dos projetos – estão, também, as propostas *St Flux, Não Lixe, A Próxima Ação, Dar vida a Santiago e Uma Anamorfose em Santiago*. Esta última prevê a criação de um desenho, em conjunto com as crianças do jardim-de-infância do bairro, para ser reproduzido numa escada (anamorfose). "A ideia não passa por ligar este projeto ao *St Flux, Não Lixe*, no âmbito do qual as crianças vão sensibilizar a população para a reciclagem e os perigos dos plásticos", desvendou Gil Moreira, mediador do projeto.

A 10 de Junho as propostas e ideias deveriam estar já todas implementadas. A organização perspectiva um momento de festa e de reconhecimento a todos quantos deram (e continuam a dar) de si a esta experiência-piloto que é também uma forma de democracia participativa. "Com esta nota de agradecimento especial à Instituição Florinhas do Vaga, que cedeu os seus espaços aqui no bairro e também a sua equipe para tornar este laboratório chique possível", refere José Carlos Mota, destacando, igualmente, as dezenas de voluntários que estão a participar nas oficinas www.jornaldosol.org.br/projetos/06.

missouri@publico.com

b

Figura 26 – Notícias sobre o Lab Cívico Santiago em jornais locais.

Deste modo, Guimarães é reconhecida pela experiência de reabilitação urbana instaurada por um processo de gestão urbana baseado numa prática de projeto e desenho em tempo real (Aguiar; Ortigão, 2000:1). Na gestão urbana em Guimarães, nota-se como o envolvimento da população e a criação de uma relação de proximidade entre os cidadãos e os gestores ocorre como um processo contínuo, baseado numa confiança mútua contruída ao longo do tempo e através das experiências e práticas que ocorrem conforme surgem as demandas provenientes do desenvolvimento do município. Ao mesmo tempo, também é notável o modo como estes processos têm tido seguimento ao longo dos anos, através da criação de estratégias para manter ativa a cultura de participação e estimular que as gerações vindouras a mantenham viva.

O laboratório cívico em Aveiro

O município de Aveiro possui 22 bairros sociais e um deles é o bairro de Santiago, fundado em 1983 com o intuito de realojar os residentes na zona onde veio ser construída a Universidade de Aveiro. Os primeiros edifícios construídos que compõem este conjunto habitacional de promoção pública estatal, proveniente do Fundo de Fomento a Habitação (FFH), criaram uma imagem do lugar, conhecido como o “bairro dos comboios amarelos”, devido à sua cor e implantação. Atualmente, aloja uma população de 4 mil habitantes, ou seja, pouco mais de 10% da população do município.

O bairro é marcado por tensões sociais desde a sua fundação, devido a conflitos entre os diferentes grupos sociais realojados. Para essa situação contribui também o desenrolar de práticas ilícitas, como o tráfico e o consumo de drogas, que geraram a apropriação de alguns espaços públicos por grupos marginalizados, aumentando a sensação de insegurança. O trabalho de reversão desses quadros foi sendo realizado pela associação Florinhas do Vouga, formada por moradores integrantes da paróquia da Glória, que no último ano contou com o auxílio do laboratório cívico e passou a ter resultados efetivos na dinâmica do bairro.

A experiência do *Lab Cívico Santiago* constitui atualmente uma experiência democrática pioneira em Portugal. O laboratório cívico foi criado em 2019 como um projeto que visa “...prototipar soluções para problemas urbanos através da experimentação orientada por mediadores, num quadro de envolvimento de cidadãos e de atores locais, para posterior replicação em resultado das aprendizagens”³⁹.

³⁹ Entrevista com José Carlos Mota, docente no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro, realizada em reportagem “Bairro Aberto: uma experiência inédita em Aveiro”, em 2019. Acedido a 21.05.2020, em:

<https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial/2019-07-13-Bairro-Aberto-uma-experiencia-inedita-em-Aveiro>.



a



b



c

Figura 27 – Reuniões e workshops para a elaboração de propostas.

Com uma equipa de “cidadãos-especialistas” multidisciplinar, formada por profissionais das áreas de urbanismo, arquitetura, ensino, investigação, etc., colocam-se na missão de “promover formas colaborativas de capacitação e resolução de problemas coletivos das comunidades, num clima permanente de aprendizagem”⁴⁰, não com o intuito de substituir a junta de freguesia ou a Câmara Municipal, mas de contribuir para a resolução de problemas a nível local. Alguns destes profissionais já tinham desenvolvido algumas experiências no bairro⁴¹, inspiradas em experiências realizadas em outras cidades. Entretanto resolveram fundar o laboratório cívico tendo como inspiração a experiência do Experimenta Distrito, promovido pelo Medialab-Prado em Madrid⁴².

Em Santiago, a metodologia do processo tomou forma a partir da chamada para a submissão de propostas pelos moradores ou frequentadores do bairro, no âmbito de projetos que proporcionem a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro. As propostas viriam a ser selecionadas pela equipa do laboratório para a sua concretização, de acordo com a sua pertinência a nível coletivo e quanto ao impacto a nível socioeconómico. Um formulário para a obtenção de propostas foi enviado para os moradores, que poderiam submetê-lo através de caixas de recolha que estavam distribuídas pelo bairro, como também através do canal de comunicação realizado através das redes sociais. Após a receção das propostas, a equipa do laboratório analisou a viabilidade de cada uma. Em seguida à seleção dos projetos, os proponentes foram chamados para participar das oficinas colaborativas, para desenvolver de forma coletiva as ideias apresentadas. Ao mesmo tempo, foram abertas inscrições para a execução da ideia, visto que as intervenções deveriam ser executadas pelos moradores. A execução das propostas foi implementada com ações e trabalhos voluntários, e toda a despesa foi assegurada pelos moradores e por financiamento coletivo, podendo em algumas situações ter contado com parcerias.

As propostas⁴³ envolveram atividades que promoveram a interação entre os residentes locais e os residentes estrangeiros, como nos projetos *Partilha de Sabores e Saberes* e *Receitas da CPLP*, outros promoveram ações de sensibilização das crianças quanto a

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ Nomeadamente: Projecto VivaCidade (2014); Projecto Vivó Bairro (2015); Aveiro Soup (2017).

⁴² O Medialab-Prado é uma criação do programa do governo de Madrid, criado em 2000, e consiste num laboratório cidadão para a produção de projetos culturais em torno de temas diversos, principalmente no âmbito de intervenções urbanas, desenvolvidos a partir de atividades pré-estruturadas pela equipa do laboratório. O Experimenta Distrito abre laboratórios cidadãos nos diversos bairros da cidade de Madrid.

⁴³ Das propostas submetidas, que totalizaram 34, foram selecionadas as 10 propostas que possuem carácter inovador e que são viáveis. Contudo, como algumas propostas demonstravam temas e objetivos próximos, 19 proponentes foram convidados a associarem-se aos projetos selecionados. Foram três meses de atividades que deram origem aos projetos que ainda estão em fase de implementação.



a



b



c

Figura 28 – Eventos realizados nos espaços públicos, resultantes das propostas vencedoras.

questões de manutenção da limpeza dos espaços verdes, como no projeto *Lixo na Rede*, promovido pelo Centro Escolar; e ainda, houve projetos que promoveram a apropriação dos espaços públicos, principalmente após a requalificação do Parque de Santiago, com atividades que incentivam o convívio nos espaços públicos e criam vínculos entre as pessoas, como o projeto *Dia do Vizinho*. Do mesmo modo, também foi promovida a vivência do bairro com projetos como *Uma Anamorfose em Santiago* e *Fotojornalismo na Redação*, que proporcionaram experimentações e intervenções efémeras no bairro.

Estas experiências alteraram a dinâmica do bairro, que hoje experimenta maior dinamismo económico no comércio local e no Mercado Municipal de Santiago, como também reforçaram a coesão social e a integração de grupos marginalizados. Deste modo, é um exemplo de iniciativas de “cidadãos-especialistas” motivados em transformar os espaços urbanos através da participação cidadã. Exemplifica também que a resolução coletiva de problemas transforma a comunidade, fazendo-a refletir sobre a sua identidade, gerando o sentido de pertença necessário para que se sintam parte do território e capaz de transformá-lo.

Cidade	São Paulo	Cascais	Guimarães	Aveiro
População residente	12.252.023 hab.	212.094 hab	153.043 hab	77.773 hab
Área	1.521,11 km ²	97,4 km ²	241,0 km ²	197,6 km ²
Densidade demográfica	8.054,7 hab./km ²	2.177,6 hab./km ²	635,0 hab./km ²	393,6 hab./km ²
Tipos de inovação aplicados⁴⁴	2, 4	3, 4	x	3
Escalas de participação⁴⁵	1,2,3	1,2,3	3	4

Tabela 7 – Quadro comparativo entre as experiências participativas

⁴⁴ Segundo a Tabela 2 – Principais categorizações das inovações participativas.

⁴⁵ Segundo a Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

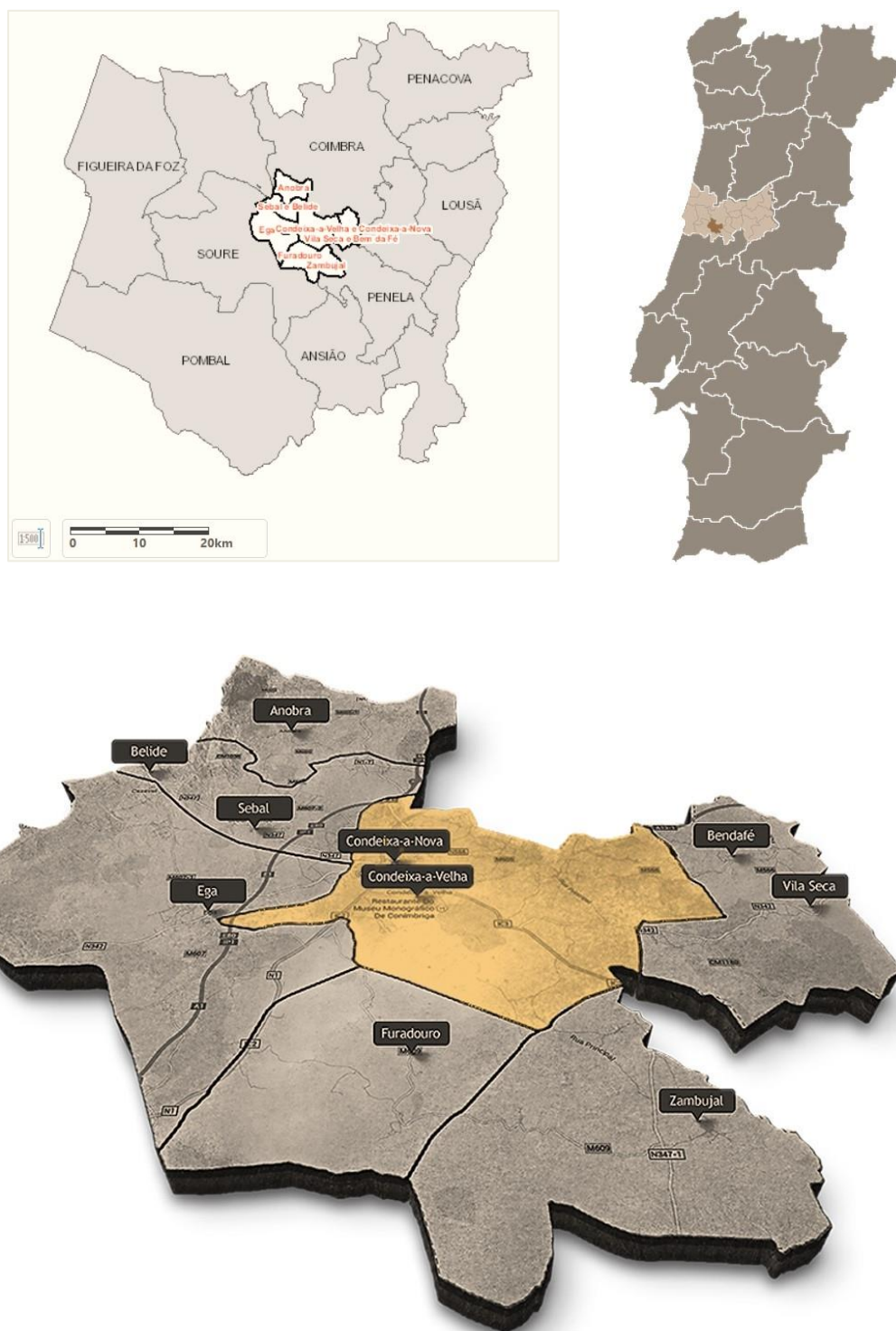


Figura 29 – Localização do município de Condeixa-a-Nova.

2. Condeixa-a-Nova: os valores do território face ao desenvolvimento

2.1 Contextualização e evolução urbanística

Território e população

O concelho de Condeixa-a-Nova está localizado na região centro de Portugal e faz parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), integrada na Região Centro (NUTS II) e na Região de Coimbra (NUTS III), no Distrito de Coimbra. Ocupa uma área de 138,7km², cerca de 3% da área do distrito, sendo composto atualmente por sete freguesias: Anobra, união de freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova; Ega; Furadouro; união de freguesias de Sebal e Belide; união de freguesias de Vila Seca e Bem da Fé; e Zambujal. É um concelho marcadamente rural que passou nas últimas 3 décadas por transformações, a nível social e territorial, que culminaram na afirmação das freguesias de Condeixa-a-Nova e na união de freguesias de Sebal e Belide como territórios urbanos, sendo as restantes freguesias consideradas como territórios rurais.

O crescimento demográfico na freguesia de Condeixa-a-Nova, sede do concelho e formada pela união das antigas freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, desde a década de 1990, tem-se mostrado distinto no contexto da CIM-RC, segundo dados registados nos Censos (INE)⁴⁶. Diferente das demais freguesias do concelho e do distrito, não teve perda de população e, na verdade, teve algum aumento, devido ao crescimento migratório positivo (Condeixa-CM, 2013:18). Contudo, o crescimento populacional também significou o aumento da população idosa, visto que a taxa de natalidade permanece em decréscimo.

Para este cenário deverá contribuir o facto de ser na sede do concelho que se concentram os principais equipamentos públicos, as habitações, o comércio e os serviços. Além disso, a localização do concelho quanto às principais vias rodoviárias⁴⁷ do país, confere-lhe uma posição privilegiada no âmbito da facilidade de acesso e conexão com os demais concelhos da CIM-RC, principalmente em relação a proximidade com o concelho de Coimbra. Deste modo, ao concelho também é conferida a condição de “cidade-dormitório”, visto que os movimentos pendulares entre os dois concelhos condicionam fortemente as dinâmicas socioeconómicas em Condeixa.

⁴⁶ Segundo o Censos 2018, disponibilizados na base de dados de Portugal (PORDATA), apresentou um crescimento demográfico de 12,6% (em relação ao censo de 2001), apresentando uma população de 17.590 habitantes e densidade populacional de 126,82 hab/km².

⁴⁷O território é atravessado pelas seguintes infraestruturas rodoviárias: A1, IC2, IC3, EN342 e EN347.



a



b



c



d



e



f



g



h

Figura 30 – Eventos, monumentos e espaços públicos de Condeixa-a-Nova.

a) Largo Artur Barreto e Câmara Municipal; b) Igreja Matriz; c) e d) Praça da República; e) Casa Museu Fernando Namora; f) Ruínas de Conimbriga; g) Castellum de Alcabideque; h) Recriação histórica nas ruínas de Conimbriga;

Como grande parte dos municípios portugueses, Condeixa enfrenta os desafios relacionados a superação dos fenómenos da desagregação urbana, referentes à obsolescência das áreas urbanas mais antigas e à degradação do seu edificado. Assim, as diversas centralidades existentes em seu território dão-lhe uma identidade de caráter polinucleado, o que tem sido reconhecido como uma potencialidade ao nível do desenvolvimento territorial.

Além disso, Condeixa-a-Nova também foi classificada como Centralidade Urbano Turística (CUT) III, devido ao sítio arqueológico das Ruínas Conímbriga, um dos principais sítios arqueológicos do país. Nesse sentido, o município também busca a sua afirmação no contexto nacional em termos económicos e turísticos.

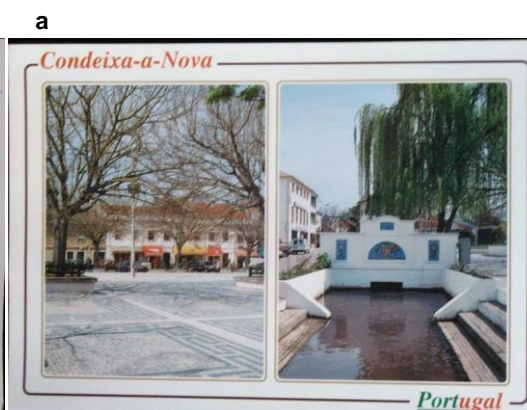
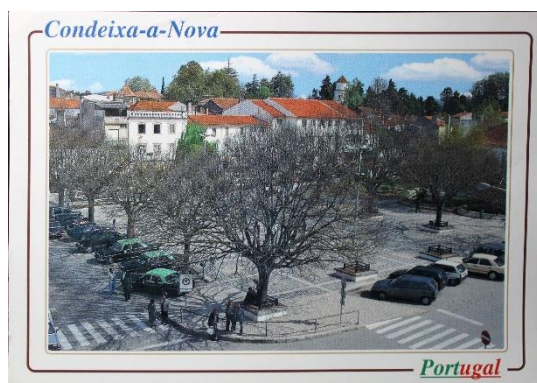
Apesar disso, o património de Condeixa é muito mais amplo e engloba outros bens quer do património edificado, como de património natural e imaterial, ainda que alguns estejam diretamente relacionadas com a ocupação romana no território. Contudo, essas identidades não fazem parte dos principais meios de divulgação do município. O guia turístico do concelho dedica grande parte dos seus conteúdos a Conímbriga e ao relato histórico dos costumes e modos de vida da época da ocupação romana, porém, pouco se dedica ao património corrente.

Um dos principais desafios do município está na construção de um conjunto de atributos que atraia o fluxo turístico existente em Conímbriga para o centro de Condeixa. Além disso, necessita de uma série de intervenções relacionadas com a dinamização dos espaços urbanos e da fixação da população residente, assim como a sua integração e articulação a nível territorial. Nesse contexto, o município tem utilizado políticas de reabilitação urbana como parte da gestão de ordenamento do território e como meio para a salvaguarda de seu património.

Os planos urbanísticos e territoriais

A partir do início da década de 1970, a evolução urbanística da então Vila de Condeixa-a-Nova caracterizou-se, essencialmente, por uma política não programada de urbanismo de expansão⁴⁸. A expansão urbana da vila sucedeu de modo disperso e orientado somente pelos privados, devido à ausência de instrumentos de planeamento eficazes e sem que houvesse uma visão integrada do território (Condeixa-CM, 2019:7). Deste modo, a expansão ocorreu

⁴⁸ O fenómeno da urbanização, a partir do século XX, caracterizou-se por um crescimento urbano acelerado, que ocorreu de modo disperso e casuístico, gerando novas estruturas urbanas que refletem a perda da noção de cidade como um todo e das suas partes (Oliveira, 2011).



b

c

DIÁRIO DAS BEIRAS - 20. JULHO B 2001

Festas de Condeixa

AUTARQUIA APOSTA EM NOVOS EQUIPAMENTOS E REQUALIFICAÇÃO URBANA

Um concelho com identidade própria

colas – a C+S foi construída nos últimos anos – e passados cinco anos estar a arrancar com uma EM é muito bom para o concelho. A qualidade vai aumentar substancialmente, já que todas estão dotadas com pavilhão gimnodesportivo, e porque vai substituir edifícios degradados e isso é muito importante". Esta obra está prestes a arrancar e estima-se que no ano lectivo de 2002/2003 a escola entre em funcionamento. A Câmara vai também construir uma nova escola de 1º ciclo com jardim de infância que irá substituir as escolas antigas construídas no Estado Novo.

Início à construção do Centro Cívico de Condeixa, que basicamente é um conjunto de equipamentos, entre os quais um parque de estacionamento subterrâneo com 170 lugares, que vai complementar o condicionamento de trânsito que tem sido feito noutras ruas.

Paralelamente, vai ter também um edifício de serviços e comércio que irá acrescentar uma maior vivência a todo o centro da vila. Por cima, será criada uma praça pública que irá fazer ligação com a antiga Praça da República, criando um espaço para as pessoas conviverem.

aldeia criando espaços públicos de qualidade. Isso é induzir qualidade e acredito que irá provocar uma revitalização nas aldeias."

Em termos de equipamentos de saúde, Condeixa vai poder contar em breve com um novo centro de saúde, que deverá começar a ser construído em Setembro, no cimo da rua Visconde Alverca. O actual centro de saúde sofre algumas dificuldades por falta de meios humanos e o edil espera que o novo equipamento traga uma solução. "Espero que por trás do novo centro de saúde venha mais pessoal médico e de enfermagem".

unidades fundamentais para uma sociedade moderna e solidária", refere o presidente da Câmara, acrescentando que será "um projecto que a vou agarrar com unhas e dentes".

Paralelamente, na área cultural, a intenção de Jorge Bento partir para outro desafio: a recuperação da Quinta de S. Tomé. Um palácio velho que está em ruínas neste momento, e onde o autarca que instalar "um museu da memória da Condeixa".

Os princípios basilares que sustentam esta ideia são o elevado crescimento de Condeixa nos últimos anos e

d

Figura 31 – Imagens do centro antigo de Condeixa-a-Nova.

em direção ao tecido edificado que estava a ser formado ao longo das vias existentes e ocasionou a aproximação entre os núcleos urbanos de Condeixa-a-Nova e de Condeixa-a-Velha (Moreira, 2017:66). Os vários planos de urbanização elaborados não foram executados, ou não tiveram continuidade na sua elaboração por motivos financeiros ou administrativos⁴⁹.

Entre as décadas de 1980 e 1990, foram desenvolvidas as primeiras intervenções urbanas por parte da Administração Local no âmbito do Plano Geral de Urbanização (PGU) de 1980, como as infraestruturas básicas saneamento e equipamentos públicos, além das primeiras intervenções de reabilitação, como a reabilitação de espaços públicos e de alguns edifícios como o Palácio dos Figueiredos.

A reabilitação urbana em Condeixa teve início a partir da atuação do Gabinete Técnico Local (GTL), através de um Plano de Reabilitação Urbana da Condeixa-a-Nova (1986). Sob a influência da atuação dos demais GTL no contexto nacional, o trabalho do GTL de Condeixa constituiu um grande contributo para a reabilitação do centro antigo da vila, contudo, em maior parte de forma teórica, visto que a pouca adesão dos particulares resultou num baixo número de projetos concretizados (Moreira, 2017:57).

O entendimento conceitual da reabilitação urbana achava-se mais abrangente do que propriamente a intervenção no património edificado, resultando num contexto de atuação que se expandia para além do núcleo histórico e absorvia as demais áreas degradadas que necessitavam de intervenção. Dessa forma, a partir de inquéritos arquitetónicos e sociológicos sobre a caracterização do parque edificado e a caracterização sociológica da população local, foi concretizado de um conjunto de mapas-síntese e gráficos das zonas de atuação que se tornou um recurso base para intervenções futuras.

No que diz respeito ao primeiro Plano Diretor Municipal (PDM), os primeiros estudos e planos que lhe deram origem foram elaborados ainda na década de 1990. O PDM foi publicado apenas em 1994 e constituiu a base para o grande número de licenças de obras particulares, resultando numa expansão urbana espontânea. Esta época foi marcada pelo início do dinamismo empresarial que se instalou no concelho, resultante de uma série de projetos aprovados no âmbito do Plano de Pormenor da Zona Industrial Ligeira (ZIL) (1998)⁵⁰, que conferiu destaque às indústrias cerâmicas que permaneceram em atividade até recentemente.

⁴⁹ Alguns dos planos descontinuados foram, nomeadamente: o Plano Geral de Urbanização (1973); a alteração do Ante-Plano de Condeixa-a-Nova de 1954/55 (1976); o Plano de Pormenor da Zona de Expansão Sul/Nascente de Condeixa-a-Nova (1978); o Plano Geral de Urbanização de Condeixa-a-Nova (1979); a revisão do PGU (1991).

⁵⁰ O PP-ZIL foi aprovado em Assembleia Municipal a 15 de abril de 1998, e foi elaborado com o objetivo de ordenar a ocupação e uso do solo da Zona Industrial Ligeira (ZIL), em Sebal, criada para concentrar a instalação de atividades industriais que necessitam de lotes de grandes dimensões.



Figura 32 – Patrimónios cotidianos em Condeixa.

a) e b) quinta da fontainha; c) Igreja da Lapa d) casa do outeiro .e) fonte; f) monólito “alminha”; g) campos de agricultura; h) feira no mercado municipal; i) procissão do Senhor dos Passos; j) escarpiada, doceria tradicional.

No fim da década, o Plano Estratégico da Vila de Condeixa-a-Nova (1997-2000) veio definir novas ações e projetos em equivalência aos objetivos e estratégias de desenvolvimento estabelecidos a nível regional, no âmbito do Programa Operacional da Região Centro (POCENTRO). Entretanto, visto que na mesma época foi estabelecida nova revisão dos instrumentos jurídicos vigentes relativos ao ordenamento do território ⁵¹, poucos projetos do Planos Estratégico foram executados em ajuste com o PDM, enquanto algumas das ações foram transpostas para o atual Plano de Ação de Reabilitação Urbana (2015). Alguns projetos advindos deste plano foram igualmente executados apenas recentemente, como, por exemplo, a reabilitação da quinta de São Tomé para a implantação do Museu PO.RO.S.

Apenas em 2004 foi dado início ao processo de revisão do PDM, sendo um dos objetivos a integração dos planos desenvolvidos até então nas estratégias de desenvolvimento e nos demais níveis de governança. Além disso, a produção de planos estratégicos era necessária para que o concelho pudesse se beneficiar dos financiamentos disponíveis para concretizar alguns projetos.

Deste modo, em 2007, a elaboração da estratégia de desenvolvimento “Condeixa 2020: o futuro começa hoje” significou uma preocupação em desenvolver respostas aos constrangimentos que já caracterizavam condições de desagregação urbana, tornando clara pela primeira vez a necessidade de integrar aspetos relacionados a coesão social e a sustentabilidade ambiental. Entre os projetos que deram corpo a esta visão, contam-se o *Circuito Condeixa 2020* e o *Conímbriga 2020*, por exemplo, que visavam a valorização ambiental e turística da Reserva Natural do Paúl de Arzila e do sítio arqueológico de Conímbriga, respetivamente. Estes projetos tiveram inúmeras ações não concretizadas ou que foram concretizadas posteriormente, além de projetos que visam ser concretizados atualmente e constam nos eixos estratégicos da ARU do Centro de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha⁵².

Estes planos fizeram parte do incentivo à promoção turística como uma “política de marketing da cidade” (Moreira, 2017:71), resultando numa atuação em conjunto com as estratégias de desenvolvimento, nomeadamente quanto à influência sobre o aumento do número de alojamentos locais e de estabelecimentos comerciais, principalmente nas áreas próximas de patrimónios culturais e naturais. Estes incentivos também resultaram no desenvolvimento de projetos que envolveram ações de participação cidadã, nomeadamente

⁵¹ Nomeadamente, a legislação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU), bem como a legislação complementar do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e a do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

⁵² Como o circuito Trail de Conímbriga e terras de Sicó, concretizado recentemente, além dos eventos de recriação histórica como “Condeixa- O Vislumbre de um Império”, realizado em Conímbriga.



a



b



c



d



e



f



g



h



i



j



k

Figura 33 – Projetos de reabilitação no âmbito dos planos (realizados e em andamento).

a) e b) quinta de São Tomé, atual Museu PO.RO.S; c), d) e e) casa dos arcos; f), g) e h) ribeira de Bruscos; i) antiga "Escola Feminina"; j) antigo Hospital D'Ana; k) antiga Fábrica de Cerâmica de Conimbriga.

a Agenda 21 Local (A21L) (2009) e o Plano Local de Promoção de Acessibilidade (PLPA) (2009), que serão abordados ao fim do capítulo.

Na mesma época, também houve a necessidade de atualizar os estudos de caracterização realizados pelo GTL em 1986, para a elaboração de um estudo urbanístico para a área central de Condeixa-a-Nova, em 2008. Este estudo foi realizado com o objetivo de constituir um regulamento para o edificado e ocupação dos espaços públicos, bem como para novas ações estruturantes para a valorização do património edificado e preservação de sua imagem. Contudo, apesar de o regulamento não ter entrado em vigor, o documento foi utilizado como base dos critérios de ocupação do espaço público e utilizado posteriormente na elaboração do PLPA.

Os planos e estudos desenvolvidos até então importaram, essencialmente, como documentos orientadores para algumas iniciativas públicas e privadas, devido às dificuldades de concretização e/ou em levar os processos de elaboração até a sua publicação. Além disso, ao longo dos anos, diversas outras ações imateriais⁵³ foram implementadas e contribuíram direta ou indiretamente para a o desenvolvimento do município, ainda que numerosas ações no âmbito da coesão territorial, social e económica, necessitem ser reavaliadas e aprimoradas.

É notável o esforço da Câmara Municipal em promover práticas que dinamizem as atividades locais e resgatem a proximidade com os munícipes. Estas caracterizam-se por ações no âmbito social, promovendo a parceria com a associações locais a fim de impulsionar outros âmbitos da gestão urbana, como na promoção turística e de valorização dos recursos patrimoniais⁵⁴, assim como na dinamização do mercado de emprego para o desenvolvimento para a competitividade económica, a valorização ambiental e o desenvolvimento social⁵⁵. Ainda, os serviços de apoios municipais visam estabelecer um canal de comunicação com os

⁵³ Como a criação do Balcão de Atendimento Integrado (BIA) aos munícipes; do Centro Educativo, localizado no centro da vila; participação pela 1ª vez na semana da Bolsa de Turismo de Lisboa e integra o Programa de Valorização de Recursos Endógenos (PROVERE), na valorização do património arqueológico Romano; integração do concelho no 'Caminho Português de Santiago', com a rota 'Pequena Rota de Conímbriga'; o curso profissional de técnicos de turismo na Escola Secundária Fernando Namora; criação do Regulamento de Apoio aos Imóveis Degradados, no âmbito do Serviço de Ação Social; entre outros.

⁵⁴ Nesse âmbito, enquadram-se a Associação de Desenvolvimento Terras do Sicó (ADTS) e a Associação de Interpretação do Património Natural e Cultural (INTERPRETARE), entre outras.

⁵⁵ Nesse âmbito, enquadram-se a Associação de Desenvolvimento Empresarial de Condeixa (ADEC) e a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural (ADSCCL), entre outras.

Principais planos e estudos urbanísticos em Condeixa-a-Nova	
1973	Plano Geral de Urbanização, Arq. Ricardo Jardim
1976	Alteração do Ante-Plano de Condeixa-a-Nova realizado em 1954/55, Eng. Barata Rocha
1978/79	Plano de Pormenor da Zona de Expansão Sul/Nascente de Condeixa-a-Nova
1979	Plano Geral de Urbanização de Condeixa-a-Nova' (CONSULPANO)
1980	Plano Geral de Urbanização (PGU) - alterado em 1991
1986	Plano de Reabilitação Urbana Condeixa-a-Nova, Gabinete Técnico Local (GTL)
1991	Revisão do PGU, Arq. António Cristo
1994	Plano Diretor Municipal de Condeixa-a-Nova, Espaços e Redes. Estudos urbanos e regionais, Ida – Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/94, DR n.º 47, I Série –B de 25.02
1998	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Condeixa-a-Nova, aprovado em Assembleia Municipal a 15.04.1998 - Declaração n.º 148/98, DR n.º 102, Série II de 04.05
2000	Plano Estratégico de Condeixa-a-Nova: Diagnóstico Estratégico e Plano Estratégico; Bruno Soares, Arquitetos Ida
2000	Plano de Urbanização da Zona Envolvente das Ruínas de Conímbriga, GTL Condeixa-a-Velha
2007	Carta Educativa, Pensar Território, Lda
2007	Plano Estratégico de Condeixa-a-Nova: 'Condeixa 2020: o futuro começa hoje', Cedru – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano.
2007	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Condeixa-a-Nova (PMDFCI), Gabinete Técnico Florestal do Município
2008	Estudo Urbanístico para a área central de Condeixa-a-Nova, Dupla +, Ida
2009	Agenda 21 Local Condeixa-a-Nova, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação
2010	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Condeixa-a-Nova (PMEPC), Pensar Território, Lda, Instituto Pedro Nunes; Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova
2010	Plano Local de Promoção de Acessibilidade, CM Condeixa-a-Nova, APEU, NOSTRADOMUS, EPOSITIVA
2015	1ª Revisão do PDM de Condeixa-a-Nova, PLURAL – Aviso n.º 11025/2015, DR n.º 190, II Série de 29.09
2015	Delimitação da Área Urbana dos Centros Urbanos Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, CM Condeixa-a-Nova – Aviso n.º 4525/2015, DR n.º 81, II Série de 27.04
2016	Plano de Ação da Regeneração Urbana de Condeixa-a-Nova, FNWAY

Tabela 8 – Lista dos principais planos e estudos urbanísticos realizados, incluindo os que não chegaram a ser concluídos ou não entraram em vigor (Condeixa, 2019:6).

munícipes, seja de forma presencial⁵⁶, como também através dos serviços disponíveis na plataforma online⁵⁷. Contudo, estas ferramentas encontram-se em grande parte desatualizadas e tornam-se ineficazes a nível de informação, consulta e integração dos munícipes com a gestão do município, constituindo apenas canais informativos⁵⁸.

2.2 As políticas de reabilitação urbana e instrumentos de gestão territorial

As diversas intervenções para a reabilitação urbana no município foram previstas no âmbito dos planos de desenvolvimento urbano e territorial. Contudo, a dificuldade de execução dos planos fez com que os objetivos definidos em planos anteriores não fossem alcançados e tivessem de ser adaptados a cada novo plano.

A seguir, são abordados os instrumentos de gestão territorial (IGT) em vigor, bem como os planos para a operacionalização da reabilitação urbana e o respetivo instrumento financeiro, ou seja, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Ação para a Reabilitação Urbana (PARU), a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) e a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU)⁵⁹.

Plano Diretor Municipal (PDM) – 1ª Revisão (2015)

Os planos concebidos até a elaboração do primeiro PDM, em 1994, vieram integrar as práticas urbanísticas, apesar de não terem constituído instrumentos de gestão territorial, visto que os objetivos estabelecidos abrangiam aspetos socioeconómicos relevantes ao contexto.

No âmbito do PDM de 1994, as ações de reabilitação dos espaços públicos do centro da vila resultaram na imagem do contexto urbano que existe atualmente. Entretanto, no mesmo período assistiu-se ao esvaziamento habitacional do centro e a expansão não programada ao longo do território, visto que os investimentos públicos foram insuficientes para promover o investimento privado na reabilitação do edificado do núcleo antigo. Este problema permanece como questão a resolver ainda nos planos de reabilitação urbana atuais, uma vez que também é necessário promover condições para a fixação do comércio local, a fim de restabelecer o dinamismo socioeconómico do núcleo central. Ao mesmo tempo, o arranque da ZIL contribuiu

⁵⁶ Como através dos Balcões Integrados de Atendimento (BIA), das Lojas do Cidadão e dos Gabinetes de Apoio do Empreendedor (GAE) e serviços de ação social.

⁵⁷ Através das ferramentas A Minha Rua, as fichas de opinião e as consultas de processos a nível do urbanismo pela plataforma SIG.

⁵⁸ Até mesmo quanto aos endereços eletrónicos dos programas participativos realizados encontram-se avariados. Quanto ao site do OP, que funcionava como banco de dados de todas as experiências, apenas recentemente se teve conhecimento pela Câmara de que todo o conteúdo do site foi perdido.

⁵⁹ Operada pela DL 307/2009, na sua atual redação, que veio a estabelecer a reabilitação urbana como política pública voltada para a reversão dos quadros de desagregação urbana existentes, determinando medidas para dinamizar a sua operacionalização.

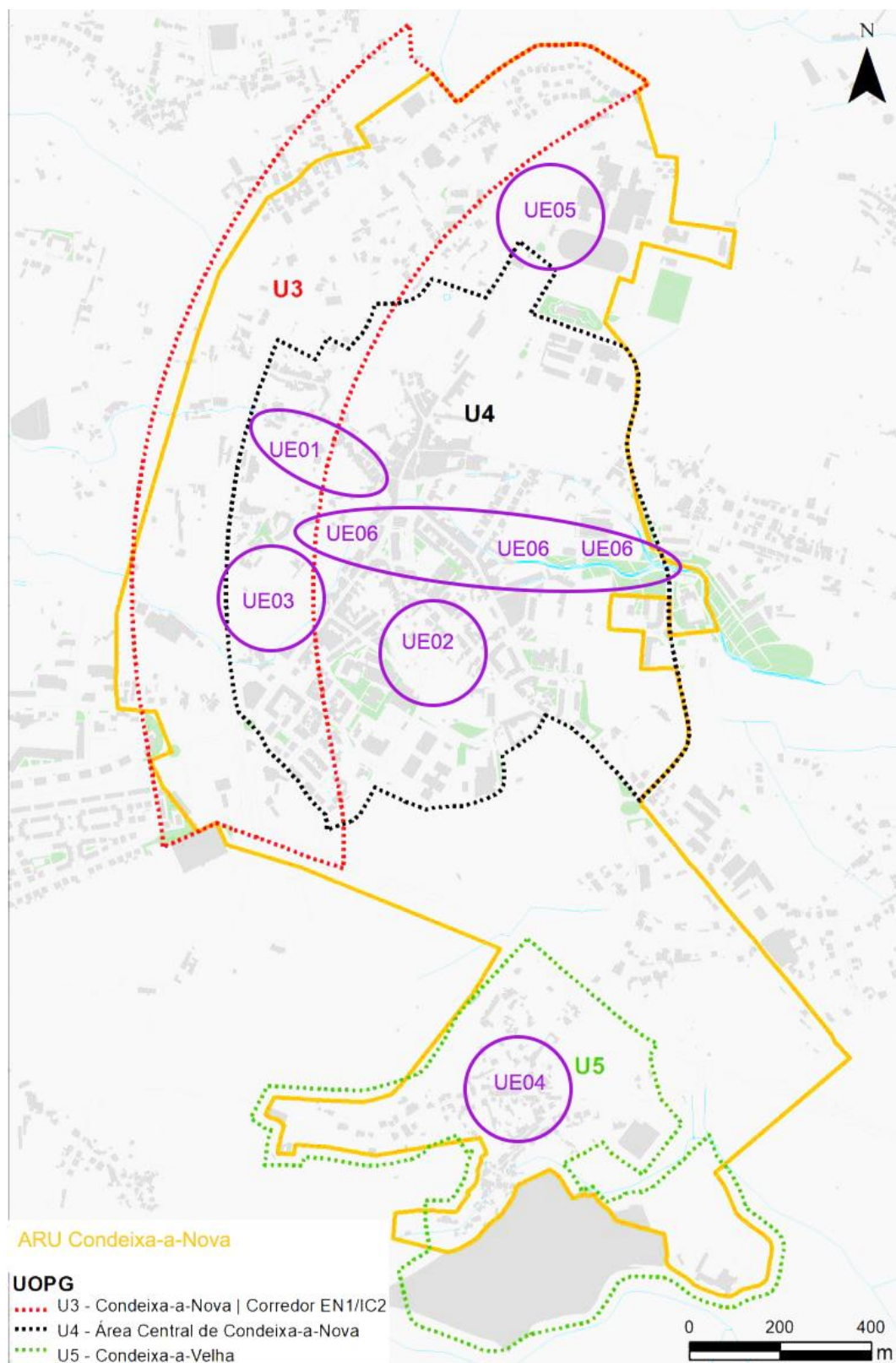


Figura 34 – ARU de Condeixa-a-Nova em compatibilização com as delimitações do PDM.

para o início da dinamização no âmbito económico e turístico que se assiste atualmente, devido aos incentivos vinculados à indústria cerâmica e ao início da criação de alojamentos locais.

A primeira revisão do PDM, iniciada em 2004 e finalizada em 2015, veio a integrar os objetivos estratégicos concebidos em planos e estudos anteriores, nomeadamente do plano “Condeixa 2020”, em conjunto com conteúdos da Agenda 21 Local (2009). O PDM estabelece ainda a base dos estudos de caracterização em vigor e o conjunto de análises que concedem um diagnóstico quanto as potencialidades e constrangimentos ao desenvolvimento urbano, sintetizado através da matriz SWOT (Condeixa-CM, 2014:11-12).

Dessa forma, o PDM de 2015 constitui o instrumento de planeamento que estabelece os objetivos gerais do território, indo de encontro a legislação específica da reabilitação urbana. Para a sua execução, foram previstas nove Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), delimitadas na Planta de Ordenamento⁶⁰ (Condeixa-CM, 2014:194-197). Para estas, é recomendada a elaboração de planos de pormenor para a U1 e U2, e planos de pormenor de reabilitação urbana para as unidades restantes.

Em virtude da importância dada aos centros urbanos de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha, como elementos estruturantes da estratégia para promover a reabilitação urbana do concelho, as UOPG U3, U4 e U5 também passaram a estar inseridas no âmbito da ARU do Centro Urbano de Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha, com o intuito de lhes conferir um papel impulsionador da dinamização e atratividade necessária ao concelho. Deste modo, cabe à ORU definir as orientações estratégicas e desenvolver as ações necessárias para a concretização das estratégias a nível territorial (Condeixa-CM, 2015:9).

Área de Reabilitação Urbana (ARU) do centro urbano de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha (2015) e a respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU)

Para se enquadrarem no âmbito do RJRU, os planos e projetos desenvolvidos antes de 2009 estiveram sujeitos a uma reformulação. Deste modo, foram delimitadas 9 ARU e estas localizam-se nas freguesias de Condeixa-a-Nova, Furadouro e Bendafé⁶¹.

⁶⁰ Estas unidades são: U1 – Zona Industrial de Condeixa-a-Nova/Expansão; U2 - Zona Industrial do Sangardão; U3 – Condeixa-a-Nova/ Corredor EN1/ IC2; U4 – Área Central de Condeixa-a-Nova; U5 - Condeixa-a-Velha; U6 - Lugar do Poço; U7 - Lugar de Casmilo; U8 - Lugar do Furadouro; e U9 - Lugar de Serra de Janeanes.

⁶¹ Nomeadamente, na freguesia de Condeixa-a-Nova: ARU do Centro Urbano de Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha, ARU do Atadoa, ARU da Mata, ARU do Bom Velho de Cima e ARU do Poço; na freguesia de Furadouro: ARU do Casmilo, ARU do Furadouro e ARU do Serra de Janeanes; na freguesia de Bandafé e Vila Seca: ARU do Bendafé.

A elaboração e operacionalização da ARU do Centro Urbano de Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha tem reunido os principais esforços da Câmara Municipal em termos financeiros e de planeamento dos projetos e meios de execução. Apenas esta ARU possui estudos de caracterização e objetivos precisos, e recebeu uma menção honrosa pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)⁶².

Face ao abandono populacional do núcleo urbano antigo de Condeixa-a-Nova, ao quadro de fragilidade da população residente, maioritariamente idosa e com problemas socioeconómicos, bem como ao consequente agravamento progressivo da degradação física do edificado, a delimitação da ARU objetiva reestabelecer o dinamismo socioeconómico do centro urbano através da requalificação do edificado e do espaço público envolvente, recuperando as condições de habitabilidade e funcionalidade do centro urbano. Pretende ainda afirmar os valores patrimoniais como elemento identitário e de promoção da sustentabilidade urbana (Condeixa-CM, 2015:3), ao nível do concelho bem como da Área Metropolitana de Coimbra.

Como mencionado, a 1ª revisão do PDM e o plano estratégico Condeixa 2020 (2007) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C), serviram como base para fundamentar os critérios de delimitação da ARU, delineando o diagnóstico realizado em torno da matriz *SWOT* (Condeixa, 2019:11). Dessa forma, os eixos estratégicos de intervenção contam-se em três projetos: *Circuito Condeixa 2020*, *Conímbriga 2020* e *Centro de Eventos de Sicó – PO.RO.S*. O projeto *Circuito Condeixa 2020* visa a criação de um conjunto de “âncoras turísticas”, através da reabilitação de estruturas pré-existentes ou da criação de novas, que atuem como *landmarks* das várias dimensões da paisagem.

Do mesmo modo, o projeto *Conímbriga 2020* visa levar a cabo um conjunto de intervenções materiais e imateriais⁶³ que confirmem ao sítio arqueológico de Conímbriga uma posição cimeira no contexto da oferta museológica e dos sítios arqueológicos a nível nacional e internacional. Por fim, o *Centro de Eventos Sicó – PO.RO.S*, materializado recentemente pelo Museu *PO.RO.S*, visava consolidar os objetivos dos projetos anteriores, através da construção de uma estrutura multifuncional para suprir a carência de equipamentos culturais na vila. Deste modo, pretendia-se melhorar a oferta turística no concelho através da estruturação de um eixo urbano entre o centro de Condeixa-a-Nova, o museu *PO.RO.S*, o centro de Condeixa-a-Velha e o sítio arqueológico de Conímbriga, baseado na valorização do património como elemento agregador da coesão e integração da paisagem urbana.

⁶² A ARU Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha recebeu menção honrosa pelo Prémio Nuno Teotónio Pereira de Reabilitação Urbana, em 2016, pelos estudos e critérios de delimitação da ARU.

⁶³ Ações que contemplam a reabilitação urbanística do núcleo antigo de Condeixa-a-Velha e projetos de animação cultural e educacional para a dinamização dos espaços do museu.



Figura 36 – Património arquitetónico no interior da ARU (Condeixa-CM, 2016:30).

No âmbito da ARU Centro urbano de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha (Condeixa-CM, 2015:10-11), foram estabelecidos cinco objetivos específicos: 1) fixação de residentes e atividades instaladas no território com estratégias próprias, assim como promover a sua dinamização através da reabilitação dos edifícios devolutos e/ ou degradados e do incentivo ao uso habitacional; 2) estabelecer condições de correlação com as Ruínas de Conímbriga, incluindo a valorização da ligação pedonal existente; 3) requalificar o espaço público e orientar a circulação viária e estacionamento, a fim de melhorar a circulação pedonal em todo o trecho e assegurar a criação de passeios; 4) valorizar o edificado existente; por fim, 5) promover o envolvimento dos diversos atores com interesse na área de intervenção.

A delimitação desta ARU atribui os benefícios fiscais associados ao IMI e IMT previstos no RJRU, além de conferir aos proprietários o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana. Este são concedidos a intervenções que se enquadrem nos critérios definido no RJRU, não se aplicando, portanto, a obras em lotes vazios. Além disso, para a concessão dos benefícios, é preciso que as obras estejam em processo de finalização, bem como que haja a averiguação de que a execução foi realizada conforme os projetos aprovados.

Como definido pela regulamentação do RJRU, a delimitação da ARU implica a elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) no prazo de três anos. No caso de Condeixa, a definição da ORU em causa está em elaboração desde 2018, desde a aprovação da ARU pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Por envolver intervenções no edificado e espaços públicos a ORU será do tipo sistemática e 15 anos será como prazo máximo legalmente previsto para a execução dos projetos definidos. Até o momento decorreu a fase de caracterização e diagnóstico, com o levantamento do edificado, dos espaços públicos e da rede viária. Ainda para o ano de 2020, estava prevista a análise e tratamento de dados e a definição dos projetos e ações estruturantes (Condeixa-CM, 2019:15).

Apesar de estar alinhada com a visão estratégica e objetivos gerais estabelecidos no PDM, na ARU do Centro Urbano de Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha e no PARU, foram redefinidos os eixos estratégicos, conformando uma readaptação dos objetivos antes estabelecidos. Os três eixos em causa – acessibilidade e mobilidade; conforto e imagem; usos e atividades – combinam-se com os objetivos estratégicos do PARU e com os objetivos específicos da ARU.

Deste modo, os eixos estratégicos orientam três linhas de ação para concretizar os objetivos:

<div>    </div>		
<div> <div>Acessibilidade e mobilidade</div> <div>Conforto e imagem</div> <div>Usos e atividades</div> </div>		
<p>Conceito <i>smartcity</i> Implementação de modos suaves (percursos cicláveis e pedonais)</p>	<p>Regras de ocupação do espaço público, Gestão urbanística eficaz, Limpeza urbana, Qualificação dos espaços públicos, Rede de espaços verdes</p>	<p>Usos e costumes, património e atrações turísticas, como pólos dinamizadores da vivência e permanência na área a reabilitar</p>
<div> <div>Edificado</div> <div>Espaço Público</div> <div>Frente Ribeirinha</div> </div>		
<div>    </div>		
<p>Reabilitação da 'Casa dos Arcos' para centro de promoção e divulgação de ideias e produtos UE01</p>	<p>Reabilitação do largo da Igreja de Condeixa-a-Velha UE04</p>	<p>Requalificação das margens da Ribeira de Bruscos UE06</p>
<p>Reabilitação da 'Fábrica Cerâmica de Conímbriga' para instalação de centro de indústrias criativas UE02</p>	<p>Reabilitação da Capela da Lapa e espaço envolvente UE01</p>	
<p>Reabilitação da antiga 'Escola Feminina' para instalação do centro de 'co-working' UE02</p>	<p>Abertura de novas ligações rodoviárias e requalificação do nó da Faia UE02</p>	
<p>Reabilitação do Edifício do Antigo Tribunal (SAS) UE02</p>	<p>Alteração do terminal rodoviário UE02</p>	
<p>Quartel Bombeiros e Pavilhão Multiusos UE05</p>	<p>Introdução de ciclovia no centro da vila UE02</p>	
<p>Reabilitação do Mercado Municipal UE02</p>	<p>Ampliação dos espaços verdes existentes no centro garantindo a sua continuidade (rede) UE02, UE03</p>	
	<p>Reestruturação do núcleo museológico Conímbriga UE04</p>	

Tabela 9 – Eixos estratégicos no âmbito da ARU Condeixa-a-Nova (Condeixa-CM, 2019:16-20).

- 1) Valorização do edificado: contempla a manutenção dos equipamentos públicos existentes e fixação de serviços inovadores; a qualificação geral da imagem da Vila, a dinamização de atividades económicas locais e a fixação de população residente no centro.
- 2) Valorização do espaço público: contempla a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade; a implementação de modos suaves; o reforço da rede de espaços verdes promovendo a sua continuidade por percursos pedonais/cicláveis e a regulamentação da ocupação do espaço público.
- 3) Valorização da frente ribeirinha: contempla o reforço da rede de espaços verdes ao longo da ribeira de Bruscos, promovendo a sua continuidade por percursos pedonais/cicláveis.

A entidade gestora da execução é a própria Câmara Municipal, embora o município pretenda enveredar por um sistema de cooperação para a execução das ações (Moreira, 2007:88). Também ao nível da execução⁶⁴, estava prevista a formação de um Conselho Consultivo para integrar a equipa responsável pelo processo, mas não há muitas informações quanto à sua estrutura, seus componentes e quanto às funções a desempenhar por este órgão.

Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) (2016)

O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) foi elaborado como o instrumento financeiro⁶⁵ e de planeamento estratégico voltado para a reabilitação urbana. Em continuidade com os objetivos da ARU de Condeixa-a-Nova, assenta na Regeneração, Revitalização e Renovação para “(Re)centrar Condeixa” (Condeixa-CM, 2016:6), e almeja a afirmação da vila como referência regional a partir de seus elementos identitários. Apesar da sua designação, a estratégia do PARU não se pretende extinguir o caráter polinucleado do território municipal, mas sim atuar como elemento unificador das diversas centralidades e reforçar a sua conexão e o desenvolvimento dos seus diversos carateres vocacionais.

Os objetivos estratégicos do PARU, portanto, estão alinhados com os objetivos previstos na ARU do Centro Urbano de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha, com os objetivos estabelecidos na 1ª revisão do PDM e com programas a nível regional e nacional⁶⁶.

⁶⁴ Para a execução dos objetivos, está prevista a delimitação de seis Unidades de Execução (UE): UE01 – Condeixinha/Lapa; UE02 – Centro da Vila; UE03 – Quinta da Fontainha; UE04 – núcleo museológico de Conímbriga; UE05 – Paço; UE06 – Ribeira de Bruscos (Condeixa-CM, 2019:22). Além disso, também é prevista a elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU) nas zonas com património classificado e áreas de proteção, assim como o Plano de Pormenor de Salvaguarda (PPS) ao património classificado. Cf. Figura 34.

⁶⁵ Cofinanciado no âmbito dos programas CENTRO 2020 e Portugal 2020, além de usufruir do apoio financeiro do programa IFRRU 2020.

⁶⁶ Nomeadamente: PORCENTRO 2020, PROT-CENTRO, Portugal 2020, PNPOT e Europa 2020.

Projetos estruturantes e prioritários do PARU	
1	Reabilitação da frente ribeirinha, a fim de promover a valorização da Ribeira de Bruscos e da presença da água no território;
2	Reabilitação da “Casa dos Arcos”, para a criação de um centro de promoção e divulgação de ideias e produtos;
3	Reabilitação da antiga fábrica “Cerâmica de Conímbriga”, para a instalação de um centro de indústrias criativas;
4	Reabilitação da antiga “Escola Feminina”, para instalação de centro de <i>co-working</i> ;
5	Reabilitação do antigo hospital D. Ana Laboreiro d'Eça, para a instalação do centro de inovação social;
6	Reabilitação do largo da Igreja de Condeixa-a-Velha.

Tabela 10 – Projetos estruturantes e prioritários no âmbito do PARU (Condeixa-CM, 2016:78).

Estes objetivos concentram-se nas três principais frentes de atuação, mencionados anteriormente, absorvidos pela ORU: a valorização do edificado, a valorização do espaço público e a valorização da frente ribeirinha.

Como projetos estruturantes previstos no âmbito da ARU e que se encontram atualmente em execução (juntamente com o processo de elaboração da ORU), a Tabela 10 identifica um conjunto de seis intervenções, de acordo com a sua prioridade (Condeixa-CM, 2016:78). A Câmara Municipal está a atuar como promotor da execução dos projetos e tem procurado mobilizar os agentes privados para a reabilitação dos imóveis dentro da delimitação da ARU, através do incentivo financeiro no âmbito do IFRRU 2020 e de outros benefícios fiscais (Condeixa-CM, 2016:92).

2.3 Experiências de participação cidadã nos planos locais

Nos planos e estratégias urbanas elaboradas ao longo das últimas décadas, foram criadas experiências de participação cidadã para a elaboração dos respetivos planos de ação e implementação dos projetos. Foram iniciativas que tiveram impactos positivos na época em que foram implementados, mas que ao longo do tempo não tiveram uma continuidade expressiva, nomeadamente, as experiências da Agenda 21 Local (A21L) e do Plano Local de Promoção de Acessibilidade (PLPA). Além disso, o Orçamento Participativo (OP) tornou-se o principal meio de promoção da participação cidadã no município, sendo a única ferramenta existente para além dos processos tradicionais de discussão e consulta pública⁶⁷.

Deste modo, apesar do parecer de que há “...uma forte vertente de mobilização coletiva e de participação da comunidade local...” (Condeixa-CM, 2009:19), é de senso comum, por parte dos gestores, que é preciso aprimorar as formas de participação e reestabelecer relações de proximidade (Moreira, 2017:48-49).

Agenda21 Local (A21L)

A Agenda 21 Local de Condeixa-a-Nova, desenvolvida no âmbito das recomendações resultantes da Conferência Europeia sobre as Cidades Sustentáveis⁶⁸ (1994), corresponde a

⁶⁷ O processo de informação, consulta e discussão pública acontece no momento da publicação dos planos e/ou decretos, contudo não ocorrem de modo amplamente divulgado e envolvem uma parcela pequena da população (como averiguado através das entrevistas que constam no Anexo III). A nível das políticas de reabilitação urbana, por exemplo, foram realizadas apenas algumas sessões de informação aos munícipes sobre o processo da ARU, em 2016, mas sem continuidade em outro momento.

⁶⁸ Recomendações da Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (Carta de Aalborg), além das adaptações pelas políticas no âmbito nacional: Lei de Bases do Ambiente (LBA), Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU), Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS).

Enquadramento dos projetos previstos na A21L	
<i>Linhas estratégicas de intervenção</i>	Linha 1 (social) – educação e formação, desporto e juventude, cultura e cidadania
	Linha 2 (gestão ambiental) – mobilidade e ordenamento do território
	Linha 3 (economia e emprego) – cultura e produtos turísticos
<i>Objetivos operacionais</i>	1 – Aumentar o valor social do território, das pessoas e da cultura
	2 – Aumentar a humanização e a funcionalidade dos espaços naturais (agricultura, turismo) e dos espaços patrimoniais
	3 – Reduzir a pressão populacional sobre o meio ambiente
	4 – Reduzir a emissão de gases com efeito de estufa
<i>Áreas de atuação prioritárias</i>	Social
	Educação e formação
	Cultura; desporto e juventude
	Gestão ambiental
	Economia e emprego
	Mobilidade
	Ordenamento do território

Tabela 11 – Enquadramento dos projetos previstos na A21L (Condeixa-CM, 2009a:18).

um projeto transversal a todas as áreas das políticas públicas com enfoque no tema “Proteção e Valorização Ambiental”⁶⁹. A sua preparação constituiu uma experiência de gestão partilhada, onde diferentes agentes locais trabalharam com a comunidade na elaboração de um plano de ação, com o objetivo de promover a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida da população local.

A metodologia para a sua elaboração foi composta por quatro fases: 1ª) Planeamento do projeto participativo; 2ª) Sensibilização da comunidade local e criação do fórum participativo; 3ª) Diagnóstico do concelho e definição do plano de ação; e 4ª) Implementação, acompanhamento, avaliação e revisão do processo (Condeixa-CM, 2009:16).

Na primeira fase, foi feito o projeto e planeamento de atividades e identificaram-se as necessidades de formação interna, com a criação do Grupo Coordenador (GC) para desenvolver atividades de sensibilização e formação dos técnicos da autarquia, além da sistematização dos planos e projetos do município que se relacionavam com o objetivo do programa.

Na segunda fase, decorreu a sensibilização da comunidade, através da divulgação e informação no âmbito do plano de comunicação então desenvolvido. Além destes passos, também foi elaborado o plano de participação, que definiu as atividades, calendarização e os métodos necessários para envolver a população. Foi desenvolvido o fórum participativo e lançados questionários à população, resultando na elaboração de um perfil da comunidade que permitiu o desenvolvimento das adaptações necessárias das ações a desenvolver.

Na terceira fase, realizou-se o diagnóstico através de um *workshop* aberto a todos os cidadãos, a fim de identificar as principais áreas de atuação da A21L. A partir da identificação das áreas de atuação prioritárias, foram constituídos os Grupos de Trabalho Temático (GTT), que assumiram o papel central na orientação das propostas de ação que viriam a ser desenvolvidas. Assim, o plano de ação foi elaborado com base nos resultados obtidos nas sessões participativas.

Por fim, na quarta fase, foram implementados os projetos previstos, com início na calendarização das atividades e identificação dos agentes responsáveis pela execução. Também estava previsto que o processo fosse objeto de avaliação periódica, e após a duração mínima de um ano fosse reavaliado e reajustado de acordo com os resultados, para ser implantado nos anos subsequentes.

⁶⁹ Eixo 4 do programa Mais Centro.



Figura 37 – Objetivos específicos da A21L (Condeixa-CM, 2009:15).

NOME	ÁREAS DE ACTUAÇÃO PRIORITÁRIA							LINHAS ESTRATÉGICAS			OBJECTIVOS OPERACIONAIS			
	Social	Gestão ambiental	Educação e formação	Mobilidade e ordenamento do território	Economia e emprego	Cultura	Desporto e juventude	1	2	3	1	2	3	4
P01	ECONSCIÊNCIA													
P02	BRIGADA DO AMBIENTE													
P03	É A21L													
P04	PRODUZVIVECOMPRA													
P05	ENSINAR A COMPOSTAR													
P06	DAR O EXEMPLO													
P07	CONDEIXA SEM OBSTÁCULOS													
P08	DE BICLA													
P09	CONIMBRIGA EM CONDEIXA													
P10	CULTURAMA													
P11	VOLUNTARIADO													
P12	EDUCAR & APRENDER													
P13	AMPAROS													
P14	AR													
P15	BASE													
P16	RECICLA													
P17	VERDE AQUI													
P18	MKTT													
P19	EMP CONDEIXA													
P20	EMENTA													
P21	TEMPO NAS FÉRIAS													
P22	RES													
P23	CHECK LIST CONDEIXA													
P24	PEE													
P25	CAMINHADAS													
P26	WASTE-ART													
P27	PRÉMIO SER SUSTENTÁVEL													
P28	MEDIR A21L													
P29	EQUIPA A21L													
TOTAL DE PROJECTOS		12	9	6	9	8	5	5	14	13	10	12	9	11
FACTORES DE SUCESSO														

Figura 38 – Projetos desenvolvidos no âmbito da A21L (Condeixa-CM, 2009::21).

A elaboração da A21L implicou num processo minucioso e que teve bons resultados, resultando num plano de ação composto por 29 projetos que envolviam, pela primeira vez, a dimensão dos valores sociais, culturais, patrimoniais e ambientais, integrados na estratégia de desenvolvimento local (Moreira, 2017:62). Deste modo, alguns dos projetos contemplaram propostas que contribuíram para os objetivos estabelecidos no PDM e nos atuais planos de reabilitação urbana. Além disso, vale ressaltar que o planeamento temporal da execução, assim como o facto de se ter recorrido a instrumentos de financiamento públicos, contribuiu para uma maior taxa de concretização dos projetos⁷⁰.

A experiência constituiu um contributo singular no contexto do município, pois suscitou uma cultura de educação ambiental nas escolas, além de fomentar as discussões sobre a mobilidade e acessibilidade que foram desenvolvidas posteriormente no Plano Local de Promoção de Acessibilidade (PLPA) e outros projetos incorporados no PDM de 2015.

Plano Local de Promoção de Acessibilidade (PLPA)

No âmbito do Plano Local de Promoção de Acessibilidade (PLPA)⁷¹, o projeto “O peão é rei” (Condeixa-CM, 2009b) teve por objetivo desenvolver estudos e propostas de intervenção para promover a melhoria da mobilidade e acessibilidade local através de levantamentos e diagnósticos realizados com a participação da população local. Para isso, a metodologia utilizada baseou-se em atividades que envolveram dois âmbitos: o diagnóstico sobre a acessibilidade, como base para o desenvolvimento dos projetos; e a realização de ações de sensibilização e promoção de boas práticas.

Na fase de diagnóstico, foram definidos três domínios de atuação:

- 1) espaço público e transportes, abarcando as condições de mobilidade pedonal na vila e dos transportes públicos;
- 2) edificado, ao avaliar as condições de acessibilidade dos edifícios e equipamentos públicos municipais, e;
- 3) informação e comunicação/info-acessibilidade, analisando os principais meios de comunicação municipais e as dificuldades de uso pelos munícipes.

⁷⁰ Apesar da ausência de registos concretos sobre a quantidade de projetos executados, segundo os técnicos da Câmara, é de conhecimento geral que foram executados de modo satisfatório.

⁷¹ Resultado de uma candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), no âmbito do POPH – Programa Operacional Potencial Humano, em particular ao Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social na Tipologia 6.5 ‘Ações de investigação, sensibilização e promoção de boas práticas’ – Programa Rampa – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade.



a



b



c



d



e

f



g

h

Figura 39 – Audiências, entrevistas, treinamentos e workshops desenvolvidos no âmbito do PLPA (Condeixa-CM, 2009b).

Para a recolha das opiniões, foram realizados inquéritos à população⁷², um questionário *online* e realizadas três⁷³ sessões de consulta pública, além das sessões de esclarecimento e debates públicos. A partir dos inquéritos e entrevistas foi feita uma categorização dos residentes em cinco grupos⁷⁴ em função do perfil sociológico dos participantes. Além destas atividades, foi criado um endereço eletrónico do plano a fim de tornar-se um dos meios de recolha de participações e divulgação das ações, atuando como um instrumento fundamental para dispor as informações sobre as atividades. Além disso, foi constituído um Conselho Consultivo⁷⁵ que teve o papel de orientar a recolha das opiniões e sugestões dos participantes nas seções de consulta pública.

As ações de sensibilização, informação e formação visaram estimular a participação dos munícipes e das várias entidades públicas e privadas, para contribuírem para a elaboração do plano. Nesse âmbito, foram realizados diversos eventos com o intuito de trazer o tema da acessibilidade para as pessoas com mobilidade condicionada e organizadas assembleias públicas, seminários, eventos educacionais direcionados, *workshops*, além das ações de consultas públicas.

Assim, o PLPA foi elaborado com base no contributo dos munícipes, resultando em intervenções no âmbito do edificado, espaços públicos e transportes. Os contributos também atuaram como um retorno apreciativo sobre as intervenções urbanas realizadas nos últimos anos, principalmente as realizadas nos espaços públicos do centro de Condeixa-a-Nova.

A recolha de contributos mostrou um elevado grau de aprovação das intervenções efetuadas na última década, no âmbito do edificado, dos espaços públicos e do sistema de transportes. A execução das ações estava planeada para os anos de 2014 a 2017, no entanto, não foi possível avaliar a taxa de execução devido a falta de dados do município e a descontinuidade do processo.

⁷² Inquéritos realizados de porta em porta.

⁷³ Foi realizada uma secção para cada eixo de atuação.

⁷⁴ Nomeadamente: grupo 1 – motoristas e comerciantes; grupo 2 – munícipes com mais de 65 anos; grupo 3 – gestantes e mães ou mãos de crianças em carrinho de bebé; grupo 4 – munícipes em cadeira de rodas; grupo 5 – munícipes invisuais ou ambliopes.

⁷⁵ Conselho constituído por agentes dos órgãos municipais e das freguesias abrangidas pelo plano; representantes dos serviços municipais e um grupo de parceiros locais.

Orçamento Participativo (OP) Condeixa

O OP-Condeixa foi criado em 2012, através de um projeto em parceria com a Universidade de Coimbra⁷⁶, teve a última edição em 2018 e previa candidaturas do público em geral e de jovens. O Orçamento Participativo foi promovido pela autarquia com o intuito de reforçar a responsabilidade política para com a comunidade e, para os técnicos, representou a motivação em promover uma política de proximidade e envolvimento dos munícipes no funcionamento dos processos da Câmara.

Antes da primeira edição do OP, teve lugar uma sessão de esclarecimento ou formação informal da equipa técnica sobre o que era esperado do processo (Vaz, 2019:55). Nos primeiros anos, foram realizadas sessões de sensibilização em todas as freguesias para dar a conhecer o processo à população. Além disso, houve uma forte campanha de comunicação, com a criação do site e a divulgação nos principais meios de comunicação da região. Entretanto, após as primeiras experiências, julgou-se desnecessário continuar com as ações de divulgação devido ao facto de a população ter adquirido o conhecimento suficiente sobre o processo do OP⁷⁷.

As fases do processo congregam-se em seis etapas: 1) avaliação e preparação; 2) recolha de propostas; 3) análise técnica das propostas e projetos admitidos para votação; 4) votação dos projetos; 5) apresentação pública dos resultados; e, 6) execução dos projetos aprovados.

Ao longo das várias edições do OP, a metodologia sofreu algumas variações que resultaram, sobretudo, no aumento do número de votos por participantes, no alargamento da participação para os não residentes e a permissão de candidaturas vindas de freguesias que tiveram projetos vencedores nas edições anteriores. As propostas foram submetidas *online* e avaliadas pela equipa técnica composta pelos técnicos da Câmara que se mantiveram ao longo do processo.

O processo em geral decorreu de forma satisfatória nos primeiros anos, mas, entretanto, entrou em declínio até ao ponto de em 2019 não ter sido realizada alguma edição. As primeiras edições, em 2012 e 2013, tiveram o maior número de participações e propostas, devido ao fator de inovação que o processo continha na época. Em 2013 e 2014, apesar do menor número de projetos apresentados, a votação de propostas tornou-se maior. Em relação a edição de 2015, não há documentação sobre o número de participantes, mas verifica-se um aumento de projetos apresentados. Nas edições de 2016 e 2017, o número de participantes

⁷⁶ Nomeadamente, com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob coordenação do Doutor Giovanni Allegretti.

⁷⁷ Segundo o relato de um dos técnicos entrevistados: Ent_01_ET (Vaz, 2019, p.56).



Figura 41 – Faseamento do processo do OP Condeixa-a-Nova (Vaz, 2019:40)

e de propostas diminuiu, até que na última edição, em 2018, foram apresentadas apenas duas propostas e nenhum voto, resultando na não aprovação de qualquer projeto (Vaz, 2019:52).

Esta situação ilustra as principais fragilidades e constrangimentos das experiências participativas em geral, sobretudo: 1) pela dificuldade em manter o envolvimento da população, que se pode dever à falta de reconhecimento que o processo pode resultar em mudanças efetivas, 2) pela prevalência de interesses próprios e pela falta de pertinência das propostas a nível coletivo, devido à ausência de espaços de discussão e construção de uma visão coletiva sobre o território, 3) e pela morosidade na execução dos projetos vencedores, que pode dever-se não apenas a dificuldades financeiras do município (Vaz, 2019:59).

Contudo, das propostas apresentadas ao longo das sete edições, apesar de grande parte estarem orientadas para a requalificação das instalações de associações locais ou de serviços de responsabilidade municipal⁷⁸, pouco mais de um quarto⁷⁹ das propostas vencedoras são relevantes para o âmbito da reabilitação urbana. Algumas das propostas englobam intervenções de reabilitação do património edificado, como a reabilitação da Igreja do Sebal (2013), com a sua integração num circuito turístico, e da Igreja Matriz de Ega (2014), em conjunto ao espaço público envolvente. Outros projetos que foram inseridos no âmbito dos projetos do PARU e da ARU contemplam, igualmente, intervenções no edificado, como o projeto de reabilitação da fábrica de Cerâmica de Conímbriga (2014) para instalação de unidade de ensino, e a Incubadora de empresas (2013) a ser implementada na antiga Escola Feminina de Condeixa-a-Nova. Além disso, enquadram-se outros projetos em desenvolvimento no âmbito de outras candidaturas⁸⁰ relacionadas ao património e ao turismo local.

No final de 2019, foi dado início à avaliação interna e revisão do OP pelos técnicos responsáveis pelo processo. A reavaliação abarca a revisão da metodologia referente ao faseamento e duração do processo, assim como a formulação dos meios para dar transparência ao processo e contextualizar a população sobre os atrasos na execução, de forma a reaproximar a população e restituir a confiança no processo.

⁷⁸ O apelo à participação acontece em grande parte a nível do associativismo, que recebe apoio da câmara municipal desde 2013, com a criação do Gabinete de Apoio do Associativismo. Assim, grande parte dos projetos enquadram-se em obras de manutenção de equipamentos vinculados a associações locais. Também se enquadram na requalificação de equipamentos desportivos ou ações de manutenção de responsabilidade do município, como a manutenção das vias municipais, pintura de passeadeiras, melhorias para os serviços municipais, entre outros.

⁷⁹ Dos 33 projetos que estão em execução, 9 possuem impactos na reabilitação urbana (Anexo V).

⁸⁰ Nomeadamente: Projecto 3C – Conjunto Cársico do Casmilo (2014), Módulos interactivos (2015) e Parque infantil da praça do município (2016).

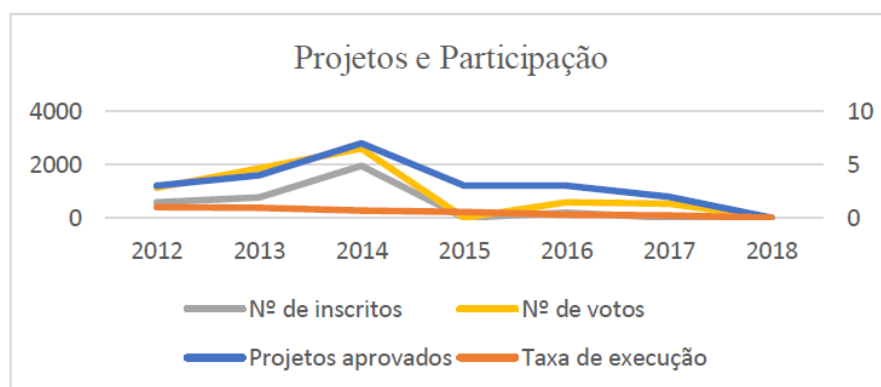
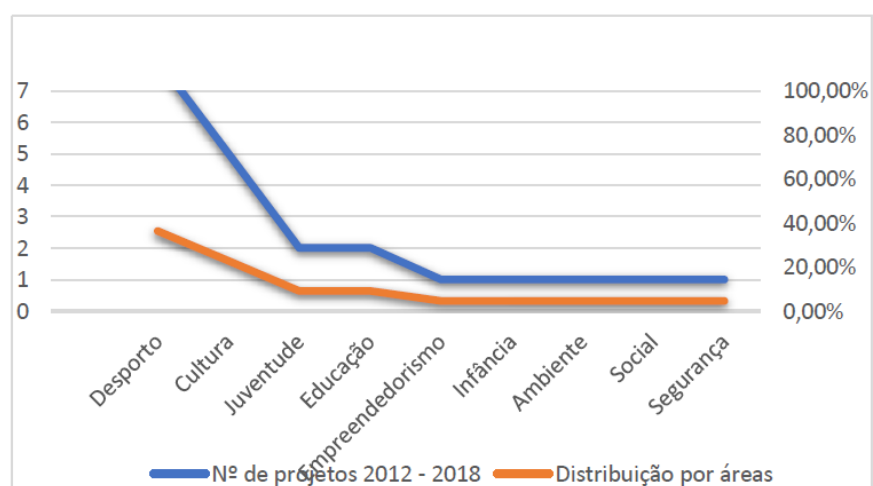


Figura 42 – Áreas dos Projetos e taxa de Execução, entre 2012 e 2018 (Vaz, 2019:53).

O regulamento da nova edição do OP Condeixa 2020 foi publicado no início do ano e compromete-se em envolver os cidadãos no maior número possível de fases, através da implementação de um modelo de participação que associa espaços consultivos e espaços de codecisão (CM-Condeixa, 2020, p.2-3). Diferente das edições anteriores, a nova edição realizará a recolha de propostas através de Assembleias Participativas, bem como através de meios digitais. As informações referentes às atividades que serão desenvolvidas estão ausentes no regulamento, constando apenas a metodologia de faseamento, que se mantém como nas edições anteriores. Contudo, atualmente o programa encontra-se suspenso devido ao contexto da pandemia.

2.4 Considerações sobre a gestão urbana e experiências participativas em Condeixa-a-Nova

Desde a década de 1980, a gestão urbana do município de Condeixa-a-Nova tem sido baseada em planos e estratégias que dão ênfase à reabilitação urbana. Contudo, a desagregação urbana do município persiste, em grande medida devido a dificuldades na concretização dos planos (Moreira, 2017:82), sobretudo as:

- Decorrentes da ausência de articulação dos planos de reabilitação urbana com os instrumentos de planeamento e gestão urbanística;
- Devidas à tramitação processual e de operacionalização das ações presentes nos planos, que dependem da disponibilidade de recursos humanos qualificados;
- Resultantes da fraca divulgação e participação nos processos de reabilitação;
- Decorrentes do desfasamento entre os sistemas legislativos e regulamentares e programas de financiamento;
- Devidas à dependência de entidades externas para elaboração e aprovação dos planos.

Estas dificuldades representam desafios comuns a grande parte dos municípios portugueses que, de facto, têm vindo a empenhar-se no cumprimento das recomendações de desenvolvimento presentes nas agendas internacionais, procurando promover a cultura local como recurso-chave para o desenvolvimento urbano.

Em Condeixa-a-Nova, como se procurou mostrar, têm sido elaboradas estratégias cujo cerne está na valorização do património cultural e que procuram reforçar a integração do território na indústria do turismo. Este objetivo é reforçado com os atuais planos de desenvolvimento, enquadrados no âmbito do RJRU e que constituem uma readequação de estratégias presentes em planos concebidos nos últimos 30 anos. Contudo, para a concretização destes planos, é necessária não apenas a valorização do âmbito cultural do

território, mas igualmente a tomada de medidas respeitantes às diversas políticas públicas que respondem aos desafios do território em questão.

A prevalência de estratégias orientadas para a promoção de usos vinculados ao turismo interfere no desenvolvimento territorial e na integração dos bens culturais, bem como na qualidade de vida da população local. Esta prevalência reflete-se, por exemplo, no facto de as intervenções promovidas pelo Município concentrarem-se na reabilitação de edifícios de interesse municipal, para usos culturais, ou através da requalificação de espaços públicos. Além disso, as estratégias se concentram na ARU do centro de Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha, apesar de terem sido delimitadas ARU em demais partes do território. Deste modo, as estratégias tendem a beneficiar o centro da antiga vila e carecem de uma visão voltada para integração entre os diferentes núcleos existentes no território.

As intervenções físicas nas estruturas urbanas têm contribuído para a qualidade de vida da população local, visto que a valorização dos espaços públicos do centro urbano de Condeixa-a-Nova tem impactado positivamente na dinamização económica e social do município. Contudo, uma vez que os objetivos a que dizem respeito se orientam para a promoção de usos que visam atrair uma população externa e passageira, além de usos para manter a população jovem, ainda é preciso atender às necessidades cotidianas de grande parte da população local, maioritariamente idosa e de meia idade.

Deste modo, são necessárias estratégias complementares que promovam o dinamismo decorrente de usos locais, cotidianos, vinculados a necessidades locais. Além disso, como defendem Smith (2008) e Choay (2001; 2009), a construção de uma imagem do território levada a cabo apenas pelas autoridades públicas, resulta na construção de um discurso institucional que nem sempre inclui as populações locais e o património formado pelas práticas culturais cotidianas.

Os objetivos definidos pela Câmara Municipal resultam da atribuição de valores ao território realizada por especialistas, ainda que baseada no conhecimento empírico do lugar. Logo, é necessária uma aproximação efetiva ao território e o envolvimento da população local para que sejam de facto estabelecidos objetivos de desenvolvimento que abranjam a diversidade de contextos existentes no território.

Além disso, é notável o esforço da Câmara para promover ações para a valorização da população, com a realização de eventos culturais e a promoção da figura do presidente da Câmara como meio de aproximação, o que pode ser averiguado nos canais de notícias do

município⁸¹. Contudo, os planos e a execução das estratégias de desenvolvimento urbano fazem parte de um trabalho realizado “à portas fechada”, onde apenas uma parcela das atividades é compartilhada com a população.

Através de um inquérito realizado a moradores, que consta nos Anexos III e IV, foi possível obter um pequeno panorama sobre o conhecimento da população em relação aos processos de reabilitação urbana. Apesar de parte da população ter conhecimento da existência das políticas, o entendimento sobre o conceito de reabilitação urbana não é claro, bem como sobre os respetivos objetivos estratégicos. Contudo, grande parte dos inquéritos revelaram que existe o interesse em participar e em envolver-se em projetos nas áreas de planeamento e gestão urbana, património e cultura, apesar de não serem fornecidos meios para a participação nessas matérias.

Do mesmo modo, os inquéritos às associações locais mostram que a Câmara concede alguns benefícios financeiros, como apoios para o pagamento de faturas de água e energia, como também para a realização de pequenas obras nas instalações, além de implementarem projetos em parceria – em grande parte no âmbito cultura, educacional e de integração social. Contudo, das associações entrevistadas, apesar terem conhecimento sobre o processo do OP, nenhuma esteve envolvida em qualquer edição, visto que, aparentemente, julgam que suas necessidades não se enquadram nos objetivos do programa, ou que seus integrantes não possuem capacitação para participar.

Isto confirma as impressões sobre o processo do OP obtidas pela equipa técnica e Executivo da Câmara⁸², de que os participantes carecem de uma visão coletiva na proposição de projetos, ou mesmo de que há uma suposta falta de clareza sobre a metodologia e os objetivos do programa, o que resulta na desorientação dos participantes quanto à elaboração e apresentação das propostas. Além disso, também é do senso comum a necessidade de reverter o processo de descrédito da população no processo, provocado, principalmente, pela:

- 1) Morosidade na execução das propostas vencedoras;
- 2) Complexidade do sistema de votação, que, era realizado apenas *online* e mediante a registo;
- 3) Falta de pertinência das propostas a nível coletivo e falta de identificação das pessoas com os projetos vencedores;
- 4) Surgimento do sentido de disputa e bairrismo,
- 5) Falta de capacitação individual para desenvolver propostas;

⁸¹ Nomeadamente, nos canais de notícia e divulgação dos eventos e pareceres da Câmara, integrados pelo endereço eletrónico da Câmara Municipal e canais nas principais redes sociais utilizadas atualmente.

⁸² Cf. Vaz (2019).

6) Falta de informação e clareza sobre a metodologia do processo.

Grande parte da memória que existe, por parte dos técnicos, sobre as experiências participativas e seus efeitos, diz respeito aos processos realizados no âmbito da A21L e do PLPA. Estas experiências envolveram a população local de modo mais relevante do que a experiência do OP, no âmbito dos critérios normalmente avaliados em experiências participativas.

Estas experiências deram, de facto, um contributo significativo para o desenvolvimento de estratégias baseadas nas apreensões da comunidade sobre determinado problema – tanto a nível estratégico do desenvolvimento urbano, com a criação dos planos de ação da A21L, transversais a todas as políticas públicas, como a nível do diagnóstico, base para os projetos do PLPA. Contudo, é perceptível que ainda falta ao município a aptidão para potenciar a participação em práticas que produzam resultados efetivos e contribuam para o desenvolvimento urbano do município.

Com o intuito de contrapor as experiências participativas em Condeixa, na Tabela 12 é feita uma breve síntese dos processos segundo os critérios de avaliação de experiências de Geissel (2012), apresentada na Tabela 3 da Parte I. Esta análise foi realizada com base na comparação dos critérios com as informações sobre os processos, bem como com os resultados dos inquéritos

		A21L	PLPA	OP
Critérios	Educação democrática	✔	✔	⊖
		O processo aprimorou atividades educacionais e de gestão ambiental	O processo promoveu a inclusão social da população idosa	O processo desencadeou conflitos “bairristas”
	Eficácia	⊙	⊙	⊙
		Não há informações sobre o percentual de projetos executados	Não há informações sobre o percentual de projetos executados	O processo atendeu a parcelas pequenas da população
	Deliberação	✔	⊙	⊖
		O processo foi estruturado de modo adequado aos objetivos	O processo foi a nível de diagnóstico e requereu pouca estruturação	Houve falhas na metodologia que poderiam resultar em maior envolvimento
	Legitimidade	✔	✔	⊖
		Projetos tiveram continuidade após o programa	Houve <i>feedback</i> positivo dos participantes	O processo ocasionou o descrédito da população
	Inclusão e significância	✔	✔	⊙
		Foram envolvidos atores de diversas áreas e contribuíram de acordo com cada âmbito do processo	Os atores pertinentes foram envolvidos e contribuíram para o objetivo pretendido	As tentativas de envolvimento ocorreram apenas na primeira edição do processo
Nível de envolvimento ⁸³		1, 2, 3	1, 2	3
Tipos de inovações ⁸⁴		1, 2	2	3

Tabela 12– Avaliação das experiências participativas em Condeixa-a-Nova

Legenda: Satisfatório ☑ Parcialmente satisfatório ☐ Insatisfatório ☹.

⁸³ Segundo a Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

⁸⁴ Segundo a Tabela 2 – Principais categorizações das inovações participativas.

3. Propostas para uma abordagem integrada e participada na reabilitação urbana de Condeixa

Quando um município decide adotar meios de inclusão e participação da população, questiona-se sobre os processos com que deve iniciar. Assim, para que a participação cidadã seja planeada estrategicamente, é necessário direcioná-la em favor da concretização de objetivos pertinentes para o território, como, por exemplo, integrando-a nas políticas de reabilitação urbana. Do mesmo modo, para que as políticas de reabilitação urbana articulem outras políticas públicas, é necessária a participação da comunidade local para que as estratégias contemplem ações integradas no âmbito social, económico e físico dos espaços urbanos.

Nesta dissertação são propostos alguns eixos de atuação onde as metodologias podem ser aplicadas para a concretização de estratégias de reabilitação urbana integrada. Esses eixos têm por objetivo utilizar a participação segundo os âmbitos conceituais que mais favorecem a concretização dos objetivos da reabilitação urbana: a) a coesão territorial, contribuindo para o reforço do carácter policêntrico do município; b) a dinamização socioeconómica, ao estabelecer condições atrativas para a habitação, o comércio e turismo; e c) a coesão social, ao fomentar o senso de pertença e de identidade coletiva.

Assim sendo, são aqui defendidas algumas recomendações a considerar para promover um processo de reabilitação urbana integrado e participado, que se defende que consiste: na adoção de princípios para uma gestão urbana integrada, na criação de uma metodologia para um processo de reabilitação urbana participado, e na utilização de métodos para a concretização de objetivos estratégicos.

Apesar de não existir um único modo para orientar os processos, as recomendações aqui defendidas podem ser utilizadas como meio de ponderar as práticas desenvolvidas pelo município, quando este decidir reavaliar o grau de abertura à população.

3.1 Princípios para uma gestão urbana integrada

Para que as políticas de reabilitação urbana se achem realmente integradas, é preciso que sejam concebidas e orientadas com base no envolvimento e contributo da população local. Só é possível construir uma visão holística do território a partir da colaboração e da auscultação dos vários atores que o integram, e o sucesso da reabilitação urbana resulta de um processo de negociação dos objetivos entre todos. Para isso, é essencial que haja o planeamento da participação, para que as políticas desenvolvidas possam incorporar os

princípios da cogovernança e orientá-los em favor da coesão social e territorial, da dinamização socioeconómica e da reabilitação física dos espaços urbanos.

Assim, sugere-se o seguinte conjunto de estratégias e de intervenções para o município adotar, que sintetizam as principais diretrizes para reorientar as políticas locais e para dar suporte ao processo participado de reabilitação urbana:

I. Criação de uma Divisão da Participação Cidadã

A proposta de criação desta divisão na estrutura organizacional da Câmara Municipal pretende estabelecer uma relação entre diferentes divisões, nomeadamente de planeamento urbanístico (DPU), de obras (DO), de ambiente e serviços urbanos (DASU) e administrativa e financeira (DAF), a fim de planear a participação cidadã de modo estratégico e transversal a todas as políticas públicas.

Tendo como referência a Divisão de Cidadania e Participação⁸⁵ (DCIP) CM de Cascais, esta divisão deve responsabilizar-se por:

- Promover o estabelecimento de princípios de atuação e mecanismos a utilizar, bem como a coordenação dos processos participativos, que devem ser promovidos de modo fundamentado num planeamento estratégico, em favor da concretização de objetivos de desenvolvimento urbano;
- Documentar, analisar e monitorizar as experiências, de modo a constituir um banco de dados sobre as metodologias utilizadas e sobre os processos;
- Conhecer dos atores e das necessidades das comunidades locais, de modo a planear atividades contínuas a partir de meios estruturados de capacitação e envolvimento na tomada de decisões, com o intuito de fomentar uma cultura participativa e senso coletivo sobre o território, e;
- Desenvolver uma política de transparência, através do trabalho transversal e integrado entre as diversas áreas das políticas públicas de desenvolvimento;

Além de responsável por estas atividades, esta divisão deve conjugar as diversas demandas e objetivos das políticas públicas, bem como prever a articulação entre os diferentes interesses e mecanismos necessários para promover intervenções consistentes e determinar soluções baseadas em valores comuns.

⁸⁵ Pertencente ao Departamento de Desenvolvimento Estratégico (DDE), como mencionado no tópico referente ao Orçamento Participativo e alguns instrumentos em Cascais.

II. Criação de uma equipa técnica local multidisciplinar

Em conjunto com a criação de uma divisão para o planeamento estratégico da participação, a constituição de uma equipa técnica multidisciplinar tem a função de reunir profissionais com diferentes competências para identificar os desafios locais e propor estratégias para os solucionar. Esta equipa técnica desempenhará o papel intermediador entre a população e os agentes da Câmara Municipal, nos âmbitos:

- da compreensão sobre o contexto social, identificando os atores e o funcionamento das relações entre estes, a fim de antever as possíveis parcerias em favor da efetivação de algum objetivo comum;
- da identificação das demandas e necessidades locais através da abertura ao diálogo e escuta das opiniões dos envolvidos, contribuindo para o fomento da relação de confiança entre os técnicos e a população;
- da troca de informações e contacto direto com a população, de modo a prestar auxílio em quaisquer atividades que estejam a ocorrer, bem como identificar os casos da necessidade de assistência social.

Segundo os participantes entrevistados sobre o processo do OP Condeixa, essa relação intermediadora entre o planeamento das ações e o contacto com a população foi assumida pelos técnicos da Câmara que conduziram o processo do OP e estão vinculados ao DPU. Contudo, esta relação pode ser aprimorada através da constituição de uma nova equipa, integrando os objetivos e formas de atuação das antigas equipas do GTL e da A21L, por exemplo, em conjunto uma conformação multidisciplinar. Além disso, é necessário que a equipa coordene os processos que estão a ocorrer e desempenhe uma função articuladora entre estes a partir de uma visão estratégica.

III. Adotar e aprimorar ferramentas e mecanismos financeiros, jurídicos, institucionais e de e-democracy

Estas ferramentas e mecanismos constituem os instrumentos para concretizar as recomendações anteriores, de modo a efetivar a participação cidadã nos diversos níveis de abrangência: informação, consulta, cocriação e autogestão. Estes devem respeitar à:

- criação de espaços, promovidos pela Câmara, para a realização das práticas de participação, como para a realização de eventos de mobilização, consulta, de planeamento e de carácter educacional. Nestes espaços devem poder reunir-se centros coletivos institucionais, onde os atores podem recorrer ao auxílio dos técnicos da equipa multidisciplinar a fim de obter informações e consultorias sobre os projetos que estão a

decorrer – seja para o OP, como a outros processos em desenvolvimento. Do mesmo modo, estes espaços podem ser disponibilizados com o intuito de fomentar a organização de laboratórios cívicos, como espaços de apoio às associações locais onde os próprios cidadãos podem organizar meios de atender demandas cotidianas;

- criação dos regulamentos necessários para efetivar as práticas, de modo a definir as disposições gerais das práticas, bem como suas regras, o papel dos atores em cada etapa e os resultados esperados em cada processo desenvolvido;
- angariação de recursos financeiros para apoiar a execução dos processos participativos, bem como para a execução dos projetos. Os recursos financeiros variam de acordo com a natureza do projeto, podendo-se recorrer a recursos das autoridades locais, bem como a organismos regionais, nacionais e internacionais. A criação de fundos locais de financiamento cívico também pode auxiliar na execução de projetos imateriais e de pequena dimensão.
- criação de instrumentos não-financeiros de incentivo à participação, como prémios ou sistemas de recompensas aos cidadãos que participam ativamente nos projetos e programas propostos.
- criação de ferramentas de *e-democracy* como principal canal de acesso a informação, consulta e a recolha de contributos. Do mesmo modo, as ferramentas deste género podem ser utilizadas como instrumento para clarificar a população quanto a regulamentos e legislação, através da criação de manuais eletrónicos e cartilhas ilustradas.

Deste modo, a seguir apontam-se algumas ações específicas a título exemplificativo, englobando as três linhas de ação abordadas anteriormente:

Ação		Descrição	Métodos⁸⁶
I	Construir princípios de atuação	Redigir um documento público como a Carta da Participação ⁸⁷ , contendo a definição de princípios de participação e desenvolvimento a nível local.	<i>Consensus building</i>
	Documentar as experiências participativas	Criar uma base de dados sobre as experiências participativas desenvolvidas no município, bem como atualizar as plataformas do OP, da A21L e do PLPA, de modo a dar conhecimento aos moradores e instituições sobre os processos, através de um registo permanente.	<i>Electronic map; Online consultation</i>
	Desenvolver <i>toolkits</i> de métodos participativos	Desenvolver um banco de dados com os métodos e metodologias que melhor se aplicam ao contexto do município, elaborado a partir de estudos sobre as experiências desenvolvidas no município e em contextos semelhantes. Este banco de dados pode servir como base orientadora para intervenções advindas das instituições municipais como pelas associações locais.	<i>Planning assistance kit</i>

⁸⁶ Métodos equivalentes aos descritos e categorizados a partir do manual The Community Planning Handbook (Anexo I).

⁸⁷ Carta da Participação correspondente ao âmbito europeu, elaborada pelo programa URBACT.

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

	Desenvolver parâmetros e indicadores	Construir indicadores locais, como sociogramas e mapas das relações entre os atores, de modo a promover o conhecimento aprofundado sobre o contexto e orientar a construção de planos de ação.	<i>Community indicators;</i>
	Promover a cultura de participação	Promover eventos participativos regulares a fim de fomentar uma cultura de participação. Por exemplo, por meio de eventos de discussão e conhecimento sobre o património e a cultura local, integrando as festas e ofícios tradicionais, a fim de fomentar a criação de uma imagem do território contruída coletivamente.	<i>Activity year; Neighbourhood branding; Participatory theatre; Fete</i>
II	Promover a formação de equipa técnica local	Promover a formação de equipa de especialistas, responsável por desenvolver planos a partir de uma visão integrada do território, bem como envolver a população nos processos de planeamento.	<i>Local design statement; Community architect; Development trust; Participation training</i>
	Promover a organização de laboratório cívico e voluntariado	Promover apoios às associações locais para além do âmbito financeiro, estimulando a capacitação de cidadãos para atuar de forma ativa em ações de voluntariado. Além disso, em conjunto com a equipa técnica, estimular a organização de laboratórios cívicos, tendo em vista a elaboração de projetos que possam ser implementados pelos próprios cidadãos, bem como a organização prévia de propostas para o OP.	<i>Area forum; Forum; Citizens panel; Citizens jury; Open house event</i>
	Promover parcerias com universidade e instituições	Fortalecer a parceria com a Universidade de Coimbra e o Agrupamento de Escolas, promovendo atividades que envolvam estudantes e profissionais na elaboração de estudos e propostas para o território. Do mesmo modo, estabelecer parcerias com outras instituições de desenvolvimento económico e territorial, como a ADEC e a ADETS, visando construir estratégias e concretizar objetivos que compreendam diferentes níveis de governança.	<i>Urban design studio; Task force; Planning aid scheme; Development partnership;</i>
III	Criar centros de cocriação	Reabilitar os edifícios da antiga “Escola Primária” e do antigo Hospital D. Ana Laboreiro d’Eça, como previsto nos objetivos do PARU e da ORU, de modo a constituírem espaços destinados também a abrigar ambientes de trabalho comuns a equipa técnica e a população. Neste cenário, o edifício do antigo hospital constitui a sede da equipa técnica, aberto ao público para consultas sobre projetos desenvolvidos pelo laboratório cívico ou para o OP, enquanto a antiga Escola Primária servirá de espaço para as atividades coletivas, além de servir a comunidade local.	<i>Design surgery; Drop-in office Community design centre; Neighborhood planning office</i>
		A reabilitação da antiga fábrica de Cerâmica de Conímbriga, também prevista no âmbito do PARU e da ORU para abrigar um centro de indústrias criativas, pode constituir igualmente um local onde os profissionais e estudantes podem auxiliar na concretização dos projetos e iniciativas locais do laboratório cívico. Ainda, o edifício tem o potencial para integrar um lugar de exposição destes projetos, atuando como um espaço de “recepção” do município a quem chega pelas autoestradas IC2 e IC3.	<i>Architecture centre; Environment shop</i>

	A Casa dos Arcos, cuja reabilitação no âmbito do PARU e da ORU prevê a instalação de um centro de mostra e divulgação de produtos locais, tem o potencial para atuar em conjunto com a Casa Museu Fernando Namora como centros educativos e de informação a população local, absorvendo também usos vinculados ao turismo.	<i>Community learning centre; Resource centre;</i>
Promover incentivos a participação	Promover um sistema de pontuação como incentivo a participação, como realizado pelo programa <i>City Points Cascais</i> , envolvendo as instituições culturais e de comércio local, como o Cine Teatro, o Mercado Municipal, o Museu PO.RO.S e o Museu Monográfico de Conímbriga.	<i>Award scheme; Champions</i>
Criar fundos e fontes de financiamento local	Estabelecer parcerias com empresas e instituições privadas a fim de angariar fundos, bem como parceria com associações que beneficiam de outros tipos de financiamento, como a ADETS ⁸⁸ . Do mesmo modo, as associações locais e a população participante do laboratório cívico podem angariar fundos próprios para pequenos projetos.	<i>Feasibility fund; Community chest</i>
Desenvolver conteúdos ilustrados	Desenvolver materiais gráficos que facilitem o entendimento da população sobre os regulamentos e planos de desenvolvimento. Estes materiais assemelham-se aos manuais e cartilhas explicativas sobre o PDM e legislações urbanas, desenvolvidas em São Paulo (BR), bem como a cartilha do <i>City Points Cascais</i> , que explica o funcionamento do sistema de pontuação.	<i>Pattern Language; Models; Participatory 3D modeling Jigsaw display Diagrams Gaming</i>
Aprimorar os canais de comunicação e ferramentas online	Promover a inovação do Sistema de Informação Geográfica (SIG), de modo a tornar o sistema mais interativo e permitir a recolha de opiniões e consulta sobre os projetos em andamento. Do mesmo modo, promover parceria com a Associação de Informática da Região Centro (AIRC) para o desenvolver ferramentas associadas às tecnologias da informação e comunicação (TIC) que auxiliam na documentação e gestão dos projetos, além de dar maior alcance a recolha de contributos, quando integrado as atividades presenciais.	<i>Online consultation; Draft plan consultation; Electronic map; Interactive display; Blog; Newspaper supplement Interactive display</i>

3.2 Metodologia para um processo de reabilitação urbana participado

Como abordado na Parte II, as políticas públicas voltadas para a reabilitação urbana em Portugal ao longo da última década, têm-se traduzido na delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e criação das correspondentes Operações de Reabilitação Urbana (ORU). Os objetivos predominantes materializam-se na imagem que se pretende para áreas

⁸⁸ A Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (ADETS) possui parcerias com diversos municípios e outras instituições de desenvolvimento local e regional, além de possuir acesso a financiamentos no âmbito do Programa Portugal 2020 e Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR), destinados a concretização de estratégias cujos eixos estratégicos enquadram-se, entre tantos, na valorização do património natural, construído e arqueológico, para usos vinculados ao turismo.

intervencionadas: edifícios reabilitados, espaços públicos requalificados e dinamizados social e economicamente.

Em Condeixa-a-Nova não é diferente e soma-se o facto de existir a vontade política para promover o envolvimento dos cidadãos na construção de estratégias voltadas para o desenvolvimento do município. Contudo, esta vontade carece de uma metodologia para se transformar em ações concretas. Deste modo, são propostas as seguintes intervenções que visam tornar a reabilitação urbana do município num processo participado:

- I. Promover a revisão da ARU de Condeixa-a-Nova;
- II. Promover a formulação participada da ORU Condeixa-a-Nova;
- III. Promover uma edição do OP voltado para a reabilitação urbana (OP-RU);

Estas três ações constituem a base para a inserção de uma gama de possíveis métodos e metodologias colaborativas em cada uma das fases do processo de reabilitação urbana, promovendo a inclusão e integração dos respetivos atores que podem contribuir para concretização das estratégias em seus variados âmbitos.

O projeto de reabilitação urbana deve ser elaborado e implementado em conjunto, desde logo, com a população diretamente afetada pelas intervenções. Assim, o envolvimento da população deve acontecer nas várias fases do processo, nomeadamente:

- 1) na fase de diagnóstico sobre a área de intervenção e de conceitualização dos objetivos;
- 2) na fase do planeamento estratégico e conceção de propostas, e
- 3) na fase de implementação e monitorização das intervenções.

É essencial que todos os atores sejam envolvidos – residentes, usuários temporários, as associações locais e as partes interessadas que possam contribuir financeiramente –, de modo a obter-se uma maior apreensão sobre o lugar e as formas de melhorar as condições de vida da população local, bem como aumentar o dinamismo e atratividade dos espaços urbanos.

I. Promover o processo de revisão da ARU de Condeixa-a-Nova

Entre os municípios portugueses, nota-se que os processos de delimitação de ARU são realizados com base em objetivos genéricos, visto que muitas vezes a delimitação ocorre de modo prévio à elaboração de estudos de caracterização dos contextos de intervenção. Este cenário deve-se ao tempo longo de elaboração dos estudos, que não condiz com o *timing* necessário para que as áreas possam usufruir dos benefícios fiscais vinculados às ARU. Além disso, uma vez que a delimitação da ARU pode sofrer alteração no momento de aprovação

da ORU, é comum que os municípios delimitem ARU em proveito dos benefícios fiscais e desenvolvam a etapa de diagnóstico *a posteriori*.

Apesar da ARU de Condeixa-a-Nova ter recebido menção honrosa pelo IHRU, vê-se que os critérios de delimitação se basearam em estudos de caracterização realizados no âmbito do PDM (2015) e do PARU (2016), bem como que os objetivos gerais são uma readequação de objetivos existentes em planos anteriores, como mencionado no capítulo anterior. Deste modo, face a necessidade de se atualizar os estudos de caracterização e readequar os objetivos, foi necessária uma nova fase de diagnóstico para dar início a elaboração da ORU, realizada pela equipa técnica no primeiro trimestre do ano de 2020.

Para que a delimitação da ARU seja realizada de modo fundamentado e participado, propõe-se que o processo de delimitação da ARU seja considerado como parte da fase do diagnóstico e conceitualização dos objetivos para a área de intervenção.

Visto que a ARU de Condeixa-a-Nova se encontra delimitada e que respetiva ORU está a ser desenvolvida, é importante que seja realizado o processo de revisão de modo a dar abertura para a reavaliação dos objetivos estabelecidos pela Câmara, bem como integrar novos objetivos a partir dos contributos da população local. Porém, a participação deve ser planeada a fim de promover a contribuição efetiva, e não apenas como forma de legitimar os objetivos já estabelecidos.

Assim, a seguir é proposto um faseamento para o processo de delimitação da ARU, e para cada fase são definidos métodos que auxiliam na realização de determinada etapa. Este faseamento deve ser utilizado para a reavaliação da ARU Condeixa-a-Nova/Condeixa-a-Velha, bem como para a reavaliação das restante ARU existentes, mesmo para a delimitação de novas ARU.

Etapas	Fase	Objetivo	Métodos⁸⁹	Atividades	Níveis⁹⁰
Diagnóstico	Leitura do território	Elaboração de estudos de caracterização do contexto	<i>Historical profiling Mapping Risk assessment</i>	Elaboração de estudos de caracterização histórica, geográfica, ambiental, social, política e urbanística, através da realização de mapeamentos físicos e mapas históricos (este construído com o contributo de relatos particulares). Objetiva traçar uma linha do tempo dos eventos que moldaram o território.	1,2

⁸⁹ Métodos equivalentes aos descritos e categorizados a partir do manual The Community Planning Handbook (Anexo I).

⁹⁰ Segundo a Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

		Análise morfológica	<i>Informal walk/ Visit/ Brainwriting Placecheck Elevation montage Photo survey</i>	Identificação dos elementos estruturantes e das qualidades do lugar, através de visitas em grupo pelo território, além de registo escrito e gráfico desenvolvido ao longo do percurso. Análise da evolução morfológica através da elaboração de modelos e fotomontagem das ruas e áreas de intervenção, além da pesquisa por registos fotográficos e orais, por meio de arquivos e antigos moradores.	1,2	
		Escuta das demandas	<i>Informal walk/ Visit/ Brainwriting Interview/semi-structured interview/Questionary survey /Door knocking Have your say event Speak out Focus group</i>	Realização da interação da equipa técnica com os moradores, comerciantes e demais usuários do local, a fim de obter uma compreensão mais precisa do contexto e das demandas locais. Recolha das informações através de inquéritos e entrevistas, feitas “porta-a-porta”, bem como através de visitas aos locais e conversas informais com os envolvidos. Ainda, podem ser realizados eventos de pequeno porte para a recolha de opiniões e pareceres individuais e coletivos.	1, 2	
	Análise das potencialidades	Contextualização	<i>Community planning forum Community profiling Awareness raising day/ Open day</i>	Criação de espaços para promover o conhecimento da comunidade sobre o contexto, através eventos de informação, consulta e mobilização sobre os desafios na gestão e a necessidade do envolvimento da população.	1	
		Identificação da “vocalização de uso”	<i>Storytelling Neighbourhood skills survey Field workshop Local character workshop/ Neighbourhood branding</i>	Identificação dos valores do território através de pesquisas sobre as capacidades e interesses dos moradores, bem como através de eventos culturais e recriações artísticas. Realização de <i>workshops</i> para promover a percepção comum sobre os valores e resultar na criação coletiva de uma imagem para a comunidade e o território.	1,2,3	
		Análise SWOT	<i>Pair-wise ranking Charrette</i>	Promoção de uma avaliação integrada das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças existentes no território, através de atividades de brainstorming voltadas para mapear as principais questões, gerando relatórios e material gráfico para a etapa de conceitualização.	2,3	
	Conceitualização	Construção dos objetivos	Problematizar as demandas	<i>Design fest Public forum</i>	Realização de eventos voltados para promover a apresentação do diagnóstico, fomentar debates e reflexões sobre as demandas.	1,2
			Identificação das possíveis intervenções	<i>Reconnaissance e trip Best fit slide role Guided visualisation Brainstorming</i>	Realização de sessões de brainstorming, após visitas em grupo aos lugares que necessitam de intervenção, utilizando alçados/vistas das ruas e técnicas de visualização a fim de promover discursões e visualizações sobre as aspirações para o território e comunidade.	2,3

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

		Reavaliação/ definição dos objetivos gerais	<i>Planning day</i> <i>Briefing</i> <i>workshop</i> <i>Table scheme</i> <i>display</i> <i>Process</i> <i>planning</i> <i>session</i>	Desenvolvimento de atividades guiadas para o desenvolvimento dos objetivos gerais para o território, através de secções de briefing e esquemas a fim de recolher votos para estabelecer os objetivos comuns.	2,3
		Confirmação dos benefícios fiscais e critérios de delimitação	<i>Affinity diagram</i>	Sessões para a exposição dos benefícios fiscais existentes, a fim de promover o conhecimento sobre as conclusões elaboradas até a etapa e sobre os critérios para delimitação da área de intervenção.	2
<i>Revisão/ Delimitação da ARU</i>					

II. Promover a abertura do processo de formulação da ORU Condeixa-a-Nova

Como referido antes, a elaboração da ORU está a ocorrer “à porta fechada”, apesar de ter sido previsto o estabelecimento de um conselho consultivo, segundo os técnicos da Câmara. O processo de aprovação da ORU envolve a elaboração de uma estratégia que prevê um conjunto de intervenções e investimentos destinados à salvaguarda do património e ao desenvolvimento sustentável do território.

A delimitação da ARU Condeixa-a-Nova determina a aprovação de uma ORU do tipo sistemática, em virtude de estratégias contemplarem a intervenção integrada no edificado e espaços públicos, e a elaboração do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU). Além disso, a presença de património classificado na ARU confere a necessidade de elaboração posterior de um Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU).

Deste modo, são propostos métodos que correspondem as fases do planeamento estratégico e conceção de propostas, bem como da execução e monitorização das intervenções. A proposição do OP em conjunto a estrutura da ORU representa a terceira recomendação, que será exposta em seguida.

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Etapa	Fase	Objetivo	Métodos ⁹¹	Atividades	Níveis ⁹²
Planeamento	Reflexão	Devolução sobre a ARU	<i>Public meeting/ Community planning forum Speak out</i>	Realização de evento de carácter informativo e consultivo, para a exposição das decisões tomadas no âmbito do plano formulado. Espaço para a recolha das opiniões sobre a versão final da delimitação da ARU e do processo decisório.	1,2
		Construção/reavaliação dos objetivos específicos	<i>Action planning event Future search conference Pair-wise ranking</i>	Criação de <i>workshops</i> estruturados para a elaboração do estágio inicial do plano de ação, contemplando o desenvolvimento dos objetivos específicos através de sessões de brainstorming e análise dos objetivos gerais. Do mesmo modo, os objetivos já definidos pela Câmara e pela equipa técnica serão discutidos e reavaliados segundo perceções comuns.	2,3
	Proposição	Elaboração de propostas	OP-RU <i>Enquiry by design Affinity diagram Best fit slide role Before and afters Choice catalogues Participatory 3D modelling</i>	Definição das principais intervenções, juntamente com a delimitação das UE. Em conjunto a receção e compatibilização das propostas advindas do OP-RU, serão elaboradas propostas pelos especialistas e colocadas a aprovação e revisão conforme o grau de aceitação entre os atores. Serão desenvolvidas dinâmicas que facilitem o entendimento sobre os projetos, como fotomontagens, modelos gráficos em 3D, mostras de alternativas projetuais e outras ferramentas de visualização.	3
Programação	Priorização	Calendarização da execução dos projetos	<i>Prioritising</i>	Utilização de ferramentas de voto e de apreciação das opções de propostas, definindo a escolha das opções prioritárias pelo consenso entre os atores. É possível definir mecanismos de voto direcionados a definição de projetos prioritários, bem como para a concretização ou não do projeto.	4
	Entidade gestora	Definição de parcerias para execução	<i>Development partnership 21st century town meeting</i>	Promover evento estruturado para envolver todos os possíveis atores, nos diversos níveis de governança, de modo a expor os objetivos e estratégias de desenvolvimento, a fim de estabelecer parcerias para financiamento e execução dos projetos.	2
	Viabilidade económica	Estimativa de investimento e fontes de financiamento	<i>Development partnership Community chest</i>	Prever a colaboração entre instituições públicas e privadas para o financiamento dos projetos. Além disso, realizar a organização de fundos para a execução dos projetos de pequeno porte selecionados através do OP-ORU.	2

⁹¹ Métodos equivalentes aos descritos e categorizados a partir do manual The Community Planning Handbook (Anexo I).

⁹² Segundo a Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Aprovação da ORU						
Execução	Gestão de projetos	Elaboração dos projetos e gestão das UE e PPRU/PPS	Online consultation Draft plan consultation Eletronic map Mock-up Appreciative inquiry Fish bowl		Promover ferramentas para o acompanhamento da elaboração dos projetos pelos especialistas, como em plataformas online de informação e consulta. Do mesmo modo, promover espaços para a apresentação do andamento dos projetos, de forma a obter o <i>feedback</i> regular dos atores envolvidos.	1,2
	Execução das obras	Acompanham ento/ monitorização	OP-RU	Neighb ourhood planning office Fish bowl Appreciati ve inquiry Online consultatio n	Promover visitas regulares aos canteiros de obra aos interessados, bem como a apresentação e discussão dos constrangimentos enfrentados em campo.	1,2
		Revisão/ adaptação dos projetos			Promover espaços de trabalho onde se pode envolver os proponentes dos projetos, bem como outros atores envolvidos diretamente, para prever as soluções mais pertinentes em caso de necessidade de adaptação dos projetos em meio a fase de execução.	3
Monitorização	Avaliação dos planos	Avaliação dos processos	OP-RU	Video project/ Process planning session/ Review session/ Community indicators Participato ry editing	Promover secções de avaliação dos processos, realizado pela equipa técnica em conjunto aos agentes do DPU, com a recolha do feedback dos participantes e realização de eventos para a análise e discussão sobre os possíveis aprimoramentos nos processos participativos. Eventos oportunos para a elaboração de indicadores sobre os atores e a aplicabilidade dos métodos.	3
	Avaliação dos projetos	Avaliação dos projetos após a implementaçã o			Review session Participatory editing Maintenance manual Participatory building evaluation User group	Promover a avaliação dos projetos após implementados, realizado pela equipa técnica em conjunto aos agentes do DPU e os atores afetados pelos projetos, bem como a monitorização dos usos e desempenho dos projetos finalizados. As avaliações podem ser realizadas através da criação de grupos de usuários, a fim de produzir pareceres, desenvolver métodos para avaliar a efetividade dos espaços e manuais para a orientação da manutenção dos espaços construídos ou espaços públicos.

III. Promover uma edição do OP voltado para a reabilitação urbana (OP-RU)

O orçamento participativo constitui uma ferramenta que tem o potencial de dar voz a uma grande variedade de atores, além de permitir a cocriação de planos e projetos. Deste modo, é proposta a criação de uma edição voltada especificamente para receção de propostas no âmbito da valorização do património cultural e natural no desenvolvimento do concelho. Com isso, é possível a utilização de sua metodologia também de forma integrada às fases de proposição, programação, execução e monitorização da estrutura de elaboração da ORU, de

modo a constituir uma etapa de receção e de compatibilização de propostas no processo de reabilitação urbana.

O OP-RU não deve substituir as demais edições, mas sim utilizar a estrutura existente do processo de modo a dar abertura para a construção coletiva de propostas e priorização de projetos de reabilitação urbana, além de orientá-los no âmbito da ORU.

Cabe salientar que a construção coletiva de propostas atua de forma conjunta e complementar aos projetos planeados pelos especialistas, e não substitui em si o processo de planeamento realizado pelo município.

Etapa	Fase	Métodos ⁹³	Atividades	Níveis ⁹⁴
Ciclo de decisão	Apresentação e seleção das propostas	<i>Ideas competition Planning for real Crowd wise Award scheme Youth planning day</i>	Promover eventos de planeamento pré-estruturados para a elaboração de propostas pertinentes e que se enquadrem nos objetivos definidos nos processos da ARU e ORU. Promover dinâmicas para a elaboração coletiva de propostas e priorização dos projetos a serem levados para o processo da ORU. Além disso, podem ser desenvolvidos atividades nas escolas e instituições locais, de modo a promover dinâmicas que contribuam para o envolvimento de grupos específicos e fomentem a cultura de participação e reflexão coletiva sobre o território e a comunidade. A participação nesta etapa pode estar enquadrada no sistema de pontuação e recompensa.	3
	Análise técnica	<i>Fish bowl Feasibility fund Design assistance team Task force</i>	Promover o envolvimento dos proponentes na fase de análise técnica e de viabilidade económica das propostas. A análise será realizada pela equipa técnica, podendo envolver outros profissionais que se disponham a contribuir e alunos da universidade, visando obter variados contributos para transformar as propostas em projetos concretizáveis. Devem ser promovidos eventos envolvendo as associações locais e juntas de freguesia, realizados nas diversas freguesias e em locais de fácil acesso à população em geral.	2,3
	Votação	<i>E-voting Eletronic map Referendum Mobile unit Interactive display Award scheme</i>	Promover ferramentas online e presenciais para a recolha de votos. A etapa de votação pode ser conciliada com a época das festas de verão, a fim de utilizar os eventos que acontecem nos espaços públicos para promover o conhecimento sobre os projetos à população em geral e incentivar a votação. Devem ser previstos meios para dar oportunidade de voto aos moradores das áreas periféricas e auxílio aos grupos sociais que não tem acesso às tecnologias, como através de unidades móveis, em conjunto a agentes da equipa técnica, que percorram o território a fim de recolher votos. Ainda, podem ser alocados displays interativos nos principais equipamentos públicos.	4
	Resultados	<i>Street stall Public Wall Public meeting</i>	Promover eventos para a divulgação dos resultados, que podem ocorrer também durante as festas populares.	1

⁹³ Métodos equivalentes aos descritos e categorizados a partir do manual The Community Planning Handbook (Anexo I).

⁹⁴ Segundo a Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).

Ciclo de implementação	Revisão dos projetos	<i>Design charrette</i>	Desenvolver sessões ou <i>workshops</i> discussão sobre os projetos desenvolvidos, além da formulação de um parecer coletivo sobre o atendimento ou não das expectativas dos proponentes.	2,3
	Monitorização da execução	<i>Alternative plan Community plan</i>	Desenvolver processos de avaliação sobre os projetos e processos participativos, onde a população possa promover a auto-organização para propor novas soluções a processos que podem ser aprimorados. Estas avaliações podem ser elaboradas através de dinâmicas desenvolvidas no âmbito do laboratório cívico e com as associações locais, promovendo maior autonomia para as organizações populares.	3

3.3 Métodos para a concretização de objetivos estratégicos

Expostas as recomendações para a aplicação de métodos colaborativos aos planos de reabilitação urbana e à gestão urbana, a proposta para o planeamento de cenários desejados serve para ilustrar a aplicação dos métodos e das metodologias de modo orientado para a concretização das estratégias de reabilitação urbana. Estes cenários partem dos objetivos estratégicos que constam nos planos atuais: a reabilitação do edificado, a requalificação do espaço público e valorização da frente ribeirinha.

I. Valorização do edificado

Objetivos gerais				
<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar os edifícios devolutos ou desocupados, bem como realizar a manutenção dos equipamentos públicos; • Caracterizar o edificado e criar novas regras e incentivos à reabilitação; • Promover o incremento da oferta habitacional e de condições económicas para fixação de novos residentes; • Fomentar a cultura patrimonial e a valorização do âmbito imaterial do património edificado. 				
Objetivos específicos		Métodos	Atividades	Atores
Diagnóstico/ estudo preliminar	Mapeamento e caracterização dos edifícios devolutos ou em mau-estado	<i>Urban design studio</i> <i>Historical profiling</i> <i>Reconnaissance trip</i> <i>Local design statement</i> <i>Electronic map</i> <i>Interactive display</i>	Parceria com universidade para realizar o mapeamento e caracterização do edificado; Pesquisa histórica e caracterização arquitetónica; Visitas em campo para a recolha dos dados; Desenvolvimento dos estudos e mapeamentos pelos profissionais da equipa técnica, em parceria com os alunos da universidade, a ser realizado nas futuras instalações do antigo Hospital D. Ana Laboreiro d'Eça e na antiga Escola Feminina; Atualização da base de dados SIG com o mapeamento e caracterização do edificado. Disponibilização das informações em base de dados <i>online</i> e em <i>displays</i> situados nos centros de informação locais, como na Casa Museu Fernando Namora e nas futuras instalações da Casa dos Arcos.	Equipa técnica; estudantes universitários; proprietários dos imóveis; moradores; equipa da AIRC e responsáveis pelo sistema SIG

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Mobilização	Sensibilização sobre a intervenção no edificado	<i>Activity week</i> <i>Public meeting</i> <i>Week with a camera</i> <i>Architects in schools</i> <i>Study tour</i> <i>Story-telling</i> <i>Mapping</i>	<p>Evento de apresentação dos estudos de caracterização e mapeamentos;</p> <p>Palestras de sensibilização sobre o tema da reabilitação do património edificado;</p> <p>Atividades para envolver o Agrupamento de Escolas na construção de modelos dos edifícios e maquetes das ruas, além de atividades no âmbito do conhecimento do território.</p> <p>Parceria com o futuro centro de indústrias criativas, situado na antiga fábrica Cerâmica de Conímbriga, para a utilização dos maquinários de modelagem 3D e prototipagem.</p>	<p>Câmara Municipal e seus agentes; Equipa técnica;</p> <p>Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova; pais ou responsáveis pelos alunos; equipa das instalações do centro de indústrias criativas;</p>
Planeamento	Workshops para a definição das intervenções	<i>Neighbourhood skills survey</i> <i>Elevation montage</i> <i>Participatory 3D modelling</i> <i>Best fit slide role</i> <i>Before and afters</i> <i>Elevation montage</i> <i>Jigsaw display</i> <i>Photo survey</i> <i>Choice catalogues</i> <i>Prioritising</i> <i>Planning for real</i>	<p>Promover workshops e sessões de debates, a fim de definir usos cotidianos para ocupar os edifícios devolutos;</p> <p>Realizar pesquisas e dinâmicas para o mapeamento das capacidades da comunidade que possam conformar novos usos, para complementar o uso habitacional, que se enquadrem nas necessidades locais e que possuam potencial como recurso para a cultura e comércio local;</p> <p>Promover a análise e sistematização do material recolhido; produzir material gráfico para utilização na etapa devolutiva, de modo complementar às maquetes desenvolvidas nas sessões de sensibilização.</p> <p>Utilizar ferramentas como alçados/vistas das ruas, mapeamentos de valores tangíveis e intangíveis, fotomontagens e simulações do "antes e depois" das intervenções, para exibir de forma clara as intervenções pretendidas e seus impactos;</p> <p>Promover sessões para determinar as intervenções e estabelecer as ações prioritárias;</p>	<p>Equipa técnica, proprietários dos imóveis, moradores e partes interessadas</p>
	Elaboração dos projetos	<i>Task force</i> <i>Drop-in office</i> <i>Fish bowl</i>	<p>Envolver as equipas de alunos e profissionais, que realizaram os estudos iniciais, para elaborar os projetos e estudos necessários para análise de viabilidade económica das intervenções;</p> <p>Promover espaço para consulta e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos pelas partes diretamente afetadas;</p>	<p>Equipa técnica; estudantes universitários; partes diretamente afetadas pelas intervenções;</p>
Execução	Angariação de recursos financeiros e parcerias para execução	<i>Open house event</i> <i>Development partnership</i> <i>Community chest</i>	<p>Promoção de eventos para a angariação de fundos locais para o auxílio aos privados na reabilitação de fachadas em mau-estado;</p> <p>Candidatura aos fundos de investimento público para reabilitação dos edifícios públicos, bem como promover auxílio aos privados no acesso a financiamentos;</p> <p>Criação de oficinas de capacitação sobre os ofícios tradicionais, para formação de mão de obra local;</p>	<p>Equipa técnica; moradores;</p> <p>Associação de Desenvolvimento Empresarial de Condeixa-a-Nova (ADEC);</p> <p>Gabinete de Apoio ao Empreendedor (GAE)</p>

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

	Implementação	<i>Participatory building evaluation</i> <i>Maintenance manual</i>	Avaliação do espaço construído após finalizado, através de inquéritos, <i>focus group</i> , reuniões. Criação de manual com orientações para intervenções particulares nas fachadas e interior do edifício.	Equipa técnica; estudantes universitários; partes diretamente afetadas pelas intervenções;
--	---------------	---	--	--

II. Valorização dos espaços públicos

Objetivos gerais				
<ul style="list-style-type: none"> Promover a conexão entre os principais equipamentos públicos, por meio da criação de percursos pedonais e de veículos-leves; Promover o reforço do policentrismo e da conexão com as Ruínas de Conímbriga; Conduzir o fluxo turístico das Ruínas de Conímbriga ao centro da vila; Ordenar o estacionamento e a circulação viária do automóvel e de transportes públicos. 				
Objetivos específicos		Métodos	Atividades	Atores
Mobilização	Evento de sensibilização sobre a apropriação dos espaços públicos e a imagem do território	<i>Activity week</i> <i>Community planning forum</i> <i>Community profiling</i> <i>Neighbourhood branding</i>	Apresentações para promover o conhecimento sobre o território aos munícipes, abordando temas sobre o património local, o trabalho da Câmara Municipal na gestão do município e no desenvolvimento urbano, bem como o trabalho das associações locais.	Câmara Municipal e seus agentes; equipa técnica; estudantes universitários; associações locais
Planeamento	<i>Workshop</i> para o mapeamento dos pontos de interesse coletivo e possíveis percursos	<i>Mapping</i> <i>Placecheck</i> <i>Informal walk</i> <i>Before and afters</i>	Mapeamento dos principais equipamentos públicos, pontos de interesse coletivo e atributos materiais e imateriais do território; Mapeamento de percursos pedonais para a integração entre os pontos, e percursos alternativos para veículos-leves; Dinâmicas para estabelecer as regras de circulação viária, bem como os meios de transporte coletivo que melhor se adequam aos munícipes ⁹⁵ ; Workshops para reflexão e debates sobre novos percursos e circuitos a serem criados, envolvendo outros bens patrimoniais locais, como as Alminhas ⁹⁶ e diversas igrejas e capelas existentes nas demais vilas ⁹⁷ .	Equipa técnica; associações locais; moradores e usuários; partes interessadas;

⁹⁵ Visto que grande parte da população é idosa e de meia idade, e que há grande incentivo aos percursos cicláveis, fomentar a discussão coletiva sobre transportes alternativos pode ser oportuno.

⁹⁶ Monólito de pedra com pintura de motivos religiosos em azulejos, situados em pontos específicos do território (figura 32).

⁹⁷ Algumas associações relataram a receção e acomodação de peregrinos que realizam o percurso Caminhos de Fátima, visto que Condeixa faz parte de uma das rotas (Rota Carmelita) ao Santuário de Fátima. Deste modo, é possível que exista o potencial para a criação de percursos entre as igrejas existentes nas diversas freguesias do concelho.

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

	Planeamento e construção de intervenções	<i>Imagine day</i> <i>Ideas competition</i> <i>Enquiry by design</i> <i>Action planning event</i>	Exibições de referências sobre intervenções nos espaços públicos Dinâmicas para a apresentação de ideias no âmbito do urbanismo tático ⁹⁸ , que possam ser executadas pela comunidade local e que sejam de baixo custo. Workshops para o desenvolvimento dos projetos e planos de ação	Equipa técnica; associações locais; moradores e usuários; partes interessadas;
Execução	Angariação de recursos financeiros e parcerias para execução	<i>Open house event</i> <i>Community chest</i> <i>Development partnership</i>	Realizar eventos para a angariação de fundos comunitários para intervenções de pequeno porte; Estabelecer parcerias com o comércio local para o fornecimento de materiais e instrumentos para execução; Estabelecer parcerias com associações de desenvolvimento para promover estudos sobre possíveis meios de integrar as freguesias, inclusive as ARU, a partir do património local;	Associações locais; moradores; partes interessadas; Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (ADETS);
	Implementação	<i>Design meeting</i>	Execução dos projetos realizada por voluntariado e equipas formadas pelos diversos atores e partes interessadas.	Equipa técnica; estudantes universitários moradores; associações locais; agrupamento de escolas; partes interessadas

III. Valorização da frente Ribeirinha

Objetivos gerais				
<ul style="list-style-type: none"> Promover a criação de espaços verdes contínuos e de percursos pela Ribeira de Bruscos; Promover a regulamentação da ocupação do espaço público; Requalificar a iluminação pública e o mobiliário urbano. 				
Objetivos específicos		Métodos	Atividades	Atores
Mobilização	Evento de sensibilização sobre a presença da água no território	<i>Open day</i> <i>Development trust</i> <i>Door knocking</i>	Eventos de sensibilização sobre a presença da água no território, sobre as formas de património vinculadas e os meios de valorização como património e recurso para o desenvolvimento local. Mobilização da participação dos proprietários dos imóveis construídos sobre os trechos obstruídos, a partir de contacto "porta a porta".	Câmara Municipal e seus agentes; Equipa técnica; associações locais; moradores; proprietários de imóveis

⁹⁸ O conceito de urbanismo tático tem sido construído ao longo do último século, e caracteriza-se por intervenções artísticas e efémeras, realizadas em espaços públicos a partir de iniciativas locais e comunitárias. Apesar de temporárias, estas iniciativas evidenciam possibilidades de transformação dos espaços urbanos e indicam oportunidades de dinamização dos espaços a longo prazo (Fernandes & Fontes, 2016:5-6).

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Planeamento	Mapeamento dos trechos passíveis de ocupação	<i>Mapping Visit Week with a camera</i>	Visitas de campo para o mapeamento dos trechos passíveis de ocupação, a fim de promover a sua caracterização e discussão sobre a apropriação dos espaços. Atividades com as escolas e associações locais.	Equipa técnica; estudantes universitários; equipa das instalações do centro de indústrias criativas; moradores e partes interessadas
	Planeamento dos usos e formas de apropriação e construção de intervenções	<i>Planning day Ideas competition Visit Simulation Participatory 3D modelling Before and afters</i>	Planeamento de atividades que podem ser desenvolvidas nos trechos identificados, de modo a envolver o Agrupamento de Escolas e as associações culturais e de desporto, inclusive em parceria com o Centro de Interpretação Escola da Água ⁹⁹ . Workshops para a criação de mobiliários urbanos para a valorização dos trechos e complemento dos usos, bem como mobiliários para a implantação de comércio itinerante.	Equipa técnica; estudantes universitários; equipa das instalações do centro de indústrias criativas; moradores e partes interessadas
Execução	Angariação de recursos financeiros e parcerias para execução	<i>Open house event Development partnership</i>	Promover parcerias para a instalação de comércio local itinerante nos espaços públicos, como atrativo a ocupação dos trechos selecionados; Promover incentivos financeiros para a reabilitação dos edifícios construídos nas margens da ribeira, de modo a valorizar a imagem do conjunto urbano, bem como promover usos nos pisos térreos que contribuam para sua valorização; Promover estudos e incentivos financeiros para a desobstrução dos troços interrompidos pelas construções particulares;	Desenvolvimento Empresarial de Condeixa-a-Nova (ADEC); Gabinete de Apoio ao Empreendedor (GAE); Equipa técnica
	Implementação	<i>Questionnaire survey User group Video soapbox</i>	Construção e implantação de mobiliário urbano pela equipa das instalações do centro de indústrias criativas em conjunto aos moradores e demais voluntários; Avaliação do mobiliário através de inquéritos, da recolha de opiniões de grupos de usuários e cabines para a recolha de depoimentos;	Equipa técnica; estudantes universitários; equipa das instalações do centro de indústrias criativas; moradores e partes interessadas

3.4 Considerações sobre a adoção das propostas

Um dos maiores desafios no planeamento de uma metodologia participada está na definição do método adequado para promover o equilíbrio entre a atuação dos especialistas, movimento *top-down*, e atender ao movimento *bottom-up* na construção de estratégias e objetivos comuns. No planeamento estratégico territorial, é inquestionável que a atuação dos especialistas é necessária para orientar as soluções para os desafios do desenvolvimento

⁹⁹ Localizado em Arrifana, na freguesia de Ega, o centro de interpretação promove atividades culturais e educacionais de conhecimento sobre o Maciço Cársico de Sicó e da Planície do Rio de Mouros, com o objetivo de valorizar a água como património natural.

local, porém, o envolvimento de atores e partes interessadas tem de ocorrer em todas as fases, com níveis adequados de integração. Deste modo, no processo de reabilitação urbana, a participação contribui decisivamente para:

1) o diagnóstico, por permitir que especialistas obtenham uma visão holística do contexto e uma apreensão apurada sobre as características, problemas e necessidades locais;

2) o *feedback*, para que os especialistas possam planear a partir dos contributos dos participantes, bem como para que a população possa estar envolvida em etapas onde seja possível alterar partes significativas dos projetos e objetivos estabelecidos pelos especialistas;

3) a construção coletiva de objetivos e propostas para o território, de modo complementar ao planeamento pelos especialistas;

4) a monitorização e acompanhamento dos processos e das execuções dos projetos, de modo a promover um processo permanente de avaliação e aprimoramento, realizado coletivamente.

Contudo, no âmbito da gestão e dos processos de reabilitação urbana e para a implementação de propostas como as defendidas nesta dissertação, é preciso ter em consideração as diversas condicionantes decorrentes dos próprios processos em si e dos demais processos que atuam em conjunto. Além disso, as propostas apresentadas constituem processos cuja implementação, na prática, acontece de modo gradual, devido aos diversos níveis de complexidade e de tempo demandado para a sua consumação.

Deste modo, é necessário que a escolha das ações a adotar seja elencada segundo uma ordem que promova, principalmente, os meios necessários para que a gestão do município seja capaz de elaborar e conduzir os processos, bem como os meios para mobilizar os cidadãos e criar uma cultura de participação no município.

Sendo assim, pode ser oportuno começar pelas intervenções voltadas para a gestão urbana, como pela criação de uma carta de princípios e a reestruturação da equipa técnica, visto que é necessário criar uma base para que o município possa desenvolver os processos e uma abordagem própria de participação. Nesse âmbito, cabe o desenvolvimento dos indicadores locais a partir das experiências realizadas, necessários para elaborar os *toolkits* dos métodos e metodologias pertinentes ao território. Do mesmo modo, é importante criar uma base de dados local, necessária para aprender com as experiências passadas e documentar as futuras, assim como com o aprimoramento dos canais de comunicação e o desenvolvimento dos conteúdos ilustrados.

Para dar início às experiências participativas, a metodologia utilizada para concretizar os objetivos de reabilitação urbana – que consiste no planeamento de cenários a alcançar de acordo com o objetivo pretendido – pode ser a mais adequada para criar experiências com menor nível de complexidade. Deste modo, as experiências podem ser planeadas com o objetivo de promover, sobretudo, a mobilização e sensibilização da população quanto à integração do património cultural e a reabilitação urbana, bem como para promover atividades que auxiliem no diagnóstico e contextualização do território.

Além disso, nestas experiências também é possível planear ações de pequena escala e complexidade, que fomentem transformações com maior facilidade de execução. Logo, após a criação de meios para estimular a mobilização da população, o planeamento de experiências que envolvam a proposição de projetos a nível territorial pode ser oportuna, como em processos de maior complexidade ou mesmo com a implementação do OP.

Por fim, a implementação de processos de participação nos planos, como proposto para os processos de reabilitação urbana, pode ser de facto efetiva apenas quando se tenha alguma experiência em participar e gerir os processos participativos, por parte da população e das autoridades locais, respetivamente.

Considerações Finais

A presente dissertação foi elaborada a partir do princípio de que as estratégias de reabilitação urbana devem fomentar o envolvimento das comunidades locais como meio de promover o processo de reapropriação do património na sua dimensão urbanística. Deste modo, o objetivo principal esteve em torno de estabelecer uma relação entre a operacionalização dos processos de reabilitação urbana e a aplicação de metodologias colaborativas como meio de concretizar as estratégias de reabilitação.

Na Parte I, a apresentação da exposição da evolução dos conceitos de património demonstra os variados processos de atribuição de valores realizados pelas sociedades ao longo do tempo. Deste modo, torna-se irrefutável o facto de que os bens patrimonializados constituem em si parte de um processo de partilha e de construção de valores realizado de modo coletivo. Assim, defende-se que as políticas de reabilitação urbana devem promover estratégias de participação orientadas para a reapropriação do património, uma vez que o envolvimento da comunidade local em torno da valorização do património atua no fomento de uma identidade coletiva e do sentimento de pertença. Por isso, o planeamento de estratégias participadas de modo transversal aos processos de reabilitação urbana, contribui para o reforço da coesão social e para consolidar as intervenções de reabilitação realizadas no âmbito físico e económico.

As abordagens à participação cidadã no âmbito das políticas de planeamento, apresentam, do mesmo modo, uma ampliação dos conceitos e objetivos dos processos participativos, uma vez que a importância conferida às causas sociais e ao “direito à cidade” passou a contemplar uma reorientação dos princípios de governança e a construção de políticas urbanas baseadas em consensos. Assim, as práticas de participação têm vindo a ser incentivadas pelo seu potencial para valorizar os aspetos socioculturais do território como recurso para o desenvolvimento de abordagens pertinentes aos contextos.

A criação de ferramentas para orientar as novas experiências revela a preocupação de desenvolver meios para promover o envolvimento direto dos variados atores, com o intuito de fomentar o exercício da cidadania e criar um senso coletivo a partir da atuação do indivíduo. Do mesmo modo, a elaboração de critérios para avaliar a concretização de experiências de participação evidencia a preocupação em permitir a documentação, análise e comparação entre os processos. Esta preocupação não tem o objetivo de tornar os processos participativos numa disciplina exata, mas definir princípios, conceitos e métodos que possam orientar novas experiências e que possam ser adaptados a contextos específicos.

Nas experiências portuguesas e brasileira analisadas, é perceptível que apesar de as experiências serem concebidas segundo princípios comuns, as diferentes escalas territoriais condicionam as metodologias com maior ou menor estruturação e a aplicação de métodos com diferentes níveis de complexidade. Na cidade brasileira em causa, São Paulo, que é o maior centro económico e cidade mais populosa do hemisfério sul, utilizam-se diversos métodos necessários para alcançar a participação de uma maior gama de atores e partes interessadas. Os processos em São Paulo possuem, portanto, uma complexidade superior quando comparados com as cidades portuguesas, além de serem planeados com ênfase na participação como direito à atuação direta da população na construção das políticas públicas.

Nas cidades portuguesas verifica-se uma gradação de complexidade dos processos, nomeadamente em Cascais, Aveiro e Guimarães. O município de Cascais mostra como mesmo em contextos de menor densidade populacional, uma estruturação dos processos com algum nível de complexidade contribui para uma maior sustentabilidade das políticas urbanas, ao fomentar o envolvimento ativo dos cidadãos em diferentes práticas de cidadania e nos processos de gestão da mudança.

Em Aveiro, o uso de metodologias semiestruturadas para envolver os moradores foi realizada com o objetivo de instigá-los a pensar em soluções para o território a partir dos valores locais. Deste modo, constitui um exemplo de como a participação pode atuar em favor da coesão social e da reversão de quadros de desagregação urbana, promovendo meios de atenuar conflitos sociais e oportunidades para a criação de um senso comunitário.

Por fim, o município de Guimarães é um exemplo de como o envolvimento da comunidade local é um processo que se constrói a partir do diálogo e do “saber-ouvir”, promovendo a criação de relações de proximidade entre a população e os planeadores ou gestores urbanos. Apesar da participação no processo de reabilitação urbana ter sido realizado sem qualquer estruturação ou uso de metodologias preestabelecidas, atualmente o município procura manter viva a cultura de participação através de ações que fomentem a criação de uma memória social e que promovam o conhecimento sobre o património local e seus valores. Além disso, a atual equipa técnica procura manter o diálogo e as relações informais com a comunidade, visto que este método se tornou parte da cultura participativa do município e atua na manutenção do sentido de pertença da comunidade local.

Para que o processo de reabilitação urbana seja efetivamente integrado, é preciso considerá-lo como um processo contínuo, que esteja em constante planeamento em conjunto com as políticas públicas de desenvolvimento e, fundamentalmente, que seja participado. Para isto, é necessário criar formas de envolver a população de modo a criar dinâmicas de

participação que vão para além da simples legitimação das ações programadas pelas autoridades. As experiências participativas têm de ser planeadas como parte de uma metodologia que visa concretizar os objetivos da reabilitação urbana e que constitua um processo que estimule uma cultura de participação nas matérias relacionadas com a gestão urbana.

Nas recomendações propostas nesta dissertação, houve o objetivo de salientar que, para um mesmo processo, os métodos podem ser variados e concretizados de acordo com o nível de abertura que se pretende ter no processo. Contudo, esta variação depende das características territoriais e socioculturais do contexto de intervenção, bem como dos objetivos visados.

Como se procurou mostrar, o contexto de Condeixa-a-Nova apresenta desafios comuns a grande parte dos municípios portugueses, que buscam implementar estratégias para reestabelecer o dinamismo socioeconómico de seus centros urbanos antigos, através de intervenções que contemplam a reabilitação do edificado e a requalificação do espaço público envolvente. Para isto, já foram elaboradas várias estratégias urbanas a fim de afirmar os valores patrimoniais como elemento identitário e de promoção da sustentabilidade urbana, reforçando a integração do território na indústria do turismo. Contudo, o envolvimento e a mobilização da população local devem ser reforçados, para contribuir para a seleção dos valores pertinentes ao território e que devem ser mantidos e enraizar assim os processos de transformação urbana advindos do desenvolvimento.

Assim, são propostas três linhas de ação que buscam abranger alguns dos meios para utilizar as práticas de participação cidadã com o objetivo de integrar o património, bem como para planear estratégias que consideram o património como um recurso para o desenvolvimento urbano integrado e para o fomento da participação a partir dos valores partilhados pela comunidade.

A proposta de princípios orientadores e métodos a adotar para a melhoria da gestão urbana foi feita com o intuito de criar uma base para planear a participação em todas as etapas do processo de reabilitação urbana, criando assim condições para a integração das práticas de participação nas políticas urbanas e de reabilitação.

A proposta de revisão dos planos existentes e abertura do processo de reabilitação urbana foi feita com base na elaboração de uma estrutura para o faseamento dos processos. Defendem-se, para isso, alguns métodos para alcançar os objetivos referentes a cada fase, bem como para envolver os atores de acordo com os seus níveis de participação.

Por fim, com a proposta de cenários de intervenção foi possível definir estratégias de participação para concretizar alguns dos objetivos de reabilitação urbana, e buscou-se evidenciar o caráter pedagógico que as experiências participativas podem fomentar, nos âmbitos:

- do envolvimento da população nas políticas de desenvolvimento local, de modo a compreender os desafios existentes na gestão urbana, bem como os ofícios desempenhados pelos especialistas e gestores;
- do conhecimento dos especialistas e gestores sobre o território e sua população, a fim de promover políticas urbanas mais sustentáveis e dar espaço para a tomada de decisões mais pertinentes ao território;
- da construção de estratégias a partir dos valores locais, que permita as transformações necessárias ao desenvolvimento de modo a integrar o património e os valores coletivos.

Nesse sentido, a presente dissertação buscou evidenciar que a utilização de metodologias colaborativas, quando orientadas para a concretização de estratégias de reabilitação urbana, contribuem para a dinamização dos espaços urbanos e para a criação de oportunidades para uma reapropriação viva dos bens patrimonializados, estimulando a criação de um senso coletivo e de pertença ao território. Por reapropriação viva, entende-se que o património deve ser integrado por meio da sua utilização no tempo presente. Logo, nas propostas foram enfatizadas as atividades voltadas para promover, sobretudo:

- o fomento de uma educação patrimonial, através de atividades voltadas para o conhecimento e sensibilização sobre as questões do património;
- a atribuição de valor, através de atividades que promovam a reflexão e planeamento sobre a destinação ou uso do património;
- o uso efetivo dos bens patrimonializados, integrando-os como espaços de vivência quotidiana da comunidade local.

Deste modo, buscou-se mostrar que as práticas participativas podem contribuir para o enraizamento das estratégias de reabilitação urbana, visto que estas passam a ser construídas com (e para) a população local, atuando assim no envolvimento da população nos processos de seleção, ressignificação e (re)construção dos valores vinculados ao património existente. Assim, a utilização de metodologias colaborativas, integradas no processo de reabilitação urbana, atua como recurso para a manutenção do processo de construção partilhada de valores e, consequentemente, para o desenvolvimento integrado dos espaços urbanos.

Referências Bibliográficas

- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35:4, 216-224.
- Allegretti, G., Herzberg, C. (2006), *Participatory budgets in Europe. Between efficiency and growing local democracy*. Amsterdam: Transnational Institute - TNI Briefing Series.
- Allegretti, G., Dias, N., & Antunes, S. (2016). Transformar o território promovendo a cidadania: metodologia em evolução nos orçamentos participativos de Lisboa e Cascais. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 14, 143-75.
- Bandarin, F., & van Oers, R. (2015). *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Oxford UK: Wiley Blackwell.
- Bandarin, F., & van Oers, R. (2015). *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Oxford UK: Wiley Blackwell.
- Bandarin, F. (2019). Reshaping Urban Conservation. In: Roders, A. & Bandarin, F. (eds) (2019). *Reshaping Urban Conservation, Creativity, Heritage and the City*. Springer Nature Singapore.
- Calmeiro, M., & Gonçalves, A. (2016). A Participação, a Inclusão, a Coesão e a Reabilitação do (Ser) Urbano. *Revista Adictologia*, 7(3), 48-53.
- Cascais, C.M. (2018). *City Points Cascais*. Retirado em 15/04/19 de: <https://www.cascais.pt/citypoints>.
- Choay, F. (1992). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação. Liberdade: UNESP, 2001.
- Choay, F. (2009). *As Questões do Patrimônio – Antologia para um Combate*. Edições 70, Lisboa.
- Condeixa, C. M. (2009). *Plano de Acção da Agenda 21 Local*. Condeixa-a-Nova: Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A.
- Condeixa, C. M. (2009a). *Manual Projeto O Peão é Rei*. Município de Condeixa-a-Nova.
- Condeixa, C. M. (2015). *1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Condeixa-a-Nova*. Condeixa-a-Nova: Plural.
- Condeixa, C. M. (2016). *Plano de Ação de Regeneração Urbana*. Município de Condeixa-a-Nova.
- Condeixa, C. M. (2016). *Área De Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Condeixa-A-Nova/Condeixa-A-Velha*. Município de Condeixa-a-Nova.
- Condeixa, C. M. (2019). *Estratégia municipal de reabilitação urbana. ORU do centro urbano de Condeixa-a-Nova e Condeixa-a-Velha*. Divisão de planeamento urbanístico.
- Creighton, J. L. (2005). *The Public Participation Handbook: Making Better Decisions Through Citizen Involvement*. United States.
- Fischler, R. (2014). Reviving critical planning theory: Dealing with pressure, neo-liberalism, and responsibility in communicative planning. *Planning Theory*, 13(3), 324–325.
- Ganuza et al. (2012). *La democracia en acción. Una visión desde las metodologías participativas*. Espanha. Madrid: Antígona.
- Geissel, B. (2013). On the Evaluation of Participatory Innovations – A Preliminary Framework. In: Geissel, B. & Joas, M. (2013). *Participatory Democratic Innovations in Europe: Improving the Quality of Democracy?*. Frankfurt. 9-32.
- Gonçalves, A. (2018) *Património Urban(ístic)o e Desenvolvimento: uma década de estudos sobre a dimensão urbana do património*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Goodspeed, R. (2016). The Death and Life of Collaborative Planning Theory. *Urban Planning*, 1(4), 1-5.
- Healey, P. (1997). *Collaborative planning: Shaping places in fragmented societies*. Vancouver: UBC Press.
- Healey, P. (2003). Collaborative planning in perspective. *SAGE Publications*, 2(2), 101–123.
- Horita, M., Koizumi, H. (2009) *Innovations in Collaborative Urban Regeneration*. cSUR-UT Series: Library for Sustainable Urban Regeneration. Tokyo, Japan.
- Iaione, C. (2016). The CO-City: Sharing, Collaborating, and Commoning in the City. *American Journal of Economics and Sociology*. 75 (2).
- Innes, J. E., & Booher, D. E. (2000). *Public Participation in Planning: New Strategies for the 21st Century*. University of California. Berkeley
- Innes, J. E., & Booher, D. E. (2015). A turning point for planning theory? Overcoming dividing discourses. *Planning Theory*, 14(2), 195–213.
- Jauregui, J. M. (2013). *Estrategias de articulación urbana*. Buenos Aires: Nobuko Editora, 2012.
- LabGov. (2018). *The Co-Cities Open Book. Transitioning from the Urban Commons to the City as a Commons*. Georgetown University.
- Leite, R. e Peixoto:(2009). Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. *Cadernos metrópole*. 21(1), 93-104.
- Lisboa, C.M. (2018) *Programa BIP-ZIP*. Retirado em 21/05/18: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2018>.
- Moreira, A. (2017). *Operacionalizar a reabilitação urbana: o caso de Condeixa-a-Nova*. Mestrado em Reabilitação de Edifícios. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Reabilitação de Edifícios.
- Oliveira, F. (2012): *Novas Tendências do Direito do Urbanismo*. Editora Almedina. Coimbra.
- ONU (2016). *Habitat III - The New Urban Agenda*. Retirado em 17/10/18 de: <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>.
- ONU (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Retirado em 17/10/18 de: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>.
- Prefeitura de São Paulo (2015). *Revisão Participativa dos Instrumentos de Planeamento e Gestão da Cidade de São Paulo*. Prefeitura Municipal de São Paulo. Volume 01
- Rodrigues, R. (2020). Salvaguarda em desenvolvimento: a propósito do processo de classificação de Guimarães como Património da Humanidade. 1º Encontro de Investigação “Salvaguarda em Desenvolvimento”. *Cescontexto Debates*. 26(1), 33-51.
- Rossa, W. (2015). “Urbanismo ou o Discurso da Cidade”. In: Rossa, W., Calafate Ribeiro, M. (Org.) (2015) *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 477-519.
- Roth et al. (2004). *Guidance on urban rehabilitation*. Council of Europe. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Salgado, M. (2015). “Call this democracy? Education and empowerment through participatory city budgeting”. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 8(2), 199– 209.
- Schumaker:(1975). Policy Responsiveness to Protest-Group Demands. *The Journal of Politics*, 37(2), 488-521.
- Smith, G. (2009). *Democratic Innovations: Designing institutions for citizen participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. London: Routledge
- UNESCO. (2011). *New Life for Historic Cities. The historic urban landscape approach explained*. Paris: UNESCO World Heritage Centre. Retirado em 26/09/18 de:
<https://whc.unesco.org/en/documents/123569>
- UNESCO. (2011a). *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris, França.
- UNESCO. (2016). *The HUL guidebook: managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments; a practical guide to UNESCO's Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Shanghai-Ballarat: The World Heritage Institute of Training and Research in the Asia-Pacific Region and The City of Ballarat. Retirado em 04/12/18 de: <http://historicurbanlandscape.com/themes/196/userfiles/download/2016/6/7/wirey5prpznidqx.pdf>
- URBACT. (2009). *European Handbook for Participation*. Programa URBACT. União Europeia. Retirado em 10/09/2019 de: <https://urbact.eu/file/12000/download?token=IOa6OtiJ>.
- Vaz, F. (2019). *Participação Cidadã: Estudo de Caso do Orçamento Participativo do Município de Condeixa-a-Nova. Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à Faculdade de Economia.
- Wates N. (2000). *Community Planning Handbook*. London, Earthscan.
- Wilcox, D. (1995). *The guide to effective participation*. Brighton: Partnership .

Abreviaturas e acrónimos

ADEC	Associação de Desenvolvimento Empresarial de Condeixa-a-Nova
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ADTS	Associação de Desenvolvimento Terras do Sicó
A21L	Agenda 21 Local
CIM-RC	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
CPT	<i>Collaborative Planning Theory</i>
FEDER	Fundos Europeu de Desenvolvimento Regional
GTL	Gabinete Técnico Local
GAE	Gabinete de Apoio ao Empreendedor
HUL	<i>Historic Urban Landscape</i>
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal a Transmissão Onerosa de Imóveis
NUA	<i>New Urban Agenda</i>
OP	Orçamento Participativo
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PAI	Plano de Ação Integrado
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
PERU	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PP	Plano de Pormenor
PPRU	Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana
PPS	Plano de Pormenor e Salvaguarda
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU	Regime Jurídico de Reabilitação Urbana
SIG	Sistema de Informação Geográfica
UE/ UI	Unidade de Execução/ Unidade de Intervenção
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZIL	Zona Industrial Ligeira

Índice de imagens e tabelas

Figura 1 – Poster do Ano Europeu do Património Arquitetónico: Um futuro para o nosso passado (1975) (Roth et al., 2004:20).	30
Figura 2 – Poster “Europa: Um património comum” (1999-2000) e “Acesso a direitos sociais na Europa” (2000) (Roth et al., 2004:48;55).	32
Figura 3 – Camadas da Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011:12).	34
Figura 4 – Teorias e abordagens de participação cidadã (Aylett, 2010:101).	38
Fonte: https://landscapetheory1.files.wordpress.com/1969/01/models-of-participation-three-models-of-participation-arnstein-1969-eyben-2003.png?w=660 .	
Figura 5 – Paradigmas da participação cidadã. Adaptado pela autora, de Innes & Booher (2000:27-28).	40
Figura 6 – O Toolkit HUL (UNESCO, 2016:15).	42
Figura 7 – Os 5 princípios Co-City para a construção de processos de cogovernança (LabGov, 2018:7-8).	52
Figura 8 - Metodologia URBACT Participando para a implementação de processos de cogovernança (URBACT, 2009:21).	54
Figura 9 – As fases do Ciclo Co-City (LabGov, 2018:9).	56
Figura 10 – Faseamento de processos participativos (Ganuza et al., 2012:35).	58
Figura 11 – Metodologia para a construção de processos participativos (Ganuza et al., 2012:249).	58
Figura 12 – Exemplo de estruturação de um método de participação (Wates, 2000:8-9).	60
Figura 13 – Princípios da gestão urbana no município de São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2014:60; 66).	64
Figura 14 – Espectro da participação pública no município de São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2018:5).	64
Figura 15 – Metodologia do processo de revisão participativa do PDE.	66
Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/processo-participativo/ .	
Figura 16 – Fotografias das atividades desenvolvidas no processo participativo.	66
a) Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/138661742820131123*PPlanoDiretorZonaSul24.jpg	
b) Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/2013.05.04-Revisao-do-Plano-Diretor-Fotos-Cesar-Ogata-39.jpg	
c) Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/2013.06.08-Oficina-PDE-Ja%C3%A7an%C3%A3-Trememb%C3%A9-24.jpg	
d) Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/1013776_405125339606956_1609599865_n.jpg	
Figura 17 – Metodologia OP-Cascais: ciclo de decisão (Cascais, C.M., 2017:27).	70
Figura 18 – Metodologia OP-Cascais: ciclo de implementação (Cascais, C.M., 2017:39).	70
Figura 19 – Cronologia das principais alterações metodológicas ao longo das edições (Cascais, C.M., 2017:42).	70
Figura 20 – Evolução das estratégias de comunicação [2011-2017] (Cascais, C.M., 2017:61-71).	72
Figura 21 – Imagem conceitual do projeto City Points Cascais (Cascais, C.M., 2018:2).	74
Figura 22 – Exemplos de ações para a obtenção de pontos (Cascais, C.M., 2018:4).	74
Figura 23 – Exemplos de prémios e recompensas (Cascais, C.M., 2018:6).	74
Figura 24 – Fotografias das intervenções realizadas pelo GTL a partir de 1985 (Rodrigues, 2020:38-40).	76
Figura 25 – Experiências de participação da população local em Guimarães.	78
a) Fonte: https://1.bp.blogspot.com/-ZsCdNtyWKp8/WR8b-vhw6RI/AAAAAAAAAEEI/FTMFSCyLdYsXuHvh56ALVzZcN1hK6EBVACLcB/s1600/Guimaraes_Sessao_Informativa_Parque_Camoes.jpg	
b) Fonte: https://www.oidp.net/docs/repo/doc292.pdf	

c) Fonte: <https://www.oidp.net/img/repo/img296.png>

Figura 26 – Notícias sobre o Lab Cívico Santiago em jornais locais. 80

a) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/53621271_364667904263575_3588412508286746624_n.jpg?_nc_cat=102&_nc_sid=110474&_nc_ohc=Ekz1vNLeRRMAX_1XnT2&_nc_ht=scontent.flis5-1.fna&oh=6c2fc9402bd718cb9a4fcd429ec406e8&oe=5F3E9F2F

b) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/s960x960/60164503_395471377849894_8132617482323099648_o.jpg?_nc_cat=106&_nc_sid=8024bb&_nc_ohc=1rA6MJpJy70AX88jUYH&_nc_ht=scontent.flis5-1.fna&_nc_tp=7&oh=237744f223c79f70ebcb242160fb77cb&oe=5F3D705F

Figura 27 – Reuniões e workshops para a elaboração de propostas. 82

a) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/53560099_367766703953695_8349267933519675392_o.jpg?_nc_cat=102&_nc_sid=e007fa&_nc_ohc=vTm7YN-w4rlAX_2r9tw&_nc_ht=scontent.flis5-1.fna&oh=2fcaf45682174431f61b9786a1a68140&oe=5F3B18AF

b) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/60266321_393563188040713_9165453080018288640_n.jpg?_nc_cat=108&_nc_sid=110474&_nc_ohc=aSo9vVfu_SMAX-Yy-B0&_nc_ht=scontent.flis5-1.fna&oh=bd4d1202d20ac3a7142f4e0906845e5f&oe=5F3E07F6

c) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/59776030_393940314669667_2289152401229217792_n.jpg?_nc_cat=104&_nc_sid=e007fa&_nc_ohc=WwAbnF7S8TQAX8jIUOi&_nc_ht=scontent.flis5-1.fna&oh=57d74fae857c2580268b4059bb7a16d7&oe=5F3CCC0F

Figura 28 – Eventos realizados nos espaços públicos, resultantes das propostas vencedoras. 84

a) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/60636389_396411287755903_5680247901415014400_o.jpg?_nc_cat=104&_nc_sid=8024bb&_nc_ohc=QICEqySmBbsAX-zwQ_L&_nc_ht=scontent.flis5-1.fna&oh=29418dfdaa9573be45e970f0fe7d966f&oe=5F3CDA91

b) Fonte: https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial/2019-07-13-Bairro-Aberto-uma-experiencia-inedita-em-Aveiro?fbclid=IwAR10Rka7WWq0WObbFZhH8LHYU3b4rA4uVi_m-1BtgtLq--0XQdgsr2h9_IA

c) Fonte: https://scontent.flis5-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/s960x960/60197726_396361947760837_3084494715685437440_o.jpg?_nc_cat=111&_nc_s

Figura 29 – Localização do município de Condeixa-a-Nova. 86

Fonte: Retirado da base SIG, adaptado pela autora.

Figura 30 – Eventos, monumentos e espaços públicos de Condeixa-a-Nova. 88

a) Fonte: <https://www.noticiasdecoimbra.pt/wp-content/uploads/2017/02/condeixa.jpg?x75216>

b) Fonte: <https://cm-condeixa.pt/img/microsites/turismo/patrimonio/igreja-matriz-condeixa-grande.jpg>

c) Fonte: <https://cm-condeixa.pt/img/condeixaPraca.jpg>

d) Fonte: <https://cm-condeixa.pt/img/destaques/5ea72cef1b6a5.jpg>

e) Fonte: https://www.cm-condeixa.pt/rbcondeixa/images/bt_property/4/original-1461400104-cmfn_3.jpg

f) Fonte: <https://cm-condeixa.pt/img/microsites/turismo/patrimonio/ruinas-de-conimbriga02.jpg>

g) Fonte: <https://solagasta.com/wp-content/uploads/home-rota-conimbriga-2parte.jpg>

h) Fonte: <https://www.mundoportugues.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/06/condeixa2-890x593.jpg>

Figura 31 – Imagens do centro antigo de Condeixa-a-Nova. 90

a) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/40031578_535989026830022_3066859489773748224_n.jpg?_nc_cat=102&_nc_sid=825194&_nc_ohc=ihVAFhFDoPUAX8F2tUX&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=fc23afe679e2bd786cebb3b5ac1640a7&oe=5FA422D1

b) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/42654156_1827952880574080_6047156091245035520_o.jpg?_nc_cat=103&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=PmUHYrRmNt0AX-gx4Bz&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=d8a8b49eba2a9bbb8912767d2df92c68&oe=5FA16232

c) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/53722965_2062573480445351_401421215743382528_o.jpg?_nc_cat=104&_nc_sid=825194&_nc_ohc=5PI-gWMMzoAX8CKM4q&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=4e8b1be5332c01370778edef294ea6c2&oe=5FA1BE62

d) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/45663990_1883171765052191_7220212617283895296_o.jpg?_nc_cat=109&_nc_sid=825194&_nc_ohc=VbPIFzY5GE0AX9cC5Uo&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=18f87490d6637d75f3282de08e29886b&oe=5FA0B4A8

Figura 32 – Patrimónios cotidianos em Condeixa. 92

a) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t31.0-8/14525188_1329746533703709_1818433095615819164_o.jpg?_nc_cat=108&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=wwoSKhjgtKIAx9xi1lI&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=c1ef9d1abdd06d75eb0d3009e1f673ae&oe=5FA1BB2D

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias
para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

- b) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t31.0-8/14500399_1329746597037036_1728266216391085855_o.jpg?_nc_cat=100&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=niWQVRKT_GoAX8NTi4k&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=1cfd1cba8a72ae5f560e0b91ff403e64&oe=5FA20F08
- c) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/71662391_2372637579438938_6004291763580174336_n.jpg?_nc_cat=110&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=JBKKTysjsWIAx8zpShs&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=d85f4f9441e555a2430868eaa75125de&oe=5FA270D1
- d) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/46855706_2243047759040244_8199013506306015232_o.jpg?_nc_cat=106&_nc_sid=825194&_nc_ohc=Kpw1WmBbqn4AX9J-INE&_nc_oc=AQnjlH56ueKaG9yM9mAclUW1GjzzS09XdZHvrmCCRplTE3GoB3_JOxQdH6xz8_pUWoA&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=6f6e31f2de8adffa4feb106dfe1b8e59&oe=5FA09400
- e) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/70929095_2372638089438887_7424235847450361856_n.jpg?_nc_cat=108&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=zkCZsUB6KdAAX892qFT&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=5efbc0fb7b307d8c1197d1f3c61c48ab&oe=5FA2E20C
- f) Fonte: <https://cm-condeixa.pt/img/microsites/cultura/tradicoes/alminha.jpg>
- g) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/95612671_3272909736054036_4664593263825518592_o.jpg?_nc_cat=110&_nc_sid=825194&_nc_ohc=WJmVLcoe4AoAX9eGXO&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=dc5dd17b7cb0ae68b85845fe1d0642de&oe=5FA30523
- h) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/98341133_3316109028400773_6642244404474019840_o.jpg?_nc_cat=110&_nc_sid=825194&_nc_ohc=mu1z9E3z_xsAX8ckjUF&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=952af884f7a05096a26d1bb0bbcd3992&oe=5FA219DC
- i) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/113338439_3484379841573690_9154886725491594954_o.jpg?_nc_cat=100&_nc_sid=825194&_nc_ohc=-mxPtLp9jW0AX-moxP&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=22609fe55d3f01875d505d0df4da01af&oe=5FA1933E
- j) Fonte: <https://cm-condeixa.pt/img/microsites/turismo/mercado-escarpada.jpg>

Figura 33 – Projetos de reabilitação no âmbito dos planos (realizados e em andamento). .. 94

- a) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/108036766_4060726870635343_8652545302814985477_o.jpg?_nc_cat=100&_nc_sid=825194&_nc_ohc=jYdLYQCu82wAX8HnlgE&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=34de736a3b11e8f066a0db53f66a23f3&oe=5FA290EF
- b) Fonte: https://bordalo.observador.pt/q80/https://s3.observador.pt/wp-content/uploads/2018/09/21212942/23485077_770x433_acf_cropped.jpg
- c) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/18034262_1288325517870155_2311242730312874357_n.jpg?_nc_cat=105&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=yaFi060ndylAX_yFVg5&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=ddb82b30af0aed2be087658046373713&oe=5FA30730
- d) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/52403858_2477144682314222_827847357096787968_n.jpg?_nc_cat=111&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=RkNAIMnBtlUAX8buCmp&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=5399877bb9635b54e486d765020db17e&oe=5FA2E639
- e) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/104971829_1513833958785039_2972400797279536174_n.jpg?_nc_cat=103&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=cfOqosIYBCIAX8Nxbj-
- f) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/66000436_2241201235915907_3250113812874919936_n.jpg?_nc_cat=107&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=f5pEONW2DnMAX_e9SwY&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=87e6378a8b857329168ed86b55e1d7f6&oe=5FA2DD44
- g) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/66443538_2241201339249230_7845087104236257280_o.jpg?_nc_cat=106&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=Q_3atWCuvHAAX-h867f&_nc_oc=AQl8hXwLd9s69bnnvAzyEddOnO1XQHbTv9Nf2Z550698MuDoyDjp5bah4sy0A33Fed8&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=bb8c0760e4ddda20e3f791d13831beb0&oe=5FA42A15
- h) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t31.0-8/18891614_1590724370939256_3211778496929162835_o.jpg?_nc_cat=104&_nc_sid=8251
- i) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/66987300_2271492619553435_132011450544685056_n.jpg?_nc_cat=106&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=UQDZ4o8WTKMAX_g4KWV&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=c7597b715098ad28a0aba44767b4c3c4&oe=5FA053F5
- j) Fonte: https://scontent.flis9-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/50226180_1985897561446277_229293134108950528_n.jpg?_nc_cat=100&_nc_sid=b9115d&_nc_ohc=lx3_CvJI0VcAX_Pt5Zi&_nc_ht=scontent.flis9-1.fna&oh=0f91edffb6fa65ca1ac50a4fba46b641&oe=5FA39C20
- k) Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@40.1083677,-8.5025294,3a,75y,137.57h,88.42t/data=!3m6!1e1!3m4!1sODmKZOiX98o6LKgz1Xww5A!2e0!7i13312!8i6656>

Figura 34 – ARU de Condeixa-a-Nova em compatibilização com as delimitações do PDM. .	98
Fonte: Retirado de Condeixa (2019), adaptado pela autora.	
Figura 35 – Localização das ARU no concelho de Condeixa-a-Nova.....	100
Fonte: Retirado da base SIG, adaptado pela autora.	
Figura 36 – Património arquitetónico no interior da ARU (Condeixa-CM, 2016:30).....	102
Figura 37 – Objetivos específicos da A21L (Condeixa-CM, 2009:15).	110
Figura 38 – Projetos desenvolvidos no âmbito da A21L (Condeixa-CM, 2009::21).	110
Figura 39 – Audiências, entrevistas, treinamentos e workshops desenvolvidos no âmbito do PLPA (Condeixa-CM, 2009b).....	112
Figura 40 – Resultados das atividades de diagnóstico e planos elaborados no âmbito de intervenções no edificado, espaços públicos e transportes (Condeixa-CM, 2009b).	114
Figura 41 – Faseamento do processo do OP Condeixa-a-Nova (Vaz, 2019:40).....	116
Figura 42 – Áreas dos Projetos e taxa de Execução, entre 2012 e 2018 (Vaz, 2019:53).	118
Tabela 1 – Matriz proveniente da “escala de participação cidadã” de Arnstein (1969), segundo Wates (2000:10) e URBACT (2009).....	44
Tabela 2 – Principais categorizações das inovações participativas, segundo Geissel (2013).	46
Tabela 3 – Critérios para a avaliação de experiências participativas, segundo Geissel (2013).	48
Tabela 4 – Quadro comparativo entre os manuais e metodologias colaborativas.	50
Tabela 5 – Categorização dos métodos apresentados em Wates (2000). Elaborado pela autora.	62
Tabela 6 – Principais instrumentos de participação cidadã desenvolvidos em São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2018:37).	68
Tabela 7 – Quadro comparativo entre as experiências participativas.....	85
Tabela 8 – Lista dos principais planos e estudos urbanísticos realizados, incluindo os que não chegaram a ser concluídos ou não entraram em vigor (Condeixa, 2019:6).	96
Tabela 9 – Eixos estratégicos no âmbito da ARU Condeixa-a-Nova (Condeixa-CM, 2019:16-20).....	104
Tabela 10 – Projetos estruturantes e prioritários no âmbito do PARU (Condeixa-CM, 2016:78).	106
Tabela 11 – Enquadramento dos projetos previstos na A21L (Condeixa-CM, 2009a:18).....	108
Tabela 12– Avaliação das experiências participativas em Condeixa-a-Nova.....	126

Índice de anexos

Anexo I – Categorização dos métodos colaborativos (Wates, 2000).....	CXCIII
Anexo II – Fichamento dos manuais e guiões de participação	CXCIX
Anexo III – Inquérito à população local sobre a participação e a reabilitação urbana em Condeixa-a-Nova	CCV
Anexo IV – Inquérito sobre a participação de associações locais em Condeixa-a-Nova.....	CCVIII
Anexo V – Quadro do estado de execução das propostas do OP (2012-2017)	CCXII

Anexos

Anexo I – Categorização dos métodos colaborativos (Wates, 2000)

<i>Categoria</i>	<i>Fase</i>	<i>Nome</i>	<i>Escala</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Atividades</i>
<i>Eventos</i>	Informação	Public meeting	1	Evento formal para exposição de decisões tomadas	Plenária
	Mobilização	Activity year	1-3	Atividades planeadas ao longo do ano a fim de promover conhecimento	Eventos de planeamento, exposições, festas
		Awareness raising day	1	Dias de atividades para promover o interesse, anterior ao planeamento	Festas, apresentações, encontros, exposições
		Imagine day	1	Atividades artísticas a fim de provocar reflexões sobre o futuro	Exibições
		Open day	1	Atividades a fim de promover interesse sobre determinado tema	Workshops, exposições
		Open house event	1,4	Apresentações informais de projetos e planos para promover iniciativas	Apresentações, displays
		Public forum	1	Encontro público para promover discussões e debates	Encontros informais
		Design fest	1	Eventos orientados por especialistas com temas específicos para promover debates e reflexões sobre o desenvolvimento	Workshops, exposições, simpósios
		Activity week	1	Discussão sobre temas específicos a fim de promover iniciativas	Workshops, fóruns, simpósios, debates, cerimônias, premiações
		Participatory theatre	1	Performances direcionadas para provocar reflexões e conhecimento	Festivais
		Fete	1	Festivais tradicionais direcionados a problematizar questões locais	Festivais
	Consulta	Community planning forum	2	Primeiro estágio do processo de informação e consulta à população	Fóruns, workshops, displays interativos
		Search conference	2	Semelhante ao anterior	Semelhante ao anterior
		Speak out	2	Atividades informais que ficam gravadas, promovidas por facilitadores, para recolha de impressões sobre determinado processo.	Filmagens, dinâmicas de grupo
	Planeamento	Planning day	2	Sessões guiadas por facilitadores para o desenvolvimento de ideias	Briefing, workshops, plenárias
		Citizens summit	1-2	Encontro público em grande escala que utiliza métodos tecnológicos para facilitar as atividades de discussão	Exibições, simpósios, mapeamentos
		Roadshow	2	Eventos temáticos, estruturados para produção de intervenções urbanas baseadas nos desejos das pessoas.	Workshops, apresentação de propostas, debates
		21st century town meeting	2	Evento altamente estruturado, envolvendo atores em diversas escalas, com o intuito de estabelecer prioridades e identificar problemas comuns	Foruns, conferências, workshops, simpósios
		Consensus forum	3	Atividades guiadas por facilitadores, representantes eleitos participam de processos decisórios	Debates, plenárias, workshops
		Design meeting	3	Atividades guiadas por facilitadores, envolvendo os planeadores e usuários	Workshops, modelos, catálogos
		Action planning event	3	Sessões estruturadas para produzir planos de ação	Workshops, plenárias, grupos de trabalho, visitas

Centros coletivos					guiadas, apresentações, encontros
		Future search conference	3	Eventos estruturados para discussão e construção de objetivos	Workshops, mapeamentos
		Ideas competition	3	Competição pré-estruturada para elaboração de propostas (similar OP)	Briefing, apresentações, votação
		Youth planning day	2	Atividades para envolver os jovens nos processos de planeamento	Workshops, apresentações
		Planning weekend	3	Atividades estruturadas para a produção de planos de ação a partir do envolvimento de diversos atores	Briefing, apresentações publicas, exposições
		Charrette	3	Encontro envolvendo diversas partes para mapear conflitos e soluções	Workshops, mapeamentos
	Educacionais	Story-telling	1	Recriação artística de histórias a fim de promover o conhecimento sobre os valores locais para a atual geração	Performances, encontros, atividades educacionais
		Visit	1,4	Viagem de grupo a fim de recolher impressões sobre os lugares	Anotações, entrevistas, atividades educacionais
		Reconnaissance trip	3,4	Viagem em grupo para o conhecimento dos lugares que necessitam de intervenção, visando gerar material para discussão	Anotações, desenhos, fotos, atividades educacionais
		Study tour	1	Visitas aos lugares a fim de promover o conhecimento	Atividades educacionais
	Institucionais	Architecture centre	1	Local para atividades que estimulem o interesse por dados temas, inicie atividades e promova experiências educacionais	Exibições temporárias e permanentes, seminários, atividades educacionais
		Design surgery	1	Espaço de trabalho de especialistas de planeamento	Planeamento, mapeamentos, consultorias
		Environment shop	1	Espaço para exposição de informações de projetos e iniciativas locais	Exposições, souvenir, guias
		Drop-in office	1	Espaços de trabalho de especialistas de planeamento, permanentes ou temporários, abertos ao público	Planeamento, mapeamentos, consultorias
		Mobile unit	1	Unidade remota para promover informação e suporte técnico	Exposições, informativos, serviços
	Locais	Community learning and education centre	1	Local de informação e educação para a comunidade	Informações, serviços, consultorias
		Community design centre	3	Centros de apoio aos cidadãos para consulta (com técnicos e especialistas) sobre a implementação de projetos e planos locais	Serviços locais
		Neighbourhood planning office	4	Local de trabalho para a comunidade e especialistas	Apresentações, mapas, planeamento, informações
		Resource centre	1	Centros de apoio e serviços para a comunidade local	Informações, suporte, local de encontro
Incentiv	Premiações	Award scheme	1	Incentivos a boas práticas de participação	Cerimônias, encontros
		Champions	1	Premiação de indivíduos ou grupos	Cerimônias, encontros

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Grupos de trabalho	Fundos	Feasibility fund	4	Fundos de organizações locais para assessoria de especialistas em projetos	Estudos de viabilidade para diversos projetos
		Community chest	4	Fundos para pequenos projetos para intervenções na vizinhança	Fundos
		Development partnership	3	Colaboração entre instituições públicas e privadas	Parcerias, negociações
		Neighbourhood branding	4	Criação de imagem para a comunidade, para promover pertença	Fotos, imagens, eventos
	Institucionais	Design assistance team	3	Grupo de especialistas para auxiliar nos eventos de planeamento	Workshops, debates, encontros, planeamentos
		Local design statement	3,4	Grupo de especialistas locais aliados a política de planeamento, funcionando como um guia de planeamento complementar	Workshops, guias, informativos, mapeamentos, entrevistas, discussões
		Task force	3,4	Grupo de estudantes e profissionais formados para produzir propostas de intervenções urbanas a partir de eventos participativos	Capacitação, análises, propostas, apresentações, publicações
		Urban design studio	3	Escritórios de planeamento urbano adjuntos a universidades que promovam experiências educacionais e contributo ao desenvolvimento local	Consultorias, eventos, propostas, planos de ação, inquéritos
		User group	3	Grupos de usuários formais ou informais, visando expor opiniões sobre determinado produto.	Encontros, discussões, fóruns
		Appreciative inquiry	1,3,4	Grupo para averiguação de processos	Reuniões, discussões
		Area forum	3	Grupo de facilitadores (ou espaço para decisão) para intermediação entre os locais, especialistas e decisores, visando a troca de percepções	Reuniões, discussões
		Architects in schools	1	Programa educacional envolvendo a atuação de arquitetos nas escolas	Atividades educativas
		Community architect	2	Arquiteto que vive e trabalha na mesma vizinhança, planeando junto a comunidade	Planeamento, encontros
		Planning aid scheme	1	Instituições voluntárias de especialistas que fornecem consultorias gratuitas a grupos ou indivíduos que não podem arcar com os custos.	Coordenação de redes de planeamento
	Locais	Development trust	4	Organizações locais responsáveis por envolver a população	Desenvolvimento de planos, gestão de estruturas locais, organização de eventos, interface com a comunidade
		Citizens panel	4	Grupo de cidadãos que estão a frente dos processos e representam a comunidade	Decisões, organização de eventos, gerenciamento
		Citizens jury	4	Júri informal de cidadãos que se propõem a analisar planos e produzir pareceres	Encontros, reuniões
		Forum	4	Grupo local responsável por coordenar atividades que promovam a participação da comunidade	Encontros, reuniões
		Neighbourhood warden	4	Figura/autoridade semi-oficial responsável por manter a segurança e evitar conflitos sociais. Serviço complementar ao policial	Vigília pelas ruas, contato com as pessoas
Canais	Informativo	Newspaper supplement	1,4	Informativos sobre os planos e apresentação de propostas, divulgados através de parcerias com jornais locais	Publicações em revistas, artigos, colunas

		Blog	1, 4	Página online de compartilhamento de notícias, informações e opiniões	Encontros, discussões	
		Newsletter	1, 4	Informativos eletrônicos ou impressos, distribuídos pela comunidade	Redação, discussões	
	Consulta	Online consultation	1, 4	Canal de comunicação que permite consulta e feedback a planos ou projetos que afetam uma grande escala geográfica	Revisões, informações	
		Draft plan consultation	1	Canal de consulta a planos e propostas, a fim de ter o suporte e feedback do público e incentivar a sua contribuição	Revisões, informações	
	Devolutivo	Vídeo soapbox	2	Cabines para recolha de opiniões através de depoimentos em vídeo	Filmagens	
		Eletronic map	1	Plataforma de informação sobre projetos e recolha de opiniões	Fotos aéreas, mapas, vídeos	
		Street stall	1,4	Displays interativos, presos nas portas voltadas para espaços públicos. Facilitadores incentivam as pessoas a deixarem comentários	Exibição, post-its, inquéritos	
		Public wall	3, 4	Parede ou display como espaço de compartilhamento de ideias, feedbacks, comentários.	Desenhos, post-its	
	Workshops	Discussão	Open space workshop	4	Eventos informais para promover discussões e planos de ação	Workshops, encontros, elaboração de relatórios
			Risk assessment	3,4	Análise de riscos e vulnerabilidades	Mapeamentos, simulações
			Focus group	2	Sessões onde um pequeno grupo fornece o parecer sobre um tema específico	Reuniões, discussões
			Pair-wise ranking	3, 4	Brainstorming sobre os principais problemas, gerando listas e comparativos através de matrizes	Brainstorming, discussões, votos
Conhecimento		Art workshop	3	Promover o sentido de pertença da comunidade	Atividades educacionais, festas	
		Community profiling	1	Promover o conhecimento da comunidade sobre o contexto	Entrevistas, mapeamentos, simulações, visitas guiadas	
		Fish bowl	1	Sessões onde os participantes assistem ao processo de trabalho de um grupo especializado em planeamento	Conhecimento, anotações, insights	
		Local character workshop	3, 4	Sessões para promover a percepção das pessoas sobre os valores existentes no lugar	Mapeamentos, inquéritos fotográficos, visitas guiadas	
Capacitação		Briefing workshop	3	Capacitação em fase de planeamento e recolha de contributos	Brainstorming, apresentações individuais e em grupo, discussão	
		Participation training	1, 4	Capacitação em abordagens participativas	Encontros, discussões, ensino	
		Pattern language	3	Promoção de uma linguagem simples que permita o envolvimento de não-especialistas	Encontros, reuniões, discussões	
		Week with a camera	3,4	Atividades de fotografia e colagens com crianças em instituições de ensino	Visitas, fotorgafia, colagens	
Planeamento		Design workshop	3	Grupos de trabalho formados por especialistas e não-especialistas	Briefing, modelos, mapeamentos	
		Field workshop	3	Desenvolvimento de entendimentos comuns através do trabalho entre especialistas, facilitadores e locais	Mapeamentos, modelos, simulações, entrevistas	
		Microplannin g workshop	3,4	Procedimento para elaboração de planos de ação e atualização de resoluções.	Identificação de problemas,	

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Ferramentas					estratégias, planos de ação, monitorização
		Brainstorming	3, 4	Discussões a fim de gerar insights e ideias para resolução de problemas	Reuniões, simulações
		Brainwriting	3, 4	Escrita de sugestões e posterior discussão em grupo	Reuniões, discussões
		Planning for real	3	Sessões com o intuito de definir ações prioritárias, através da visualização do espaço através de modelos, cartões, etc.	Sessões de discussão, planeamento, criação do modelo 3D, feedback
		Design charrette	3	Sessões formadas por grupos de trabalho, de diferentes especialidades, a fim de explorar soluções de projeto para uma área específica	Briefing, modelos, mapeamentos
		Enquiry by design	3	Sessões de planeamento visando a criação de planos em escala urbana	Briefing, modelos, mapeamentos
		Have your say event	4	Espaço para exposição de opiniões em estágios iniciais de planeamento	Encontros, discussões
		Affinity diagram	3,4	Sessões de brainstorming temáticas utilizando cartões e post-its para escolha de opções	Encontros, discussões
		Process planning session	3	Evento organizado para a comunidade determinar o melhor processo para uma situação em específico.	Apresentações, trabalhos em grupo e individuais
		Review session	3,4	Sessões de revisão e avaliação dos processos	Sessões em grupo, vistorias, relatórios
	Monitorização	Participatory building evaluation	3, 4	Método para avaliar a efetividade do espaço construído após finalizado	Desenhos, workshops, técnicas de visualização
		Participatory editing	3	Relatórios elaborados de forma conjunta pelos organizadores locais e especialistas, editados posteriormente.	Circulação de rascunhos, exemplares e comentários
	Voto	E-voting	2,3	Ferramenta para recolha de votos, utilizado em workshops	Estações de votação
		E-petition	3,4	Versão online da tradicional petição	Organização local
		Choice catalogues	2	Consultas sobre opções disponíveis, a nível de intervenções no edificado	Entrevistas, reuniões
		Participatory budgeting	3	Mecanismo que possibilita a inclusão da população na tomada de decisões orçamentárias	Workshops, encontros, votação, festas
		Prioritising	3,4	Sessões para definição das ações prioritárias	Brainstorming, inquéritos, gráficos, apresentações
		Crowd wise	3	Combinação de voto e diálogo para encontrar uma solução comum	Reuniões, briefing
		Referendum	2	Voto público em questões de planeamento estratégico	Audiências públicas
	Documentação	Visual minutes	1-4	Minutas visuais para documentar as sessões participativas	Fotografia, design, relatórios
		Participatory appraisal	1, 4	Abordagem que utiliza técnicas visuais para promover o conhecimento da comunidade sobre o contexto, perceções, planos, aspirações	Entrevistas, mapeamentos, simulações, visitas guiadas
	Puzzles	Jigsaw display	2	Consultas sobre opções disponíveis para intervenções diversas	Entrevistas, reuniões
		Design game			
		Diagrams	1,2	Discussão, exposição e recolha de informações em estágio de planeamento	Diagramas lineares, matrizes, redes, calendários
		Gaming	1,2	Capacitação para o entendimento sobre processos de planeamento	Performances, análises de fotos, apresentações, listas

		Interactive display	2	Meio de exposição e recolha de comentários e feedbacks	Workshops, exibições, eventos
	Mapas e multimídia	Mapping	1-4	Meio de conhecimento e reflexão sobre o contexto	Mapas históricos, mentais, artísticos, ambientais
		Historical profiling	1-4	Construção em grupo de mapas históricos	Reuniões, briefing, discussões
		Models	1-4	Meio de demonstrar ideias e simular propostas	Vizinhança, ruas, casas, cômodos
		Participatory 3D modelling	1-4	Modelos espaciais e mapas com informações tangíveis e intangíveis	Mapeamento, técnicas de visualização
		Elevation montage	1-4	Fotomontagem de ruas para o conhecimento e recolha de opiniões	Fotos, mapas, post-it
		Evidence scanning	4	Grupos ou indivíduos procuram outros meios de coletar evidências sobre determinada questão	Pesquisa, mapeamento, discussões
		Table scheme display	2,4	Esquemas expostos em mesas a fim de recolher votos sobre os temas	Utilizado em quaisquer tipos de eventos
		Before and afters	1-4	Simulações fotográficas ou modelagens mostrando o antes e depois de dado contexto sob alguma intervenção	Fotos, modelos, mapas, desenhos, reuniões
		Best fit slide role	3, 4	Elevação da rua utilizada como ferramenta para promover discussões e soluções para o contexto	Mapeamento, modelagem, discussões
		Guided visualisation	3,4	Técnica de visualização mental de aspirações para a comunidade	Discussões, encontros, briefings
		Video project	4	Filmagens realizadas pelos cidadãos, entrevistando uns aos outros sobre o processo de participação no planeamento	Filmagens, visitas, entrevistas
		Mock-up	1	Representação gráfica da proposta final	Eventos, multimedia
	Inquéritos	Questionnaire survey	2,4	Entrevistas estruturadas recolhidas manualmente	Entrevistas, visitas
		Semi-structured interview	2,4	Entrevistas com checkboxes e guias flexíveis	Entrevistas, visitas
		Door knocking	2,4	Recolha de opiniões através de entrevistas feitas porta-a-porta	Entrevistas, visitas
		Neighbourhood skills survey	2,4	Recolha de informações sobre as habilidades e interesses dos moradores	Entrevistas, visitas
		Photo survey	1-4	Auxílio no desenvolvimento de ideias a partir de fotos do existente. Realizam mapeamentos a partir das fotos tiradas por grupos ou indivíduos, que são utilizados como base para as discussões.	Visitas, discussões, mapeamentos, briefing, exibições
		Interview	2,4	Conversa documentada, com indivíduos ou grupos pequenos	Entrevistas, visitas
		Placecheck	2,4	Recolha das qualidades do lugar, materiais e imateriais	Visitas, mapeamentos
		Informal walk	2,4	Caminhada sem rota feita em grupo, parando nos pontos interessantes	Discussões, insights
	Parâmetros	Community indicators	3,4	Indicadores uteis para a criação de uma agenda local ou plano de ação	Encontros, discussões, briefings
		Maintenance manual	1,4	Manual para orientação sobre a manutenção de um edifício ou espaço público, para manter a ordem	Discussões, estudos
		Simulation	1-4	Simulação de algum evento real ou atividade para obter insights utilizados na elaboração de recomendações para futuras ações	Trabalho em grupo, apresentações, revisões

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

		Community plan	4	Plano realizado pela comunidade local, contendo aspirações e visões para o futuro	Encontros, discussões, apresentações
		Alternative plan	4	Plano elaborado em resposta a algum plano existente	Encontros, discussões, apresentações
		Consensus building	3	Princípio para construção de estratégias e tomada de decisões que sejam mutualmente satisfatórias	Atividades envolvendo as diversas partes
	Toolkit	KJ Method	3,4	Sessões de brainstorming temáticas utilizando cartões e post-its para escolha de opções (como o affinity diagram)	Encontros, discussões
		Ketso kit	1-4	Toolkit que pode ser utilizado nas diversas fases	Encontros, discussões
		Planning assistance kit	1,3	Listas e orientações para a comunidade desenvolver os seus planos	Encontros, discussões

Categorização dos métodos disponíveis em Wates N. (2000), *The Community Planning Handbook*, e em endereço eletrónico acedido em 04 de janeiro de 2020, disponível em: http://www.communityplanning.net/methods/methods_a-z.php.

Anexo II – Fichamento dos manuais e guiões de participação

The European Handbook for Participation – URBACT	
Descrição	
<p>O manual foi concebido como um guia de princípios e recomendações de boas práticas para o fomento da participação cidadã, a fim de aprimorar o papel dos atores locais – governantes, técnicos e habitantes – e inserir os processos participativos no centro da reabilitação urbana e das transformações urbanas sustentáveis (URBACT, 2009:31). A sua metodologia possibilitou que fossem realizadas experiências em cooperação com o governo local das cidades participantes, a fim de recolher uma gama de contributos provenientes de diferentes tipos de administrações locais e níveis de descentralização. O manual não tem a pretensão de prover uma descrição pormenorizada de metodologias e métodos, visto que encoraja o planeamento das experiências a partir da combinação das metodologias e ferramentas que melhor se adequem ao contexto.</p>	
Agente promotor	Público-alvo
A rede URBACT <i>Participando</i> , elaborada no quadro dos programas de	Foi concebida com o intuito de disseminar as práticas participativas realizadas em 9 cidades-líder ¹⁰¹ , e, a partir destas, extrair análises e princípios compilados num manual. Para a produção das análises, ao longo de três anos foram desenvolvidas novas experiências participativas em 22 cidades de pequenas e média dimensão, em Itália, França, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Grécia, Turquia e Eslovênia.

¹⁰¹ Nomeadamente: Roma (IT), Bordeaux (FR), Grenoble (FR), Cosenza (IT), Bruxelas (BE), Pamplona (ES), Newcastle (UK), Napoli (IT) e Reggio Calabria (IT). Outras cidades, apesar de não conformarem o comité principal, contribuíram ativamente para o projeto: Foggia, Paris, Veneza, Inverclyde, Catania, Belfast, Stavroupoli, Evosmos, Duzce, Cannes, Polichni e Maribor.

cooperação territorial europeia através do Programa URBACT ¹⁰⁰ .		
Metodologia/ Faseamento		
1	Aplicação de 9 inquéritos para a análise dos processos participativos anteriores	A aplicação dos inquéritos nas 9 cidades-líder envolveu o trabalho dos especialistas do programa, em conjunto com os cidadãos, administradores e decisores políticos locais. A análise dos estudos de caso foi necessária para recolher os assuntos mais relevantes, que viriam a orientar as temáticas da etapa seguinte.
2	Organização de 12 <i>workshops</i> temático para fomentar a discussão sobre as práticas analisadas e extrair princípios. Os <i>workshops</i> temáticos contaram com a participação de administradores e cidadãos de diferentes cidades e vilas, tornando possível a interação e o contributo de diferentes partes do território.	<p>a) Apresentação teórica sobre os 5 temas selecionados, a fim de introduzir os estudos prévios e as problemáticas existentes nos processos;</p> <p>b) Visitas aos locais onde foram desenvolvidas as experiências participativas, para proporcionar um melhor entendimento sobre os contextos;</p> <p>c) Debates com a participação dos moradores envolvidos nos processos analisados,</p> <p>d) A formação de grupos de trabalho para promover as análises, a comparação das melhores práticas e pôr novas questões em debate.</p>
3	Organização do próprio Manual Europeu para a Participação e da Carta da Participação, como os dois documentos políticos resultantes das experiências participativas que elucidam os princípios e orientações para promover práticas de participação no âmbito europeu.	A Carta da Participação é apresentada como um documento de atribuição política sobre o desenvolvimento de experiências participativas no contexto europeu. A carta refere-se a princípios que já foram estabelecidos em documentos anteriores da União Europeia, além de integrar os princípios gerados pelo programa, com o objetivo de avançar na concretização dos fundamentos enunciados e promover o princípio da governança participativa nas políticas públicas (URBACT, 2009:87).

¹⁰⁰ O Programa URBACT é um instrumento da política de coesão, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em conjunto com os 30 Estados-membros aderentes ao programa. Tem por objetivo promover e financiar a constituição de redes de cidades que trabalhem no desenvolvimento de soluções comuns, no âmbito económico, social e ambiental, que contribuam para o desenvolvimento sustentável das cidades europeias.

The Community Planning Handbook – NWA		
Descrição		
<p>O manual consiste num banco de dados, disponível para consulta através da versão impressa e da plataforma online, que expõe a descrição dos métodos, princípios e cenários definidos para orientar o envolvimento da população no processo de planeamento local. Atualmente, estão disponíveis cerca de 134 métodos na plataforma online, que continuam a ser refinados e reinventados conforme surjam novas experiências. Os métodos, princípios e cenários podem ser utilizados como base para o desenvolvimento de estratégias, a partir da combinação e adaptação dos métodos ao contexto e ao objetivo que se quer alcançar com o envolvimento da comunidade em questão.</p>		
Agente promotor		Público-alvo
<p>. Este trabalho de catalogação tem sido realizado pela equipa de especialistas da Nick Wates Associates, que atua em colaboração com o setor público, privado e voluntariado, e presta consultoria para as estratégias de planeamento do envolvimento em planeamento urbano.</p>		<p>As metodologias catalogadas são baseadas em experiências ocorridas nos países parceiros da instituição, e a abrangência da maior parte dos métodos aplica-se ao nível da parceria entre as autoridades e as instituições locais, podendo variar de acordo com o contexto da implementação e com a forma de utilização dos métodos.</p> <p>Deste modo, destina-se tanto aos residentes como aos profissionais interessados em melhorar as práticas locais, bem como às autoridades que buscam aprimorar as práticas de governança local.</p>
Metodologia/ Faseamento		
1	Métodos	<p>Os métodos acham-se segundo sete principais categorias e 26 respetivas subcategorias: Eventos (mobilização, consulta, planeamento, educacional); Centros coletivos (institucionais e locais); Incentivos (premiações, fundos, parcerias); Grupos de trabalho (institucionais e locais); Canais de comunicação (informativo, consulta, devolutivo); Workshops (discussão, conhecimento, capacitação, planeamento) e Ferramentas (monitorização, votação, documentação, <i>puzzles</i>, mapas e multimídia, inquéritos, parâmetros e <i>toolkits</i>). Esta categorização tornou possível clarificar os âmbitos nos quais os métodos podem ser aplicados, assim como as estratégias possíveis para tornar os processos os processos de reabilitação urbana em processos participados.</p>

Antígona – La Democracia en Acción	
Descrição	
<p>O manual elaborado pela equipa Antígona apresenta uma metodologia voltada para o planeamento de um processo participativo, ou seja, de um plano de ação participado.</p>	
Agente promotor	Público-alvo

. Associação de especialistas, mestres em Investigação Participativa pela Universidade de Madrid.		Organizações públicas e privadas, redes de investigação e formação académica e profissional
Metodologia/ Faseamento		
1	Diagnóstico-contextualização	1) problematizar a demanda,
		2) contextualizar o problema
		3) escutar os envolvidos
2	Plano de Ação Integrado (PAI).	Autodiagnóstico: Fase onde a sistematização das informações recolhidas na etapa de diagnóstico-contextualização é posta em discussão aos atores envolvidos, com vista em transformar as contribuições individuais em impressões coletivas sobre o problema. Deste modo, se busca construir um espaço compartilhado onde as demandas sejam analisadas coletivamente, de modo a identificar os aspetos positivos e negativos em torno do problema, assim como formular alternativas que permitam a transformação da situação inicial.
		Reflexão/critérios: Após a construção de um senso comum sobre o problema, é feita a reflexão sobre o cenário desejado para o futuro, considerando o contexto atual e a projeção do que se espera. Esse cenário deverá ser traduzido em critérios precisos, que serão utilizados para guiar as ações em direção ao horizonte desejado coletivamente, e, do mesmo modo, para evitar o cenário indesejado.
		Proposição: Consiste na elaboração de propostas viáveis para a alcançar o cenário desejado. As propostas devem ser elaboradas tendo em conta a dimensão prática e a viabilidade perante o cenário concreto. Deste modo, as propostas devem estar vinculadas diretamente aos atores e ao conjunto de ações necessárias para executar o objetivo pretendido.
		Programação: Nesta etapa é planeada a elaboração ordenada e articulada de um conjunto de atividades a executar, com o intuito de traçar as linhas de intervenção e ações que permitam concretizar as propostas. As atividades congregam tarefas de priorização das propostas, bem como a elaboração de um plano de ação para pô-las em prática. Ainda, é ressaltada a importância de questões a considerar para planejar a implementação das propostas de forma mais concreta possível, como através da sistematização das propostas, da criação de um cronograma de execução e de um esquema operacional de

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

	<p>trabalho. Para isto, é proposto a criação de 3 tipos de espaços: 1) espaços de trabalho orientados a operacionalizar as decisões; 2) espaços de reflexão e debate, orientados para articular os espaços de trabalho e coletivizar a informação; e, 3) espaços de decisão, orientados para definir as linhas de ação que serão tomadas nos espaços de trabalho</p>
	<p>Monitorização: Esta fase existe como meio de atribuir a corresponsabilidade dos envolvidos na execução e gestão das intervenções acordadas, e define uma série de mecanismos que permitem coletar informações em campo e incorporá-las como mudanças no processo em curso. Deste modo, a monitorização consiste no processo de análise e reflexão das atividades que funcionam no desenvolvimento de um plano, programa ou projeto, visando melhorar sua implementação e tomada decisões. Essa análise e reflexão ocorre tanto no processo realizado como em seus resultados.</p>

Co-Cities LabGov – The LABoratory for the GOVernance of the City as a Commons		
Descrição		
O projeto <i>Co-Cities</i> consiste numa metodologia destinada a orientar os formuladores das políticas urbanas, os pesquisadores e as comunidades dispostas em envolver-se nos processos para implementar os princípios de governança colaborativa e policêntrica.		
Agente promotor	Público-alvo	
A estrutura conceptual do projeto foi desenvolvida a partir da rede <i>LabGov – the LABoratory for the GOVernance of the City as a Commons</i> (2011), que existe como uma das principais redes de plataformas de pesquisa teórica e empírica no âmbito internacional, e que concebe métodos, políticas e projetos sobre novas formas colaborativas para gerenciar os espaços urbanos.	A rede <i>LabGov</i> gerou mais de 400 projetos e políticas urbanas em 130 cidades ¹⁰² , realizados em parceria com várias universidades e instituições educacionais no mundo, e compõe atualmente uma das principais bases de dados das experiências colaborativas.	
Metodologia/Faseamento		
1	princípio	Governança coletiva: refere-se a presença ou ausência de uma organização colaborativa para cogovernar os bens comuns urbanos. A análise da presença do

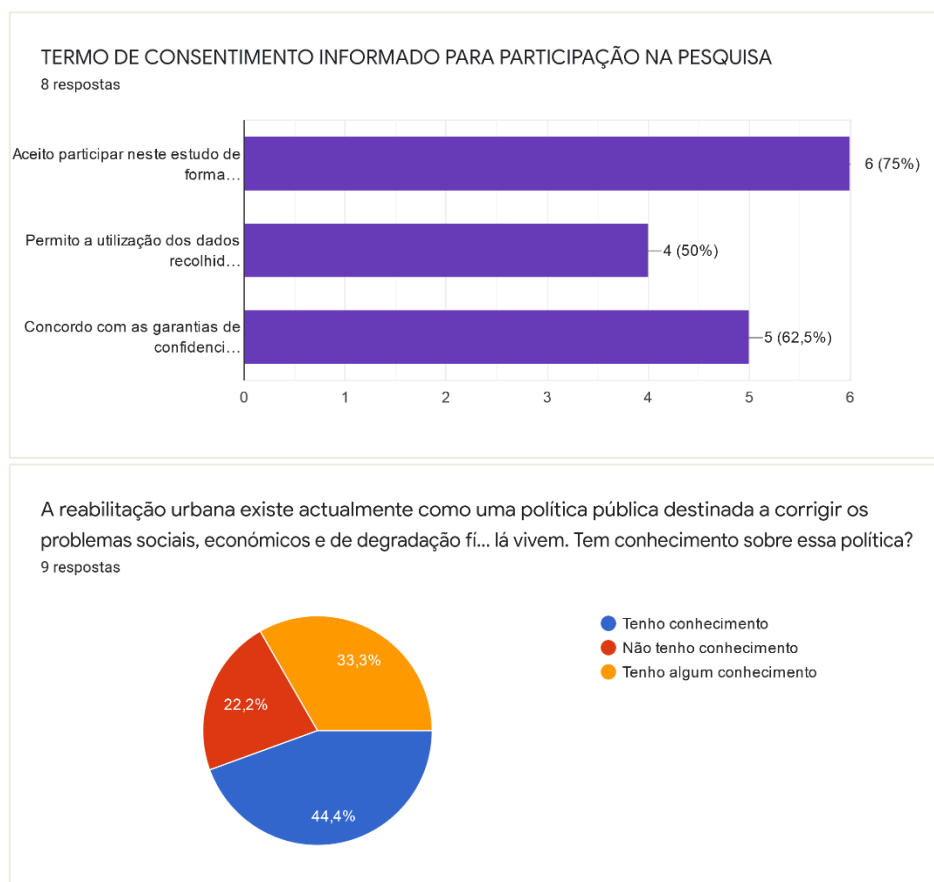
¹⁰² Das experiências, merece relevo o caso de cidade de Bologna, em Itália, conhecida por sua distinção como um dos casos pioneiros a aspirar a aplicação, o teste e a adaptação de princípios da governança colaborativa e policêntrica (Iaione, 2016:27). A experiência do laboratório urbano iniciado em Bologna – através do projeto Co-Bologna – lançou as bases da estrutura que atualmente corresponde aos três pilares que caracterizam o Protocolo Co-City (LabGov, 2018:12), visto que foi responsável por aplicar os mesmos princípios em outras políticas públicas locais e desencadeou o surgimento de outros laboratórios em outras cidades italianas – estendendo-se posteriormente a várias cidades europeias, norte-americanas e ao Sul Global.

2	as fases do Ciclo Co-City,	envolvimento de cinco tipos de atores auxilia na detecção e medição da presença da cogovernança .
		Estado “facilitador”: refere-se ao papel da Administração Pública como facilitador e criador dos bens comuns urbanos, assim como no apoio e criação dos acordos de cogovernança para a gestão desses bens comuns.
		Integração socioeconómica: refere-se ao apoio económico e social provenientes de instituições locais, referentes ao acúmulo de recursos que pode resultar em novas oportunidades e serviços em outras áreas da cidade.
		Experimentalismo: consiste no experimentalismo como uma abordagem de adaptação do processo a determinado contexto, a fim de gerar políticas mais responsivas.
		Equidade tecnológica: destaca a criação de ferramentas inovadoras e tecnológicas como um propulsor de cooperação e cocriação de bens comuns urbanos.
		Diálogo informal: Consiste na organização de eventos informais, destinados a identificar os bens comuns urbanos e potenciais através do diálogo com os atores locais.
		Mapeamento: A fase de mapeamento tem por objetivo compreender as características da área urbana que será objeto de intervenção. São desenvolvidas atividades de campo a fim de mapear os bens comuns, a partir das informações recolhidas na etapa anterior. As atividades contemplam ainda o uso de ferramentas e-mapping e a criação de plataformas digitais colaborativas, que fornecem a visualização dos bens comuns mapeados e atuam como meio de divulgação das informações para o envolvimento da comunidade.
		Prática: Nesta fase são realizadas atividades coletivas, que envolvem os diversos atores identificados previamente, para a identificação de possíveis associações entre os projetos “comuns” e os projetos das autoridades locais. As atividades podem assumir a forma de eventos ou festivais de planeamento, com workshops voltados para testar, experimentar e coordenar as ideias resultantes das atividades.
		Prototipagem: A fase de prototipagem concentra-se na reflexão, por parte dos participantes e das autoridades políticas, sobre os resultados das fases anteriores, a fim de planejar o protótipo do processo de co-governança. Objetiva verificar as condições para estabelecer as relações entre os atores, assim como as hipóteses sobre os processos de organização para a construção dos esquemas de governança para os bens comuns.
		Teste: Nesta fase, o protótipo do processo de cogovernança é testado, através da sua implementação. O processo de implementação é monitorado e avaliado segundo os princípios e objetivos identificados pelos atores ao início do processo.
		Modelagem: A última fase consiste na adaptação do processo implementado de acordo com as exigências legais e institucionais. A adaptação é realizada através do estudo das normas urbanas, legislativas e regulamentos administrativos, bem como

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

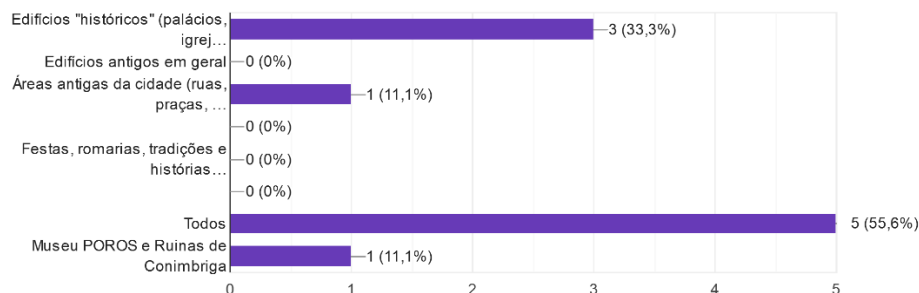
		através do diálogo com as autoridades públicas, a fim de garantir a compatibilização com o ecossistema urbano institucional e legal.
3	as ferramentas para pôr os processos em prática.	<p>Institucionais: são as ferramentas que promovem espaços organizados pela Administração Local, criados para promover a interação entre os atores e fomentar os processos de cocriação da governança colaborativa. Estes espaços são físicos e virtuais, como instalações, laboratórios de inovação, centros de trabalho, entre outros.</p> <p>Legais: são os instrumentos existentes para implementar o sistema de cogovernança e para apoiar a prática das ferramentas institucionais. Os instrumentos legais são estabelecidos por regulamentos locais e variam de acordo com o contexto.</p> <p>Económicas: constituem os fundos e fontes de financiamento para apoiar os projetos locais. Costumam ter origem através de financiamento cívico ou comunitário, além de ser estabelecidos através de parcerias entre as várias partes interessadas para concretizar tais projetos.</p> <p>Digitais e tecnológicas: têm a finalidade de promover o acesso igualitário às informações e oportunidades, além de constituir o meio de integrar os atores e instituições a envolver.</p>

Anexo III – Inquérito à população local sobre a participação e a reabilitação urbana em Condeixa-a-Nova



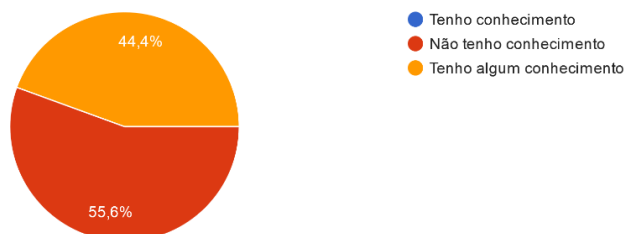
As políticas de reabilitação urbana procuram promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas através da conservação e da valorização d...cidade. Para si, o que entendes por "património"?

9 respostas



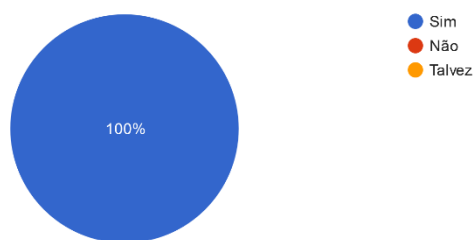
As políticas de reabilitação urbana em Condeixa-a-Nova possuem três principais objectivos estratégicos: a valorização do edificado devolut...uscos. Tem conhecimento sobre essas estratégias?

9 respostas



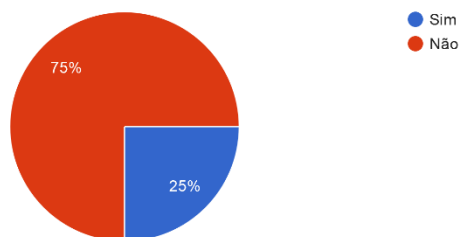
Existe interesse de vossa parte em participar e contribuir para as políticas referentes ao desenvolvimento do seu município?

9 respostas



Foi disponibilizado pela Câmara Municipal algum meio para obter a vossa opinião sobre esses processos, ou mesmo construí-los?

8 respostas



Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Caso tenha participado, como foi o processo?

3 respostas

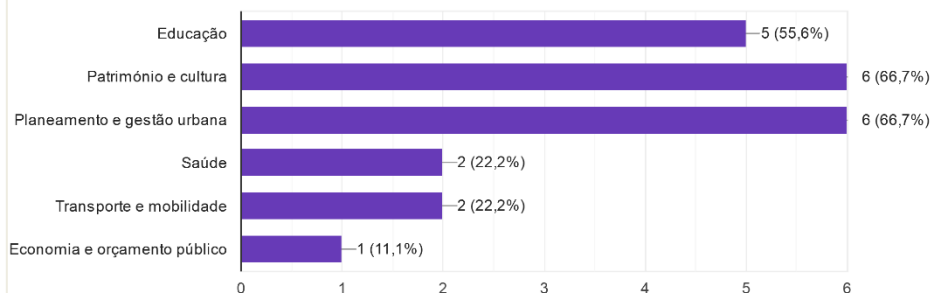
Rápido

assembleias informativas

Sempre rejeitado opiniões de pessoas que não sejam da elite partidária

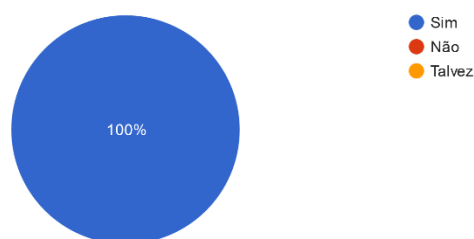
Em quais âmbitos possui interesse em participar?

9 respostas



Achas que a vossa participação (e a participação dos demais moradores) é um contributo importante que deveria ser considerado no planeamento e na gestão da cidade?

9 respostas



Porque achas importante (ou não) o conhecimento sobre as políticas de reabilitação urbana e a participação dos moradores para o desenvolvimento do município?

5 respostas

De modo ao desenvolvimento equilibrado sustentável e à coesão socio-territorial de Condeixa-Nova

Como moradores convém estarmos atentos a tudo o que se passa na nossa sociedade e, principalmente, zona de residência.

Juntar várias valências em prole de um resultado melhor para todos os munícipes

Para assegurar as melhores condições da qualidade de vida

Contribuindo para melhorar a qualidade do património local; ajudando na requalificação dos espaços públicos de uma forma responsável e participativa; ter a possibilidade de pelo menos poder ser ouvido no processo de discussão dos espaços a reabilitar. Claro que é importante participar e ter conhecimento das políticas de reabilitação urbana.

Caso possua algum comentário adicional, por favor deixe sua contribuição. Obrigada!

2 respostas

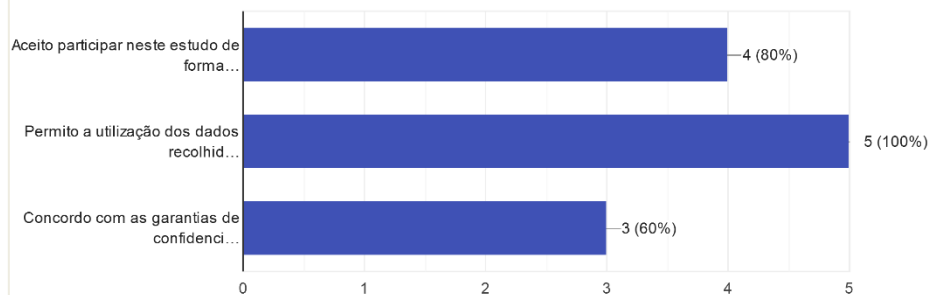
O Município de Condeixa precisa de ser democratizado e menos populista.

Nada a assinalar.

Anexo IV – Inquérito sobre a participação de associações locais em Condeixa-a-Nova

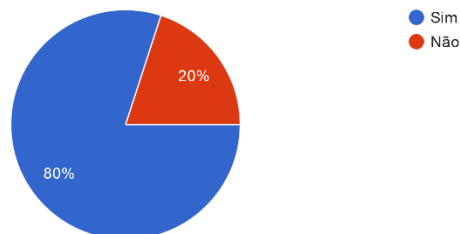
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

5 respostas



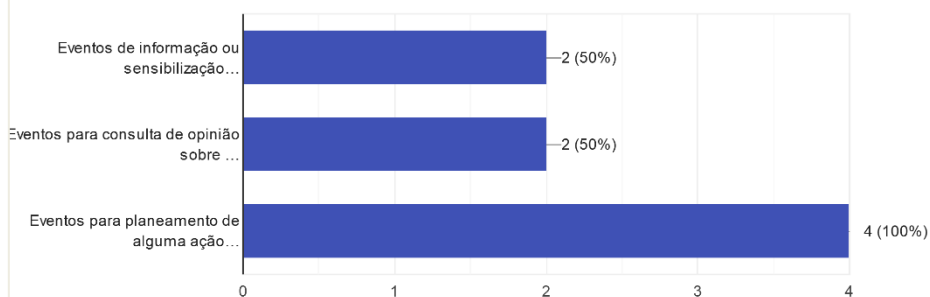
A associação já esteve envolvida em algum processo participativo promovido pela Câmara Municipal?

5 respostas



Caso a resposta anterior tenha sido "sim", marque as opções que correspondem aos âmbitos do(s) processo(s) no(s) qual(is) esteve envolvido.

4 respostas



Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

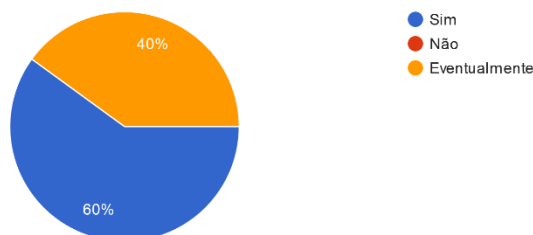
É possível informar em qual(is) projecto(s) esteve envolvido e fazer um breve comentário sobre a experiência?

1 resposta

Festa da Família

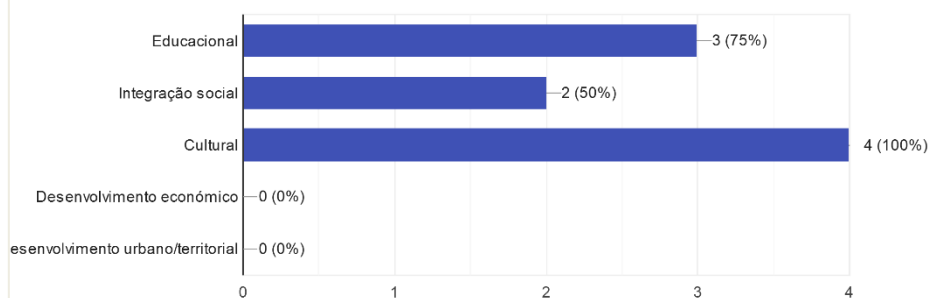
A associação tem o costume de desenvolver projectos que envolvam diferentes grupos de munícipes?

5 respostas



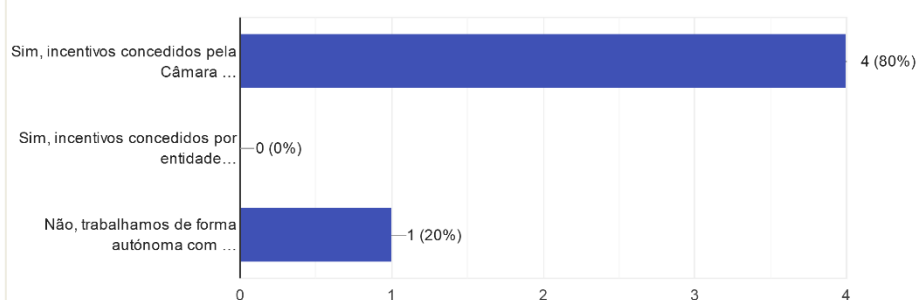
Caso sim, em qual(is) âmbito(s) são desenvolvidos os projectos?

4 respostas



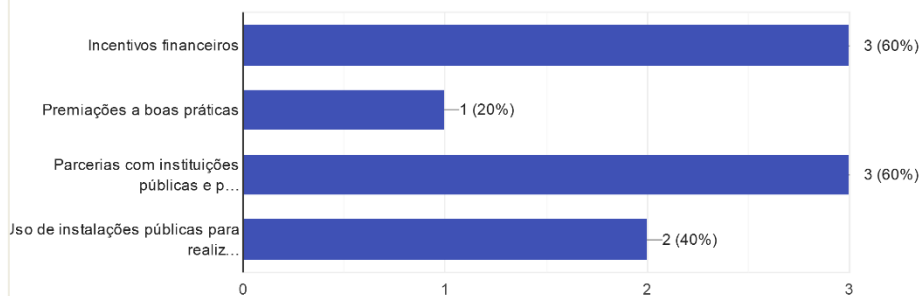
A associação costuma receber incentivos para a elaboração e execução de projectos?

5 respostas



Quais tipos de incentivos seriam úteis para o maior e melhor desenvolvimento dos projectos?

5 respostas



É possível fazer um breve comentário sobre os projectos desenvolvidos pela associação?

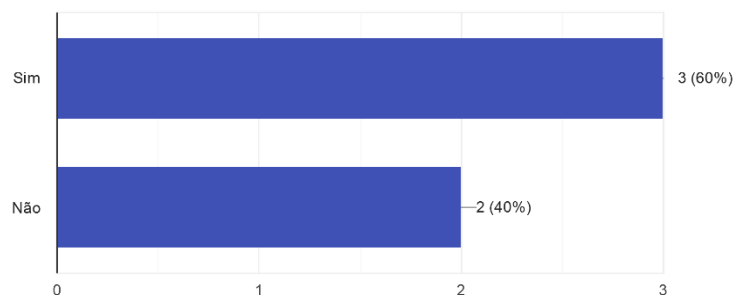
2 respostas

É uma Associação Cultural

A nossa Associação acolhe um grupo de concertinas, 2 grupos de Pilates, um grupo de costura - modelagem. As teclas para a vida em parceria com a CM/ESEC, destinado a seniores. Realizamos alguns eventos, como por exemplo "Arrifana põe o seu vinho à prova"; Missa campal em louvor de Stº António, comemoração do aniversário da Associação (42 anos) com grupo de fados; revista, etc. Acolhemos peregrinos de Fátima - banhos, comida e dormida..... parceria com a Escola da Água

Teve conhecimento do processo do OP Condeixa por algum dos meios de comunicação?

5 respostas



Caso sim, por qual(is) meios de comunicação teve conhecimento do OP Condeixa?

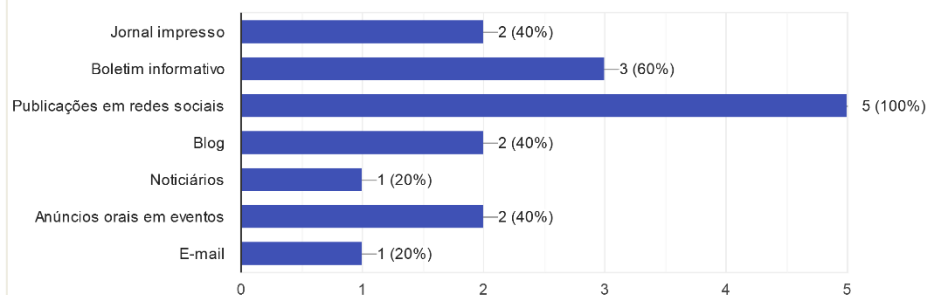
1 resposta

Internet

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

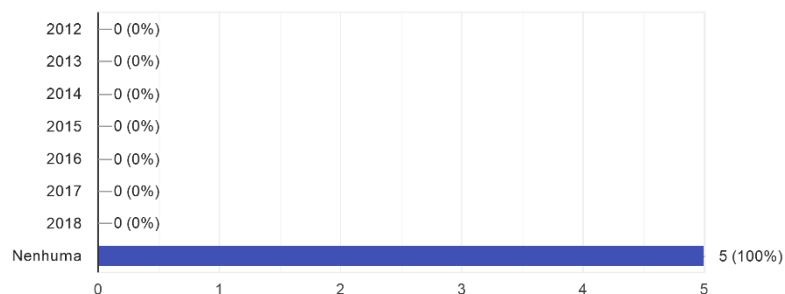
Quais os meios de comunicação consideras efectivos para que haja maior divulgação do processo?

5 respostas



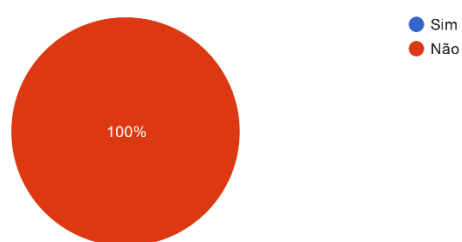
Em quais edições do processo do OP Condeixa a associação esteve envolvida?

5 respostas



Alguma proposta elaborada pela associação (ou por algum membro da associação) foi submetida ao OP Condeixa?

5 respostas



Caso a resposta tenha sido "não", é possível fazer um breve comentário sobre como achas que a associação poderia ser envolvida no processo do OP Condeixa?

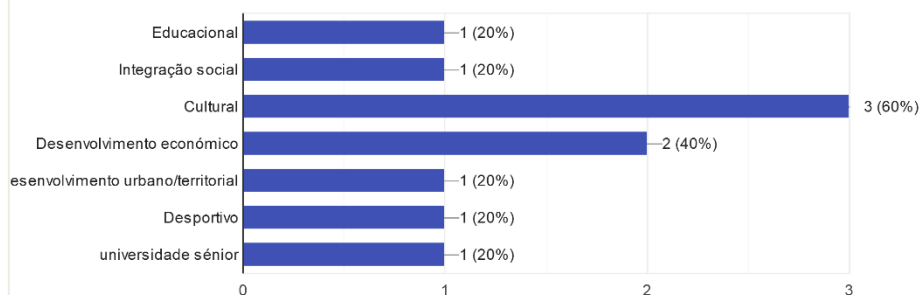
2 respostas

O Op refere-se a projetos imateriais (isto é, que não sejam investimentos em obra, equipamentos, ou infraestruturas), como é o primeiro ano da Associação nós dependemos de material/equipamentos de Ginástica bastante dispendioso e que é o essencial. Por tal razão, considerámos um entrave para nos candidatar-mos.

pelo facto de se encontrar junto à nascente e dado o dinamismo com a Escola da Água, a existência de plantas raras, chegamos a pensar numa piscina natural

Em qual(is) áreas(s) gostarias de contribuir ao propor projectos no âmbito do OP Condeixa?

5 respostas



Anexo V – Quadro do estado de execução das propostas do OP (2012-2017)

OP JOVEM 2012

proposta	localização	descrição	Estado de execução
Remodelação e Arrelvamento do Polidesportivo do Sebal	Sebal	Polidesportivo do Sebal está situado numa zona central da povoação do Sebal, junto da Casa do Povo, do Jardim de Infância e da Junta de Freguesia. Uma vez que o mesmo se encontra bastante deteriorado, é do nosso interesse remodelar e "arrelvar" o respetivo recinto	Concluído 100%
Requalificação Pavilhão Venda da Luísa	Venda da Luísa	Requalificação do pavimento do pavilhão que se apresenta visivelmente desgastado, não fornecendo as condições necessárias de segurança para os seus utilizadores. O revestimento das paredes visa eliminar as esquinas dos pilares que estão salientes para o interior do recinto desportivo, esta medida visa também a segurança dos utilizadores do pavilhão desportivo da ARCD Venda da Luísa	Concluído 100%
Complexo Desportivo para a Freguesia do Zambujal	Zambujal	A freguesia do Zambujal é a ÚNICA freguesia do concelho de Condeixa-a-Nova que não possui um complexo desportivo para que os seus habitantes possam praticarem atividades físicas e jogar futebol. O Orçamento Participativo é uma excelente oportunidade para a sua concretização	Concluído 100%

OP JOVEM 2013

proposta	localização	descrição	Estado de execução
Comunidade Start up - Incubadora de Empresas	Concelho	<p>A nossa ideia é "reutilizar" o que outrora foram locais de ensino, inovação e criatividade de jovens mentes. No nosso concelho encontramos diversas escolas que, por determinadas razões, sofreram processo de fecho e estão, neste momento, ao abandono.</p> <p>Propomos transformar as escolas (encerradas) do concelho em locais que serviriam para incubar futuros projectos de sucesso, locais esses onde seriam usufruídas condições de trabalho a pessoas que queriam empregar os seus contributos empreendedores e inovadores para a criação de algo maior e em prol da sociedade.</p>	<p>Obra em execução 80%</p> <p>Este projecto encontra-se em execução no âmbito do <i>Tourism Creative Factory</i> em implementação na antiga Escola Feminina de Condeixa-a-Nova</p>

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

Bolsas de estudo Fernando Namora para alunos do ensino superior	Concelho	Desejo candidatar ao Orçamento Participativo Jovem 2013 o projeto "Bolsas de estudo Fernando Namora para alunos do ensino superior". Este consiste na distribuição da verba de 50.000euros sob a forma de bolsas de estudo aos alunos mais carenciados do concelho de Condeixa a frequentar o ensino superior em Portugal.	Concluído 100%
--	----------	--	--------------------------

OP GERAL 2013

proposta	localização	descrição	Estado de execução
Investimento na Área da Segurança Rodoviária	Concelho	Após uma selecção das vias municipais a intervir, (trabalho a efectuar pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, que podem facilmente recorrer ao PDM e elaborar uma lista dessas vias) solicitar orçamentos junto de firmas especializadas para: - Dotar as vias municipais de sinalética vertical adequada, em falta; - Dotar as vias municipais de sinalética horizontal adequada; (pintura de faixas de rodagem, pintura de passadeiras para peões, pintura de traços contínuos, etc.)	Concluído 100%
Sebal Mais de 770 Anos de História	Sebal	O que se pretende é que as intervenções a efectuar dignifiquem o monumento da Igreja de S. Pedro do Sebal, para desta foram permitir a sua integração na concretização dum circuito turístico da freguesia/concelho, este a levar a cabo eventualmente pela autarquia e que certamente em muito também iria contribuir para a dinamização das actividades económicas, sobretudo a de restauração da freguesia do Sebal, na qual se localiza uma das unidades de referência do Concelho e outras com espaços e qualidade bastante agradáveis	Concluído 100%

OP JOVEM 2014

proposta	localização	descrição	Estado de execução
Banco de Ajuda Solidária	Concelho	O objectivo desta proposta é a criação de um serviço municipal de pequenas reparações domésticas e de entrega domiciliária de bens de primeira necessidade que tem como públicos-alvo os munícipes com 65 anos ou mais e todos os que, não tendo atingido essa idade, sejam portadores de deficiência, apresentem dificuldades de locomoção ou sejam beneficiários de Rendimento Social de Inserção	Concluído 100%
CDRC Sobreiro	Sebal	A requalificação das instalações do CDRC do Sobreiro assenta principalmente n substituição da usa cobertura, bem como do seu pavimento. a cobertura com mais de 30 anos, é composta por madeira e por telhas de fibrocimento (telhas já não permitidas por Lei). Derivado à erosão, parte da estrutura de madeira encontra-se em deterioração, existindo potencial risco de desabamento e o telhado verte água, tendo cumulativamente fraco isolamento térmico. o pavimento é composto por mosaicos que ao longo dos anos se foram danificando e originaram extensos buracos. face ao exposto e atendendo a que estas instalações são uma componente essencial na dinâmica do lugar do Sobreiro e das povoações em seu redor, urge a substituição da cobertura e do pavimento por materiais mais seguros e eficientes.	Concluído 100%
Conímbriga com arte	Ega	Criação de uma unidade para o ensino, aprendizagem e preservação da arte da pintura de Conímbriga. Desenvolvimento de novos produtos para novos mercados. Ensino da pintura da cerâmica: aproveitar as pessoas com conhecimentos neste campo, colocando-as a dar formação a outras que se encontrem desempregadas ou que tenham interesse em aprender a arte. Possibilidade de transformar esta aprendizagem num curso profissional. Utilizar a técnica em novos materiais: moda, têxteis, bijutaria, sapatos, cadernos, canetas, aplicação em cortiça, pintura em vidro, merchandising, entre outros. Promover a venda dos produtos. Exportação para novos mercados. Criação de emprego e internacionalização da nossa arte.	Projecto em execução 40% Este projecto encontra-se em desenvolvimento no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana [PARU] - Reabilitação da Fábrica "Cerâmica de Conímbriga" para instalação de centro de indústrias criativas, que actualmente se encontra em fase de elaboração do projecto de execução [com candidatura aprovada]
Projecto UV	Concelho	Duração – 1 semana (Junho/Julho de 2015) - Premiar o sucesso dos alunos de Condeixa; - Incentivar o estudo/empenho dos alunos; - Promover a troca de experiências/vivências com alunos de outros concelhos/locais do país; - Despertar nos alunos o gosto e entusiasmo pelo ensino superior; - Contribuir para a orientação profissional/vocacional dos alunos. Notas: 1º Esta iniciativa ocorre anualmente, nos meses de Junho/Julho, nas universidades portuguesas, pelo que terá que ser negociada a presença dos alunos de Condeixa de forma antecipada, com a Universidade de Coimbra; (mais informações em http://www.uc.pt/UV)	Concluído 100%

OP GERAL 2014

proposta	localização	descrição	Estado de execução
Remodelação e melhorias ambientais da Casa do Povo Sebal Grande	Sebal	Remoção do cobertura existente da Casa do Povo do Sebal. Reforço da estrutura existente para outras valências e atividades Melhorias na estrutura do edifício para aumentar as valências e atividades a desenvolver com a população Criação de infra-estruturas condizentes com as necessidades da população e coletividades da freguesia e outras, que desejem utilizar o espaço nas melhores condições possíveis.	Obra em execução 80% Obra a ser executada sobre a responsabilidade da Casa do Povo do Sebal Grande
Igreja Matriz de Ega, onde a história é perene!	Ega	O edifício e espaço envolvente necessita de obras de conservação urgentes que permitam resolver os problemas de infiltrações que põem em risco a estrutura do edifício. Por outro lado, pela importância histórica deste imóvel na freguesia da Ega e no concelho, e pela quantidade de pessoas que o visitam, gostaria que o exterior pudesse ser beneficiado, tornando-o mais apazível e de fácil manutenção, garantindo sempre, um acesso facilitado a pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida.	Estudo prévio concluído 40% Estudo prévio aprovado Direção Geral de Património e Cultura
Projecto 3C – Conjunto Cárstico do Casmilo	Casmilo	Reflorestação do campo de Lapiás de Casmilo, com a mesma árvore presente (oliveiras) – “jardim das oliveiras”; - Construção de estruturas de apoio para picnic, descanso e contemplação da paisagem; - Promoção do associativismo, com a melhoria das condições da Associação de Casmilo (wc, bar, esplanada,...); - Promoção do desporto de natureza/aventura, melhorando as condições para as empresas/associações deste tipo de actividade operarem nesta área (diálogo com estas empresas/associações no sentido de perceber...); - Definição de um trilho para caminhada, BTT e outros desportos de natureza/aventura na área envolvente; - Promoção /divulgação/venda de produtos endógenos ,na Casa da CMC de Casmilo. Melhoria das condições (wc, por exemplo); - Colocação de painéis informativos sobre a Geologia, Biologia, Arqueologia,...da região; - Melhoria do acesso Lapiás-Buracas, em "tout venant"; - "Construção"/delimitação de parque de estacionamento com parcómetro, na área de acesso, em Casmilo, com piso em "tout venant"; - Negociação com operadoras móveis para melhoria de sinal na zona	Estudo prévio concluído 40% Este projecto encontra-se em desenvolvimento no âmbito da Candidatura "Redes de Aldeias Calcárias", da Associação Terras de Sicó

OP JOVEM 2015

proposta	localização	descrição	Estado de execução
Módulos interactivos	Concelho	Consiste na construção de estruturas modulares em madeira com tipologia e localização flexíveis. Pretende-se que os módulos funcionem como equipamentos de interação entre a comunidade e o local, respondendo às necessidades específicas de cada sítio através da função atribuída. A proposta foi pensada de forma a ser facilmente implantada em locais de interesse patrimonial, cultural e social, contribuindo para a sua potencialização.	Projecto em execução 40% Este projecto encontra-se em desenvolvimento no âmbito da Candidatura Património Cultural – remodelação do Largo de Alcabideque A candidatura “Centro de BTT de Sicó”, onde se enquadrava também este projecto não foi aprovada pelo Turismo de Portugal
Espaço para todos	Condeixa-a-Velha	O Agrupamento 1035 – Condeixa-a-Nova tem um efectivo de 152 elementos. Neste momento está cedido para espaço da nossa sede a antiga escola primária de Condeixa-a-Velha. Candidatamo-nos para ter possibilidade de construir novas salas ampliando o espaço da escola existente, tornando possível o nosso sonho de ter espaço para todos.	Obra em execução 80% Procedimento da empreitada de execução de obra pública em desenvolvimento

OP GERAL 2015

proposta	localização	descrição	Estado de execução
SEDE do GRANDE ALERTA – Conhecer e explorar a serra de Sicó	Furadouro	Preparar a sede da Associação Grande Alerta com condições de alojamento para grupos de escuteiros, com um conjunto de infraestruturas baseadas no princípio da sustentabilidade e aproveitamento das energias alternativas.	Projecto em execução 40% Projecto de arquitectura concluído e projectos das especialidades concluídos e em análise Este projecto encontra-se inserido na candidatura “Naturally Casmilo”, que foi submetida e encontra-se a aguardar decisão do Turismo de Portugal nota: a intervenção na cobertura irá iniciar-se até ao fim de 2019

Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias
para a reabilitação urbana de Condeixa-a-Nova.

OP JOVEM 2016			
proposta	localização	descrição	Estado de execução
Requalificação e aplicação de sintético no ringue de Bruscos	Bruscos	Pretende-se avançar com a requalificação do ringue de Bruscos e aplicação de relvado sintético no mesmo. O ringue foi construído aquando vários outros no Concelho de Condeixa-a-Nova, por iniciativa da Câmara Municipal, não tendo no entanto sido construído com fundações fortes o suficiente na lateral oeste e no topo sul, o que levou a que tivesse sido intervencionado já uma vez, durante o período de garantia da obra. A intervenção realizada não resolveu o problema da fraca qualidade das fundações, uma vez que as mesmas voltaram a ceder e as placas do ringue se encontram novamente danificadas, o que o torna um risco para os jovens que lá pretendem jogar futsal. Com a requalificação e aplicação de um relvado sintético, acreditamos que se tornará uma mais-valia para todos os jovens e restantes habitantes da União de Freguesias de Vila Seca e Bendafé, que não tem nenhum outro tipo de infraestrutura com condições semelhantes.	Projecto executado 40% Apresentada proposta de execução de trabalhos [referencia 4534/2018]

OP GERAL 2016			
proposta	localização	descrição	Estado de execução
Parque infantil da Praça do Município	Condeixa-a-Nova	Proposta para a construção de um parque infantil na Praça do Município, em Condeixa-a-Nova	Projecto executado 40% Apresentada proposta de execução de trabalhos [referencia 10054/2018]
Quinta do Barroso Ativa	Sebal	Dotar a Urbanização Quinta do Barroso de equipamentos desportivos e de lazer, de forma a melhorar a qualidade de vida dos moradores e de outros munícipes que frequentemente utilizam o nosso espaço físico, estimulando a prática desportiva e consequente combate à sedentarização. Aproveitando os espaços comuns da Urbanização, pretende-se criar um circuito de manutenção física, dotada de vinte equipamentos de "fitness", uma tabela de basquetebol e inerente "garrafão", a respetiva sinalização do circuito, dois equipamentos para suporte de bicicletas e quatro mesas de madeira para piquenique.	A aguardar contacto proponente 10% Já tendo sido efectuado o primeiro contacto com o proponente, aguardam-se indicações sobre a concretização do projecto

OP JOVEM 2017			
proposta	localização	descrição	Estado de execução
Melhoramento do campo de jogos (Anexo à Escola) de Condeixa-a-Velha	Condeixa-a-Velha	Regularização do pavimento do campo tendo em vista: a) Dificultar o aparecimento de ervas daninhas; b) Evitar a acumulação de águas pluviais; c) Permitir a utilização por crianças de tenras idades; Execução / correção de sistema de drenagem e escoamento de águas pluviais Sistema de Iluminação a) Dotar o campo de iluminação básica, assente equipamento simples e adequado nos quatro cantos do campo.	Estudo prévio concluído 20% Encontra-se a aguardar realização do projecto de iluminação

OP GERAL 2017			
proposta	localização	descrição	Estado de execução
Pela Associação do Avenal	Avenal	Pretende-se a execução de obras de manutenção e beneficiação (reabilitação da cobertura que actualmente é em chapas de fibrocimento, ramal de ligação ao saneamento básico, reabilitação de todo o pavimento e escadas de acesso e a construção de uma rampa de acessibilidade para utilizadores de mobilidade reduzida). Estas intervenções visam a requalificação e a dignificação de um espaço de convívio de modo a que o mesmo seja um ponto de encontro agradável, para os moradores e de quantos nos queiram visitar.	Estudo prévio concluído 20%

Fonte: Fornecido pela Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, em Outubro de 2019.